

ISSN 0006-5218

BLUMENAU

em Cadernos



TOMO XLV
Maio/Junho 2004
NÚMERO 5/6
Acervo: Biblioteca Pública SC - História da Digitalização

Idealizada pelo pesquisador e historiador José Ferreira da Silva, o primeiro exemplar de Blumenau em Cadernos foi editado em novembro de 1957.

Foi declarada de utilidade pública pela Lei nº. 1.895 (15.12.1972). Após o falecimento de Ferreira da Silva em 1973, a família doou todos os direitos da revista à Fundação Cultural de Blumenau.

Em 1997, passou por reformulações, acatando sugestões feitas pelo Conselho Municipal de Cultura. Com a criação de um Conselho Editorial, novo projeto gráfico, impressão off-set e nova linha de pesquisa, adequou-se à modernidade,.

Em 1998 o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina conferiu-lhe o prêmio Almirante Lucas Alexandre Boiteux, na área de História. A Academia Catarinense de Letras, no ano de 2002 concedeu à revista o Prêmio Destaque.

Ao longo destas décadas Blumenau em Cadernos teve o apoio de muitas pessoas e entidades, que de uma maneira ou outra colaboraram para o sucesso deste periódico.

A todos somos gratos.



BLUMENAU

em Cadernos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Décio Nery de Lima
Prefeito Municipal

Inácio Mafra
Vice-Prefeito

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Bráulio Maria Schloegel
Presidente

Maria Teresinha Heimann
Diretora Administrativo Financeira

Sueli M. V. Petry
Diretora Histórico-Museológica

Dirceu Bombonatti
Diretor do Centro de Publicação, Documentação e Referências em Leitura

REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS

Fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Sueli Petry
Diretora

CONSELHO EDITORIAL

Cristina Ferreira (*Presidente*)
Annemarie Fouquet Schünke
Cezar Zillig, Ivo Marcos Theis,
Méiri Frotscher, Urda Alice Klueger

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”



Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,
na Área de História - edição 1998, concedido
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Prêmio Destaque - 2002
concedido pela Academia Catarinense de Letras.

© 2001 by Fundação Cultural de Blumenau

REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS

Expediente: Alameda Duque de Caxias, 64 - Caixa Postal, 425 - 89015-010 - Blumenau (SC)

Fone (0**47) 326-6990 - E-mail: funculbl@terra.com.br

Capa: Imagens da Greve de 1989 em Blumenau

Silvio Roberto de Braga

Revisão: Valdir A. Petry

Digitação: Fábio Araújo Supriano



EDITORA CULTURA EM MOVIMENTO

Rua XV de Novembro, 161 - Centro - Caixa Postal 425 - 89010-001 - Blumenau - SC

Fone (0**47) 326-7511 - E-mail: ecmfcb@terra.com.br

<http://www.fundacaoculturaldeblumenau.com.br>

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Biblioteca Pública Dr. Fritz Müller - Blumenau - SC

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de
Blumenau) Blumenau, SC, 1 (06) 1957 -

II.

Bimestral

ISSN 0006-5218

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907

© Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial pela Editora Cultura em Movimento

"Impresso no Brasil / Printed in Brazil"

SETOR: ...

Clas.: —

Reg.: 072

Data: 12-07-04

SUMÁRIO

Apresentação 007

Documentos Originais - Artigo

Rei do Tiro 009

Königschießen 010

Artigos

De Braços Cruzados: A Greve de 1950 na Empresa Industrial Garcia
Ellen Annuseck 020

O Cotidiano da Greve Têxtil
Moacir Krzizanski 045

Igreja-Matriz de Brusque
Padre Durvalino Koch, SCJ 069

Memórias

As Bodas de Ouro de meus Avós
Brigitte Fouquet Rosenbroch 073

A mais antiga das minhas dúvidas
Helge Detlev Pantzier 077

Pesquisa & Pesquisadores

Nacionalização e Malária
Roberto Marcelo Caresia 080

Entrevista

História de Vida: o cotidiano de uma faccionista

Ana Maria Ludwig Moraes e

Rosemeri Arruda Q. Pinheiro 104

Esporte & Lazer

A noite em que Garrincha foi só lembrança do gênio.

Aurélio Sada 115

Autores catarinenses

Passeio pela “Revista da AML”/ A Estrada / A História em Questão/
Dona Madalena/Histórias Verdadeiras.

Enéas Athanázio 118

Apresentação

A edição deste bimestre abre a revista “Blumenau em Cadernos” com a coluna **Documentos Originais**, na qual publica-se o artigo “Rei do Tiro”. O texto (não assinado) descreve uma festa de atiradores ocorrida há setenta anos na região rural de Blumenau. O seu teor leva o leitor a fazer algumas reflexões em torno desta tradição de origem alemã vinda na bagagem cultural dos imigrantes e que permanece viva nos dias atuais.

A seguir, dois artigos tratam de movimentos operários ocorridos em Blumenau. Os mesmos provocam questionamentos que levam o leitor interessado na temática a visualizar novos componentes, como objeto de futuras pesquisas. O primeiro, intitulado “De Braços Cruzados: a greve de 1950 na Empresa Industrial Garcia”, tem como autora Ellen Annuseck, mestranda do programa de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina e ex-aluna do Curso de História da FURB. A pesquisadora, com muita desenvoltura, vem trabalhando as fontes documentais e falas de personagens que vivenciaram a greve do ano de 1950. O país estava atravessando uma forte crise econômica e as classes operárias, descontentes com seus salários, cruzaram os braços. Em Blumenau não foi diferente e o movimento grevista conseguiu mobilizar aproximadamente 23% dos trabalhadores. O segundo artigo, intitulado “O Cotidiano da Greve Têxtil”, de autoria do Bacharel em Ciências Sociais, Moacir Krzizanowki, focaliza a greve de 1989. Este movimento, tido como a maior greve de operários da indústria têxtil ocorrida na América Latina, conseguiu atrair aproximadamente 30 mil trabalhadores têxteis e demais segmentos da indústria e do comércio locais. A extensão e repercussão desta paralisação levaram o autor a usar o tema como objeto de pesquisa para produção do seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Na seqüência, o Padre Dorvalino Eloy Koch publica “A Igreja-Matriz de Brusque”. Edificado há cinqüenta e cinco anos, este templo foi considerado como sendo o mais belo do Estado catarinense. Relembrando este feito, o autor aborda aspectos que certamente ajudam no entendimento das características de sua edificação e concepções dos idealizadores deste monumento religioso.

Na coluna **Memórias**, publica-se o texto “As Bodas de Ouro de Meus Avós”, escrito pela colaboradora Brigitte Fouquet Rosenbroch. Em

outro momento, o senhor Helge Detlev Pantzier escreve “A mais antiga das minhas dúvidas”. Estes memorialistas buscam, nas lembranças da infância, lugares, acontecimentos, detalhes e brincadeiras de um tempo, parte do passado de um caleidoscópio da história do cotidiano.

Com a coluna **Pesquisa & Pesquisadores**, o mestre em História Cultural e professor do Curso de História da FURB, Roberto Marcelo Caresia, produziu o texto “Nacionalização e Malária”. O autor, à luz da questão da nacionalização, trouxe à tona a presença militar na região do Vale do Itajaí, dentro de uma ótica que desvia do fato deste batalhão ser um agente nacionalizador, para atuar no campo da saúde. É sem dúvida uma grande contribuição para a historiografia regional e catarinense o enfoque e reunião de documentos trabalhados pelo autor, trazendo para o leitor novos conhecimentos sobre esta questão.

Em **Entrevista**, a coluna traz o depoimento da faccionista Luciane Stiehler Ossemer. Através da sua fala é possível constatar o quanto é duro e difícil o cotidiano destas mulheres que prestam serviços terceirizados, conseguindo conciliar o labor e o lar. As entrevistadoras Ana Maria Ludwig Moraes e Rosemeri Arruda Pinheiro realizaram 15 entrevistas com faccionistas. As mesmas foram coletadas para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso que teve como tema: “A mulher costureira e o trabalho em domicílio: um olhar sobre a terceirização do setor têxtil em Blumenau 1980 – 2002”.

O colaborador e ex-desportista Aurélio Sada escreve, na seção **Esporte & Lazer**, “A noite em que Garrincha foi só lembrança de gênio”. Relata a atuação do famoso jogador de futebol Mané Garrincha, já em final de carreira, na cidade de Blumenau, participando de um jogo amistoso no Grêmio Esportivo Olímpico.

Fechando esta edição, na coluna **Autores Catarinenses**, o escritor Enéas Athanázio dá uma panorâmica sobre livros publicados, tece comentários sobre os mesmos e noticia fatos ocorridos no campo da literatura.

Para os interessados em cooperar com esta Revista, esperamos contar com a colaboração dos leitores e pesquisadores, através do envio de textos para as colunas **Artigos**, **História & Historiografia**, **Memórias e Crônicas do Cotidiano**.

Sueli M. V. Petry

Diretora da Revista Blumenau em Cadernos

Rei do Tiro

Fonte¹

Documentos
Originais - Artigos

Já no sábado não se ouve falar outro assunto entre os atiradores, que não seja o do Rei do Tiro, pois de certa maneira é o principal dia festivo da Sociedade.

- “Eu tenho um certo palpite de me tornar Rei amanhã”, diz um.

- “Eu também me contentaria com a medalha de Príncipe”², fala o outro.

O terceiro é ainda mais modesto e opina: “Se eu alcançasse o primeiro prêmio, eu renunciaria com prazer às medalhas, pois não é brincadeira ser Rei”. Com isso ele se refere certamente à distribuição gratuita da cerveja, que cada Rei precisa oferecer.

Mais ou menos assim são seus comentários. Mas também outros preparativos ainda precisam ser tomados.

Em primeiro lugar, precisa-se limpar a espingarda minuciosamente, os cartuchos devem ser polidos, a arma carregada com precisão; isto é o principal para acertar o alvo.



¹ Blumenauer Volkskalender – 1933, p. 233-236.

² É comum na maioria das Sociedades de Atiradores usar o termo “Cavaleiro” para esta categoria.

Königschießen¹

Schon am Sonnabend hört man die Schützen von nichts weiter als von ihrem Königschießen reden, denn es ist ja gewissermaßen der Hauptfesttag im Verein.

Ich habe so'n Palpito, als ob ich morgen König werde“, sagt einer.

Ich bin auch mit einer Prinzenmedaille zufrieden“, sagt ein anderer.

Der Dritte ist hier noch bescheiden und meint: „Wenn ich mir den ersten Preis holen kann, verzichte ich gern auf die Medaillen, denn so'n König hat nichts zu lachen. „Dies meint er natürlich in Bezug auf das Freibier, das der König spendieren muß.

So und ähnlich hört man sie reden. Aber auch allerhand Vorbereitungen sind noch zu treffen. Da muß von allen Dingen das Gewehr peinlichst sauber geputzt werden, die Hülsen blank poliert und recht genau geladen werden, denn das ist die Hauptsache, wenn man etwas treffen will.

Die Preiskommission ist auch noch auf den Beinen; sie muß alle Geschäfte am Platze aufsuchen – diejenigen der Schützenbrüder natürlich zuerst – um die passendsten Preise zu finden. Das ist auch nicht ganz leicht, denn jeder soll doch einen Preis haben und der dafür bestimmte Betrag ist nicht allzu hoch; dabei sollen die ersten Preise immerhin schon etwas wertvolle Gegenstände sein und so fängt man denn gewöhnlich mit Alluminiumtöpfen an. Wie gesagt, es muß genau gerechnet werden.

Einige der Schützen treffen sich gegen Abend nochmals beim Friseur und dann am Stammtisch. Thema der Unterhaltung: Königschießen.

„Na schon geladen?“

„Natürlich, alles fertig, auch der Königsschuß ist dabei. Morgen werde ich mir mal die Königsmedaille holen.“

„Wenn's nicht regnet“, bekommt er zur Antwort.

Aber lange hält man sich heute nicht auf, denn morgen muß jeder ausgeschlafen haben, da kann man nicht mit verschlafenen und geschwollenen Augen oder gar mit einem Datterich zum Königsschießen gehen. Die ganz Aengstlichen kriechen schon um acht Uhr ins Bett; um ja ausgeschlafen zu haben. Es ist eben ein kleines Ereignis, solch ein Königschießen, da muß sich jeder gut darauf vorbereiten.

Am Sonntagmorgen geht es dann los. Um 1/29 Uhr, wenn die Sonne

¹ Blumenauer Volkskalender – 1933, página 233 a 236

A comissão de prêmios ainda tem muita coisa para resolver. Eles precisam visitar todo o comércio local – o dos membros atiradores logicamente em primeiro lugar – para conseguir prêmios adequados. Isto também não é nada fácil, pois cada ganhador deve receber seu prêmio e o valor não deve ser muito alto; no entanto, os primeiros prêmios devem ser mais valiosos; por isso, normalmente, são panelas de alumínio. Como foi dito, é preciso calcular bem.

Alguns dos atiradores se encontram mais uma vez no cabeleireiro ao anoitecer e depois no *Stammtisch* (mesa reservada). Tema da conversa: Rei do Tiro.

- “Então, já está carregada?”

- “Lógico, tudo pronto, também o Rei do Tiro está presente. Amanhã buscarei a medalha do Rei”.

- “Se não chover”, foi a resposta.

Mas, hoje não ficam por muito tempo porque amanhã cada qual precisa estar bem descansado, pois não se pode aparecer na festa do Rei do Tiro de ressaca ou com os olhos inchados.

Os mais medrosos já vão dormir às oito horas, para estarem bem descansados. É realmente um pequeno acontecimento o tal do Rei do Tiro, e para isso todos precisam estar bem preparados.

Começa domingo de manhã. Às oito e meia, quando o sol ainda lança sombra sobre as ruas, vê-se os primeiros atiradores. Com a espingarda e a caixa de munição vão para a sede, onde se inicia o desfile que atravessa a Vila.

Pontualmente às nove horas ouve-se o comando: “Sentido!” Na frente a banda musical, depois os atiradores, de preferência de acordo com a altura – os pequenos ficam atrás. “Atenção! – Parados! – Endireitar!”.

Um da fila novamente conta uma piada suja, todos riem.

O comandante se torna enérgico: “Quem está esticando a barriga para frente está encobrindo toda fileira! O parceiro do lado um pouco para fora! Distanciem-se uns dos outros! Coloquem a espingarda no ombro! Para a esquerda! Batalhão, marchar!” E sob o som do “*Auersberger Marsch*” (marcha de Auersberg) começam a marchar.

noch ihre langen Schatten über die Straße legt, sieht man die ersten Schützen. Mit Gewehr und Munitionskasten gehen sie zum Vereinslokal, wo zum Ausmarsch durch die Villa angetreten wird.

Punkt 9 Uhr heißt es: „Antreten!“ Voran die Musikkapelle, dann die Schützen möglichst der Größe nach – die Kleinen hinten dran, „Achtung! – Stillgestanden! – Bißchen ausrichten!“

Einer im Gliede hat wieder einen faulen Witz gemacht, alles lacht.

Der Kommandant wird energisch. „Wer streckt denn da seinen Bauch vor, verdeckst ja die ganze Kollone – der Nebenmann etwas raus! Mehr Abstand nehmen!“

Endlich ist alles so weit. Der Fahnenträger mit seinen Begleitern holt die Fahne ab, die unter den vorschriftsmäßigen Ehrenbezeugungen im Gliebe einrückt.

Das Gewehr über! Links um! Bataillon Marsch!“ und unter den Klängen des „Auersberger Marsches“ setzt der Zug sich in Bewegung.

Ueberhaupt der „Auersbergermarsch“, der macht Stimmung. Er hat nur drei Teile – aber das Trio mit seinem wuchtigen Baßsolo=Einlagen – da fliegen die Beine nur so.

Zuerst geht's also zum „alten“ König, der muß abgeholt werden, ebenso die von ihm gestiftete Königsscheibe. Er selbst geht schon unruhig im Zimmer auf und ab. Vor ihm auf dem Tisch liegt die Königsscheibe, draußen steht ein Anzeiger, der sie dann tragen muß. Er mustert noch einmal seine Uniform, die Schärpe wird nochmals zurecht gezupft, Hose und Schuhe – alles in Ordnung.

Und da ist auch schon der Schützenzug.

„Zum Abholen des Königs fertig!“ Die beiden Prinzen betreten die Wohnung des Königs. Sobald sie sich mit ihrem hohen Herrn im Türrahmen zeigen, fällt das Kommando: „Achtung! Präsentiert das Gewehr!“

Ernst, feierlich und würdevoll treten sie wieder in Reih und Glied ein. Hier haben sich einige Zuschauer angesammelt, sie wollen den feierlichen Akt mit ansehen.

Aber dann geht es auch schon weiter. An allen Straßenecken stehen die Kirchengänger, aus den Fenstern der Häuser betrachten die Frauen den Vorbeimarsch der Schützen, die Kinder laufen links und rechts vom Zuge mit. Sie bewundern den König und die Prinzen, die sie an ihren Schärpen sofort erkennen; ebenso den Kommandanten der einen „richtigen Säbel“ hat und auch die vielen Schützen, von denen mancher schon so viele Medaillen angeheftet

A marcha de Auersberg anima, é composta em três partes. O trio com seu imponente solo-contrabaixo faz as pernas voarem...

Em primeiro lugar se vai até o “velho” Rei, ele precisa ser buscado, bem como o Disco³ do Rei por ele doado. Ele caminha nervoso de um lado para outro. Sobre a mesa está deitado o Disco do Rei, lá fora está o estafeta que vai carregá-lo. O Rei inspeciona mais uma vez seu uniforme, a faixa é ajustada novamente, a calça e os sapatos estão em ordem. E aí já vem o comboio de atiradores.

“Estamos prontos para buscar o Rei”. Os dois príncipes entram na casa do Rei. Assim que eles aparecem com o nobre senhor no solar da porta, ouve-se a voz de comando: “Atenção! Apresentar armas!”

Sérios, festivos e com respeito voltam à fileira. Alguns espectadores vieram para presenciar este ato solene.

Então seguem em frente. Nas esquinas estão os freqüentadores da igreja, as mulheres observam a marcha dos atiradores pelas janelas, as crianças correm pelo lado direito e esquerdo do comboio. Eles admiram o Rei e os Príncipes, reconhecidos pelas faixas, bem como o comandante que possui uma “espada autêntica”, além destes os atiradores dos quais alguns já ostentem muitas medalhas, enquanto outros não têm nenhuma.

- “Meu pai também já tem seis medalhas”, comenta Fritz.

- “E meu pai não quer nenhuma, ele acha que isso custa um monte de dinheiro”, afirma o pequeno Willy.

Paul, o mais ajuizado, aborreceu-se com esta afirmação e disse: “Isto eu gostaria de ver; se seu pai soubesse atirar melhor ele aceitaria a medalha”.

Alguns dos garotos caem na gargalhada. Willy fica chateado, mas continua acompanhando o cortejo tranqüilamente. Quando a marcha retorna à Sociedade ouve-se o comando: “Debandar”, e com isso a primeira parte do programa está terminada.

Agora há uma pequena pausa. Alguns cansaram o braço carregando a espingarda. É preciso saber carregar uma espingarda *Aydt*, ainda mais ao redor da praça pública. Outros ficaram com sede e precisam “tomar uma agora mesmo”. Isso faz parte da festa do Rei do Tiro; hoje ainda serão “to-

³ Também conhecido por “alvo”.

hat und einige noch gar keine.

„Mein Papa hat auch schon sechs Medaillen“, sagt der Fritz.

„Und mein Papa will gar keine, er meint, das kostet bloß'n Haufen Geld“, behauptet der kleine Willy.

Ueber diese Behauptung ärgert sich der schon etwas verständigere Paul: „Das wollte ich doch sehen“, sagte er, „wenn dein Papa bloß besser schießen könnte, dann tät er die Medaille schon nehmen.“

Ein paar von den Jungens lachen hell auf. Willy ist ärgerlich, aber er läuft ruhig mit weiter. Wenn der Zug wieder beim Vereinslokal angelangt ist, heißt es „Wegtreten!“ und damit ist die erste Nummer des Programms erledigt.

Jetzt eine kleine Ruhepause. Einigen ist der Arm lahm geworden vom Gewehrtragen, denn ein richtiges Andt=Gewehr, das will erst mal getragen sein, so rund um den Stadtplatz herum; andere haben Durst bekommen, sie müssen „gleich mal einem nehmen“. Gehört auch zum Königsschießen; es werden heute noch mehrere „genommen“.

Und der alte König? Er nimmt jetzt seine Schärpe ab und hängt sie irgendwo an einen Nagel. Er weiß, seine Herrlichkeit ist jetzt ziemlich aus, fast niemand redet mehr vom „alten König“.

Sic Transit gloria mundi!

Der Wirt sorgt für eine gute Unterlage: eben kommen die Mädchen mit Würstchen und Sauerkraut. Auf einem provisorischen Ofen wird alles heiß gemacht und dann läßt einer nach dem anderen sich eine Portion geben. Am Ende des Tisches sitzt einer, der hat schon die zweite in Arbeit und im Schweiß seines Angesichts versichert er allen denen, die darüber staunen, daß er morgen nichts essen kann. Also, wohl bekomm's!

Nebenbei hat man alles zum Beginn des Schießens fertig gemacht. Der König legt vor – dann ruhig die Reihe weiter, wie sie gezogen haben. Die Schreiber rufen die Namen auf. Jeder macht seine 3 Probeschüsse, bis sie alle durch sind.

Alsdann beginnt das Preisschießen.

Jeder Schütze hat dazu 9 Schuß abzugeben und zwar zu je drei Schuß. Hierbei heißt es natürlich aufpassen und trotzdem hört man da öfters einen der Schützen ärgelich sagen: „Schade, ich habe mir einen Schuß versaut, eine 15, eine 16, und dann eine verdammte 10.“ „Das ist freilich ärgelich, aber nicht zu ändern.“

Vor dem Mittagessen wird nur die erste Serie auf Preise geschossen.

madras” outras tantas.

E o velho Rei? Ele agora tira a faixa e a pendura num lugar qualquer. Ele sabe que sua magnificência está chegando ao fim, quase ninguém mais fala do “velho Rei”. “*Sic transit gloria mundi!*” (*Assim passa a glória do mundo*).

O taberneiro se preocupa em preparar petiscos, as moças trazem salsichas e chucrute. Tudo é esquentado num fogão improvisado e cada pessoa pode servir-se de uma porção. O que deixa todos admirados é que no final da mesa há um cidadão fazendo um esforço danado para despachar o segundo prato. Ele afirma que amanhã não comerá mais nada.

Então, bom apetite!

Ao mesmo tempo, tudo ficou preparado para o início do tiro ao alvo. O Rei na frente - os outros em fila, assim como desfilaram. Os escrivães chamam pelos nomes. Cada um ensaia três tiros.

Então começa o Tiro dos Prêmios.

Cada atirador pode dar 9 tiros, três de cada vez. Aí todo cuidado é pouco, mas assim mesmo se escuta freqüentemente um dos atiradores bufar: “Pena, perdi um 15, um 16, e agora um miserável 10”. - “Isso realmente aborrece, mas infelizmente não dá para mudar”.

Antes do almoço, apenas são disparados os tiros da primeira série, valendo prêmio. Com isso terminado, todos vão para sua casa almoçar.

Nestes dias a dona-de-casa cozinha sempre algo especial. Sempre tem um ou dois frangos, além de outros pratos deliciosos e, para finalizar uma sobremesa especial. Assim também o almoço faz parte do ritual da festa do “Rei do Tiro”.

Pouco antes da uma hora todos os atiradores já se encontram novamente na Sociedade de Tiro.

Pontualmente à uma hora começa o evento mais significativo: o Rei do Tiro. Cada atirador atira no Disco do Rei. Normalmente o “velho” Rei imortaliza no disco seu ofício ou um acontecimento histórico ou político mundial, representado por um desenho.

Os atiradores estão um pouco excitados, mas nenhum deixa transparecer. Alguns estão com os sentimentos divididos quando chamados

Damitt ist man eben fertig und alles begibt sich nach Hause zum Essen.

Die Hausfrau daheim kocht an solchen Tagen meist immer etwas besser. Vor allem 1-2 Hühner, dann sonst noch einige leckere Gerichte und zum Schluß ein ertra=guten Nachtisch. Damit steht auch der Mittagstisch im Zeichen des Schützenfestes.

Kurz vor ein Uhr haben sich alle Schützen wieder im Vereinslokal eingefunden. Punkt 1 Uhr bricht die bedeutungsvolle Stunde an: Das Königsschießen! Jeder Schütze gibt einen Schuß auf die Königsscheibe ab. Gewöhnlich hat der alte König sein Handwerk oder seinen Beruf darauf verewigt, oder eine geschichtliche oder weltpolitische Begebenheit wird auf solchen Scheiben bildlich dargestellt.

Etwas aufgeregt sind fast alle Schützen, aber keiner läßt sich's merken. Einige sehen mit geteilten Gefühlen dem Augenblick entgegen, da sie zum Königsschuß aufgerufen werden. Ob er wohl König wird? Er denkt daran, wie er dann dekoriert wird nach Hause müssen sie ihn auch begleiten – und die Frau, was wird die erst sagen? Da muß er auch wieder an seine Geldtasche denken. Freilich, er bekommt ja ungefähr 100 Milreis, doch was ist das. Es ist vielleicht besser, wenn er nur Prinz wird, das ist billiger und eine Medaille bekommt er ja auch. – Aber da wird er schon aufgerufen. Klopfenden Herzens geht er in den Stand. Er weiß immer noch nicht recht, ob er König oder Prinz werden möchte. Er legt an, zielt – bum! Da hat auch die Kugel schon entschieden: eine 10. Nichts. Sein Prinz= und Königstraum ist verflogen, wie der Rauch aus seiner Büchse.

Die erste Aufregung hat sich nun gelegt. Sie sitzen wieder lachend und scherzend an den Tischen. Einer nach dem andern macht seinen Königsschuß und wie es dem kleinen Willy seinem Vater ergangen ist, geht es noch vielen anderen auch, bis ein lautes Halloh alle aufhorchen läßt. Eben ist der Schuß gefallen, alle blicken, nach dem Zeiger an der Skala. Der steigt hoch. „16!“ schreit alles. „Der wird König!“ „Abwarten, es sind noch mehr da!“

„Prinz bestimmt!“

„Ist mir ganz gleich“, sagt der glückliche Schütze, „Prost!“

Endlich ist man durch mit den Königsschüssen. So wie die Königsscheibe vorhin mit Musik nach dem Scheibenstand gebracht wurde, so wird sie jetzt auch wieder mit Musik abgeholt.

4 Zentrumschüsse sind da: eine 16 und drei 15ner. Der Zirkel wird angesetzt. 16 ist natürlich König und die beiden nächsten 15ner die Prinzen.

para o Tiro do Rei. Será ele o novo rei? Ele imagina como será condecorado e levado para casa – o que dirá a esposa? Ai é preciso pensar no bolso. Por certo, ele recebe 100 mil-réis, mas o que é isto! Talvez, seria melhor apenas ser Príncipe, isso é mais barato e também receberá uma medalha. Então ele é chamado. Ele toma posição com o coração palpitando. Ainda continua na incerteza entre ser Rei ou Príncipe. Aponta, mira – bum! Ai a bala já decidiu: um 10! Um nada! Seu sonho de Rei ou Príncipe se evaporou, assim como a fumaça de sua espingarda.

O primeiro alvoroço passou. Novamente estão sentados às mesas, rindo e gracejando. Um após outro atira e, como aconteceu ao pai do pequeno Willy, também aconteceu para outros tantos, até que um brado os deixa atentos; todos olham o ponteiro da escala. Este sobe ... – “16”! gritam: “Este vai ser o Rei”! “Esperemos, ainda há outros!”

- “Príncipe com certeza!”

- “Para mim é indiferente”, diz o feliz atirador. “Saúde”!

Finalmente todos terminam com o Tiro do Rei. Assim como antes, o “Disco do Rei” é levado para o estande do alvo acompanhado de música. Da mesma forma é retirado novamente, com música.

Quatro tiros acertaram o alvo central: um de 16 e três de 15. Um compasso é posicionado. O 16 naturalmente será o Rei e os dois mais próximos serão os Príncipes.

“Todos em posição!” Agora serão proclamadas as “Majestades”. O presidente oficializa os resultados e os três felizardos são solicitados a comparecer à frente. Uma dama prende as medalhas no paletó e coloca a faixa de Rei e de Príncipe respectivamente; mais algumas palavras do presidente, um triplo “Viva” – uma saudação musical e finalmente a proclamação.

Na Sociedade de Tiro o clima é animado. O ar está denso da fumaça das espingardas e do tabaco. Aos poucos a cerveja, oferta gratuita do Rei e dos Príncipes, se manifesta; é preciso cantar! Qualquer coisa – começam com uma canção de taberna no dialeto bavariano

“Agora, perdi minha casa bebendo,

Agora, não tenho dinheiro nenhum...”

E todos acompanham o canto. Prossegue-se com esta animação até

„Alle Mann antreten!“ Jetzt werden die neuen Majestäten proklamiert. Der Vorsitzende gibt das Resultat bekannt und die drei Glücklichen werden gebeten, vorzutreten. Eine Dame heftet ihnen die Medaillen an und schmückt sie mit den dazu gehörenden Königs- und Prinzenschärpen, dann noch einige Worte des Vorsitzenden – ein dreimaliges Hoch, einen Tusch zum Schluß und die Proklamierung ist beendet.

Im Schützenhause wird's nun schon laut und heiß. Die Luft ist dick vom Rauch der Büchsen und dem Tabaksqualm. Auch das Freibier des Königs und der Prinzen zeigt allmählich seine Wirkung; es muß ein Lieb angestimmt werden. Irgend etwas – mit einem Kneiplied in bayrischer Mundart fängt einer an:

Jetzt hob i mei Häuserl versuffa,

Jetzt hob i koa Gelb nimma mehr – und der ganze Tisch singt mit. So in recht animierter Stimmung geht es fort bis gegen Abend. Unterdessen ist auch das Preisschießen beendet; die Schreiber ziehen die Resultate zusammen und dann werden die Preise verteilt. Der beste Schütze sucht sich als erster den Preis aus, der ihm gefällt, und dann die Reihe weiter, nur der letzte muß nehmen, was übrig bleibt. Das Tagesprogramm war zu Ende. Jetzt muß noch der „neue König“ nach Hause gebracht werden, und genau wie am Morgen stellen sich die Schützen in Reih und Glied auf, den König nehmen die Prinzen in ihre Mitte, die Musik wieder voran und der Zug setzt sich in Bewegung. Diesmal spielen sie den „Louisenmarsch“, aber auch ohne Noten, die gebrauchen sie nicht mehr. Ein Begleiter fragt nur: „In welcher Tonart?“ „In zwei und drei B“, sagt der Kapellmeister; was sie zu greifen haben, wissen sie selber.

Bei der Residenz des Königs angelangt, verläßt dieser den Zug, während die Mannschaft präsentiert. Er bedankt sich für die Begleitung und bleibt entweder zu Hause oder geht von hier aus nochmals mit, gewöhnlich zu irgend einem Restaurant, wo er noch einiges Freibier für seine Schützen auffahren läßt.

Vor dem Dunkelwerden muß noch die Fahne zurück in's Vereinslokal gebracht werden und dann heißt es „Weggetreten!“

Abends findet dann der Schützenball statt. Hier muß der König nicht nur möglichst mit allen Schützen Damen tanzen, sondern er ladet sie auch zu Kaffee und Kuchen ein. Nur er und die beiden Prinzen nehmen daran teil, die Schützen haben ja ihr Teil schon am Nachmittage bekommen.

Ein recht animierter Ball, zu dem auch Nicht-Schützen eingeladen sind, der gewöhnlich bis in die ersten Morgenstunden andauert, beschließt das Fest und dann ist es wieder für ein Jahr vorüber – das Königsschießen.

ao anoitecer. Enquanto isso o Tiro dos Prêmios também termina, os escrivães somam os resultados e então será feita a distribuição dos prêmios. O melhor atirador escolhe o prêmio do qual mais gostou, depois continua pela ordem; só o último precisa contentar-se com o que restou. A programação do dia está encerrada. Agora só falta levar o “novo” Rei para casa e, assim como de manhã, os atiradores se colocam em fila, o Rei e os Príncipes ficam no meio, a banda de música novamente à frente e o cortejo se movimenta. Desta vez eles tocam a marcha “*Louisenmarsch*”, porém desta vez sem notas, isto eles não precisam mais... O acompanhante apenas pergunta: “Em que tom?” – “Em dois e três Si”, responde o Maestro da Banda, “eles mesmos sabem o que precisam tocar”...

Chegando à casa do Rei, ele abandona o cortejo enquanto o grupo dos atiradores fica em posição de sentido. Agradece pelo acompanhamento, talvez fique em casa ou os acompanha mais um a vez, geralmente a um restaurante qualquer onde oferece mais umas rodadas de cervejas para seus atiradores.

Antes de escurecer é preciso devolver a bandeira da Sociedade e finalmente o comando: “Debandar”!

À noite se realiza o grande Baile dos Atiradores. Aqui o Rei não só precisa dançar com todas as damas dos atiradores, como também precisa convidá-las para o café com bolo. Só ele e os dois Príncipes participam deste agrado, os demais atiradores já tiveram sua vez à tarde.

É sem dúvida um baile animado, para o qual também os não atiradores são convidados e geralmente só termina ao amanhecer. Com isto termina a Festa dos Atiradores e, então, é preciso esperar novamente um ano.

De braços cruzados

Ellen Annuseck¹

Artigo

A greve de 1950 na
Empresa Industrial
Garcia

- Já visitou as nossas fábricas?
- Percorri dezenas delas. Garcia, Hering, Gaitas, Artex, Cremer, com centenas de operários satisfeitos. Sim, friso esta palavra, satisfeitos!!! Neste abençoado Vale do Itajaí, onde a riqueza está perfeitamente distribuída, parece que não existem questões trabalhistas. Lê-se satisfação nos semblantes dos operários. (...) aqui vale o termo trabalhadores de fato!²

Um pequeno artigo publicado no jornal *O Lume* em 1949 nos chamou muito a atenção. Às vésperas de Blumenau entrar no “ano do centenário”, muitos dos artigos dos periódicos locais buscavam trazer para o leitor informações sobre a cidade e especialmente sobre a capacidade de trabalho de seus habitantes. Era pelo viés da “superioridade” e do “adiantamento” que Blumenau aparecia no contexto dos festejos do centenário. Exaltava-se a cidade como uma “vitrine da operosidade” de Santa Catarina³, especialmente em relação aos seus “trabalhadores de fato”.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada à linha de pesquisa Trabalhadores: experiências, solidariedades e conflitos.

Essa reafirmação constante do trabalho de Blumenau como um diferencial se pauta no período da nacionalização, onde essa mesma capacidade de trabalho do teuto-brasileiro foi sendo apropriada pela cidade para enfatizar os benefícios da colonização européia no Brasil, já que tanto a língua alemã quanto os aspectos tradicionais dessa cultura precisaram ser suprimidos do cotidiano destes moradores. “Sendo assim, a imprensa blumenauense aproveitou o discurso dignificador das colônias teuto-brasileiras para reelaborar a representação da etnia alemã, através do trabalho, tendo em vista o contexto nacionalizador”⁴.

Encontramos nos jornais e revistas do período reportagens sobre a fundação da cidade, aspectos da colonização, exaltação do pioneirismo especialmente na indústria, etc.. Mas foi um ano envolto também em muitas outras discussões, especialmente porque em outubro aconteceriam as eleições para presidente (onde concorreria novamente Getúlio Vargas), prefeito, deputado federal e estadual e vereadores. Os noticiários sobre o centenário tornam-se também palcos de disputas políticas entre os candidatos da UDN, PTB, PSD, PSP e PRP⁵. Debates sobre o descaso com imóveis abandonados no centro da cidade, a retirada da favela Farroupilha, o atrasado estado das obras de calçamento das ruas “Sete” e “São Paulo”, o empréstimo da Caixa Econômica Federal para o andamento das obras que não recebia o aval do governador do Estado e a possível falta de trigo para as festividades eram os assuntos mais comentados⁶.

Porém, neste mesmo ano comemorativo, os jornais não conseguiram encobrir uma outra notícia. Em 15 de fevereiro de 1950, os trabalhadores da Empresa Industrial Garcia paralisaram seus serviços. Era greve! Nesta indústria, cerca de 1.400 operários ficaram fora de seus serviços. Dois dias depois os operários e operárias da “Fábrica de Gazes Medicinais Cremer” e “Empresa Gráfica Catarinense” também aderiram ao movimento, como também o fizeram a “Fábrica de Chapéus Nelsa” e a “Algotex” na semana seguinte. Juntos, somavam-se 1.700 trabalhadores, mais ou menos: 23% dos operários da cidade (na indústria de transformação somavam-se 7.809 pessoas) não estavam trabalhando⁷. Isso vem nos trazer indagações sobre o que seriam esses “operários satisfeitos” e o que seria essa ausência de “questões trabalhistas”, já que a greve veio “tornar visíveis e públicas as condições de trabalho e vida”⁸ dos operários e que não condiziam com o que se falava delas.

O que faremos neste artigo é mostrar a rotina da greve, seu dia-a-dia, analisando os dados que ela sugere, buscando encontrar entre os próprios operários subsídios para confrontar essa idéia de “satisfação”, já que presuponemos que a idéia de “trabalhador alemão” é um mito construído, que não é dado, como afirma Méri Frotscher¹⁰. Reafirmando a sua capacidade ao trabalho e os próprios discursos que vigoravam na cidade, o empregado conseguiria também os seus benefícios, especialmente na procura de um emprego ou mesmo como argumento para o aumento de salário. Mas pensamos que os operários e as operárias da cidade encontravam também outras formas de se expressarem em relação ao trabalho. Afinal, esse ideal era suprimido quando os operários percebiam que os benefícios do seu trabalho não traziam os devidos benefícios para as suas vidas. Nesse sentido “se reconhece que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam numa relação consigo mesmo”¹¹.

Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia

Por volta das 22h, quando iniciaria-se o terceiro turno de atividades da Empresa Industrial Garcia naquela quarta-feira, dia 15 de fevereiro de 1950, o portão principal de acesso à fábrica foi sendo ocupado pelos empregados. Ficaram ali durante a noite. No início do primeiro turno, às 5h da manhã, os operários que se dirigiam ao trabalho depararam-se com a “parede” formada em frente ao portão. Alguns esperavam entrar na fábrica para trabalhar, mas isso não aconteceu. Sendo assim, a “ilegalidade” da greve se pautava no bloqueio da entrada da fábrica para aqueles que pretendiam trabalhar e também pela formação de piquetes em frente à fábrica.

Quando o Sr. Gerhard chegou para trabalhar naquele dia também pensou que poderia entrar. Num confronto com outro operário, ele caiu de sua bicicleta, tirou sua garrafa térmica e bateu na cabeça de um dos grevistas, causando alvoroço no local. Após o ocorrido voltou para a sua casa, permanecendo ali até o final da greve. Mesmo não estando junto com os grevistas ele enfatizou que um pouco antes da greve preferia a sua demissão em função de seu salário baixo, um dos argumentos mais expressivos para a greve naquele ano, e esperava encontrar num outro ofício uma remuneração mais satisfatória. Porém, ao requerer sua demissão enfatizando os motivos, a direção colocou-o num outro cargo onde ganharia mais. No dia 14, ou seja, um dia antes da greve, havia começado neste novo serviço¹².

Outro funcionário também teria sido impedido de passagem, porém, fora reconhecido como o empregado da Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia: “este nós temos que deixar trabalhar (...) e nós necessitamos de alimentação no prazo da nossa greve”¹³. Sendo assim, o Sr. Ronaldo dirigiu-se à Cooperativa, que ficava do outro lado da rua, mantendo assim o abastecimento regular aos empregados da indústria, enfatizando, porém, que era proibida a compra de mais produtos, ou seja, estaria disponível aos operários apenas aquilo que possuíam em estoque¹⁴.

Ainda na quinta-feira pela manhã, juntando-se aos operários estavam na empresa, situada no bairro Garcia, o cap. Leônidas Cabral Herbster, Delegado Especial de Polícia, e o Delegado do Ministério do Trabalho em Blumenau, José Ferreira, para pedirem o retorno ao trabalho sob a alegação de que a greve era ilícita e que o melhor modo de manifestarem-se era através do dissídio coletivo¹⁵, comentário esse feito sob as vaias dos empregados, já que para eles o dissídio não era garantia de vitória e que greve era um recurso válido naquele momento¹⁶.

Naquela manhã os operários mostravam através de fitas com algarismos, o saldo final do mês e apontavam a dificuldade de comprar leite, pão e carne, visto que os descontos na folha de pagamento e os gastos com a cooperativa consumiam todo o seu salário¹⁷. Porém essas questões não eram novidade na cidade, já que perduraram também durante toda a década de 40. Durante a guerra, as indústrias nacionais procuravam cobrir a demanda de produtos do país; sendo assim, o excesso de trabalho e a necessidade de mão-de-obra nesse período trouxeram para a cidade um contingente grande de migrantes, procedentes especialmente de áreas rurais¹⁸.

Esses trabalhadores reviviam ainda antigas situações como por exemplo a restituição, em 1942, da jornada de 10 horas de trabalho e a proibição de “dissídios coletivos”, para contestar essa medida em nome do “estado de guerra”. No mesmo ano as férias foram proibidas, incluindo nas indústrias têxteis, sem contar que os trabalhadores que tivessem faltas, ausências ou mesmo desistências de emprego eram considerados “desertores”¹⁹. Viviam também às revelias de um alto custo de vida. Um índice sobre o aumento dos produtos básicos na alimentação feito nas 22 capitais do país demonstra o encarecimento do custo de vida no Brasil em 134% de 1940 a 1945. Produtos como o arroz custavam em 1940 Cr\$ 1,22, já em 1945 custavam Cr\$ 2,83. O feijão passou de Cr\$ 1,22 para Cr\$ 2,36²⁰.

Por isso, em 1945, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau enviou uma correspondência aos industriais para enfatizar esse encarecimento do custo de vida e pedir que eles aumentassem ou fizessem um abono mensal nos salários dos trabalhadores na classe, na seguinte base: até Cr\$ 500,00, 40%; de 500 a 1.000,00, 30%; de 1.000,00 a 1.500,00, 25%²¹. Não surtindo efeito, os operários da Empresa Industrial Garcia entraram em greve no mês de outubro de 1945²², constituindo junto com outras indústrias do país parte dessa “explosão” de protestos operários no pós-guerra, como afirma Maria Célia Paoli. Só nos dois primeiros meses de 1946 foram 60 greves e outras 15 durante o ano, 18 em 1947 e 25 em 1948. Elas “parecem demonstrar o quanto o acúmulo de tensões no nível da fábrica podia sustentar a energia do movimento”²³.

No pós-guerra, após este surto exportador, as indústrias têxteis começaram a sentir a retração das exportações em função da retomada da produção em outros países. Outro problema era a falta de mercado interno, em função dos altos preços e o suporte econômico das indústrias mediante a exportação²⁴. A Empresa Industrial Garcia não fugia à regra. Com mais de 50 anos, na década de 40 parte das suas máquinas era obsoleta, como lembra a D. Inge, que começou na Empresa Industrial Garcia em 1948: “faltava um pouco e às vezes a máquina enguiçava muito, não ia muito bem, quando eu comecei eles tinha muitas máquinas antigas, daquelas rodas de ferro”²⁵.

Mas uma das maiores revoltas era de que o lucro alcançado com a exportação não fez tanto efeito na vida dos trabalhadores, sendo que para estes a guerra contribuiu para que “adquirissem uma nova consciência de sua importância na economia nacional”²⁶. Este novo início de década refletia todas essas problemáticas. A sua precária condição de vida refletia um desrespeito e um não reconhecimento do trabalho destes operários, o que suscitou nessa sensação de injustiça e nesse acúmulo de tensões. E.P. Thompson fala que uma ação coletiva se efetivará no momento em que estas pessoas sentem que têm poder para reivindicar seus interesses²⁷. É o que estes operários fazem.

Durante a greve de 1950 os grevistas dividiam-se em duas vertentes. Um grupo cuidava da entrada da fábrica e uma comissão de fábrica buscava um contato com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Esta comissão de fábrica já existia antes da greve, com certos “poderes” mais restritos, como afirma Otacílio Nascimento (ve-

reador local) em entrevista concedida ao jornal *A Nação*, porém durante a greve tinha esses “poderes” ampliados, ou seja, poderiam deliberar como porta-vozes dos interesses dos companheiros de fábrica. Esta mesma comissão, que aparece sob o nome de “comissão de grevistas” ou “comissão de fábrica”, poderia assumir as mesmas responsabilidades de um sindicato, visto que este nem sempre era “a instância primordial de expressão e organização política dos trabalhadores”²⁸.

O Sindicato²⁹, sob a presidência de Leopoldo Ferrari, mostrava-se contrário a esta manifestação grevista: “eu era contra a greve, sempre fui. E dizia sempre para os operários que com boas maneiras se consegue muito mais do que com esta violência que vocês estão fazendo...”³⁰. Esta opinião explica-se pelo fato do sindicato “nem sempre representar a classe trabalhadora, preferindo definir-se em relação à conjuntura político-institucional”³¹. Fazendo um estudo sobre este Sindicato, Maria de Fátima Sabino Dias demonstrou que a diretoria que recentemente iniciara suas atividades no ano de 1950 não tinha muito a simpatia do operariado, especialmente porque era uma “diretoria conservadora, composta por indivíduos bastante identificados com o patronato blumenauense”³².

Sendo assim, esperavam a finalização da greve para posterior instauração de dissídio coletivo, por isso prontificaram-se a estabelecer um contato entre o patronato. Foi convocada uma reunião entre o diretor-gerente da Empresa Industrial Garcia e o Sindicato, que até a sexta-feira não haviam entrado num entendimento. Na tarde do dia 16, sob o comando do Delegado de Polícia, uma patrulha da força de polícia de Blumenau chegou no local para tentar, por outros meios, desfazer a parede. Não conseguiram. Essa ação policial se legitimava no fato da greve ser considerada ilegal, mas a falta de confrontos deste tipo na cidade pode ter contribuído para a frustrada tentativa destes policiais na liberação do portão. Com o saldo negativo da ação, uma patrulha do 23º Regimento de Infantaria de Blumenau foi convocada para permanecer no local e impedir possíveis conflitos.

Com a greve eram mais ou menos 1.400 empregados que estariam longe de suas funções na fábrica. Por isso, antes mesmo de um acordo, preteria-se a volta dos operários ao trabalho de qualquer maneira, sob o argumento de impedir a estagnação da economia blumenauense. A Delegacia de Polícia informou então ao Delegado da Ordem Política e Social (DOPS), de Florianópolis, sobre a necessidade de virem reforços policiais para a cidade, o

que aconteceu ainda na quinta-feira, quando estes policiais chegaram diretamente para a fábrica com o objetivo de forçar a ruptura da “parede”, mas encontraram a resistência dos grevistas.

Para os piquetes em frente à fábrica e o bloqueio da passagem pelo portão principal, os operários revezavam-se. Com isso não seriam derrotados pelo cansaço e mobilizariam mais operários no movimento, já que o bloqueio do portão teria sido o ponto forte da continuidade da greve. Estes piquetes, que foram tão resistentes à ação policial, mostravam, acima de tudo, que esta mesma cumplicidade e organização, especialmente de funções concernentes à greve, era uma amostra de que a paralisação acontecia “de dentro para fora”³³, a partir de experiências vividas entre os trabalhadores no próprio ambiente de trabalho.

A comissão de greve pôde se manifestar pela primeira vez no jornal *A Nação*. Neste periódico puderam esclarecer alguns pontos sobre a greve. Enfatizaram primeiramente que os boatos sobre a retenção de pessoas dentro da fábrica era falso. Afirmaram também que a tomada do portão não aconteceu por acaso, não era a representação da “violência”, como o jornal afirmara. Tinha uma finalidade bem mais coesa, que era de preservar o patrimônio da fábrica para que no futuro não fossem acusados de dilapidação do mesmo e também para evitar a entrada de companheiros desleais, possibilitando maior força ao movimento. A deslealdade se firma na incapacidade de muitos operários externarem a sua insatisfação, mesmo que ela tenha sido compartilhada anteriormente. Aproveitam para colocar as suas reivindicações:

Aumento de salário para os que ganham até 800 cruzeiros mensais (50%); idem para os que ganham mais de 800 até 1.300 cruzeiros (30%); para os que ganham mais de 1.300 (30%); incorporação do atual abono ao salário na mesma folha de pagamento de modo que resulte folha única; pagamento do repouso semanal remunerado na forma da lei; facultar aos operários direito de recorrer, quando doentes, a outros médicos, caso o operário doente não se conforme com a decisão do médico da empresa³⁴.

As discussões sobre o abono salarial e o repouso semanal remunerado tramitavam entre as notícias dos jornais há um certo tempo e ganharam maior evidência depois das greves. Foi através do vereador petebista Otacílio Nascimento, acusado por muitos de ser um instigador da greve, que

estas discussões apareceram nos jornais ainda em janeiro de 1950. O repouso semanal remunerado legitimado na Lei 605 da CLT indica que os trabalhadores mensalistas devem receber pelos 30 dias do mês, ou seja, recebendo também a remuneração pelos dias não trabalhados, sendo um procedimento igualmente utilizado no cálculo de faltas ou mesmo horários suplementares³⁵. Na Empresa Garcia o procedimento era diferente: pagava-se uma porcentagem de 17% sobre a totalidade da remuneração com o título de “remuneração de repouso para domingos e feriados”³⁶.

O problema do abono e do salário se pauta na averiguação de que alguns empregadores, para efetuar alguma punição aos empregados, acabam diminuindo o abono. Sendo que este deve estar ligado diretamente ao salário, a ilegalidade acontece porque “o salário do empregado é inatingível, não se podendo fazer sobre ele nenhum desconto”³⁷, como afirma o artigo 462 da CLT. No caso da Empresa Industrial Garcia o abono e o salário eram duas coisas separadas, já que havia os salários e os abonos de incentivo à frequência, que eram pagos em “Folha de Pagamento”³⁸. Nas reivindicações suscitadas pelos operários, além de estar sendo evidenciado o descompromisso com as leis trabalhistas, os empregados também se mostram incomodados com o serviço médico local. Possivelmente o precoce retorno ao trabalho, mesmo ainda enfermo em função da prescrição médica apresentada, prejudicava a saúde desses operários.

O Sr. Ernesto Stodieck foi procurado pela mesma reportagem e falou que o caso estava entregue à polícia e à respeito das reivindicações dos empregados ele não teria se pronunciado³⁹. Os empregadores se colocaram na posição de verdadeiras autoridades nessa greve e em grande parte os jornais contribuíram para que essa perspectiva se comprovasse, evidenciando sempre que eles só chegariam num acordo com a volta dos grevistas ao trabalho, enfatizando em grande parte que o “erro” era dos empregados.

Na sexta-feira pela manhã, dia 17, os operários da “Fábrica de Gazes Medicinais Cremer”, em torno de 300, entraram em greve, exemplo seguido pelos empregados da “Empresa Gráfica Catarinense”, que aderiram ao movimento pela tarde. Os empregados da Gráfica já tinham paralisado o serviço dias atrás, voltando ao trabalho depois de suposto acordo. Agora a possível “onda” de greves na cidade era um temor latente, indicando uma problemática disfarçada pelo nome de “operários satisfeitos”.

Raul Caldas, Delgado do Ministério do Trabalho de Florianópolis,

chegou na cidade na sexta-feira e comentou que estaria voltando sua atenção para a Empresa Industrial Garcia em função de envolver mais operários paralisados e porque a greve era considerada por ele mais “violenta”. O que incomodou em grande parte estas autoridades locais foi o fato dos operários resistirem a essas mesmas autoridades, especialmente em relação aos policiais. O que para os operários seria uma ação de proteção e de legitimação de sua posição em relação à greve, para as autoridades seria uma violenta represália.

Procurando resolver a situação da Empresa Industrial Garcia, uma comissão de grevistas reuniu-se ainda na manhã de sexta-feira com o fiscal do Ministério do Trabalho e o presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Com uma proposta em mãos, os mesmos representantes tentariam uma conciliação diretamente com a direção da indústria, que estava sendo defendida pelo advogado Luiz de Freitas Melro. Dirigiram-se novamente para a Empresa Industrial Garcia e lá discursaram aos grevistas para que fossem para casa mantendo a situação de greve. Esta resolução era igualmente aceita e enfatizada pelo sr. Otacílio Nascimento e o advogado Arnaldo Martins Xavier. Alguns grevistas realmente abandonaram o piquete e foram para casa, mas a maior parte permaneceu em frente aos portões⁴⁰, o que não significava uma retração do movimento, mas uma reafirmação do mesmo, já que a maior parte permaneceu na sua posição. É no portão da fábrica, o elo de ligação com o trabalho e com os “espaços da vida” como cita Maria Célia Paoli, que os operários marcam a vida operária⁴¹.

Permanecendo em frente a este portão, os grevistas conseguiriam reafirmar constantemente as suas insatisfações, além de instaurarem no movimento uma forma de comunicação mais rápida e eficiente do que se estivessem em suas residências. Além disso, “o trabalhador (...) adquiria um senso de coletividade e de identidade com seus companheiros”⁴². Mas como grande parte desses grevistas não tinha acatado a “sugestão” de retorno ao trabalho, ainda na noite de sexta-feira, dia 17, a represália por parte dos policiais que tinham vindo de Florianópolis seria iniciada:

uma nova tentativa se registrou à meia-noite quando os choques policiais rumaram para o local atacando os grevistas com bombas de gás lacrimogêneo, ao mesmo tempo que disparavam tiros de metralhadoras e fuzis para o ar. Não conseguiram, porém, abrir os portões, pois a eles se agarraram desesperadamente os grevistas, embora cegados momentaneamente pelo gás. Na ocasião, registraram-se cenas

indescritíveis no local, pois em meio do tumulto algumas mulheres desmaiaram, enquanto outras se punham a gritar alucinadas. Não se registrou *qualquer reação* contra os policiais, mas estes não conseguiram abrir os portões, que mantiveram fechados⁴³.

Um dos mais “promissores” recursos para desfazer a “parede” e tomar o poder da fábrica dos grevistas foi em vão, apesar de horas depois os policiais atravessarem os muros para a ocupação interna da fábrica. Mesmo sendo aliciados a voltarem para suas casas com argumentos de pouca representação, especialmente no que tange ao dissídio coletivo e precisarem resistir a um pelotão de polícia, o piquete formado pelos grevistas confirmou a sua força.

Esperava-se que os grevistas tivessem consideração pelo “prestígio” da autoridade policial e não resistissem a essa ação policial, como evidencia uma nota publicada no jornal, apontando a greve da Empresa Industrial Garcia como uma atitude ilegal, de caráter subversivo, sedicioso e violento⁴⁴. Ao mesmo tempo que o jornal publica que não houve reação por parte dos grevistas, sabe-se que sem reação eles não teriam conseguido permanecer no portão. Reagiram jogando as bombas para longe, minimizando os efeitos dela, segurando o portão a qualquer custo, ou seja, eles reagiram, sim, contra os objetivos dos policiais.

Na memória de quem presenciou esse cenário, algumas situações foram diferentes, como evidencia o Sr. Anton, funcionário do escritório e que residia numa das casas da vila operária: “não, não, tiros de metradalhoras não deram, mas numa agitação, quando a polícia chegou para dispersar aquela turma que estava na frente do portão, que não deixavam o pessoal entrar, eles jogaram uma bomba de gás lacrimogêneo”⁴⁵. De qualquer maneira parece que não foi só isso, especialmente porque jornais de outras cidades, como Joinville, pronunciaram-se pela primeira vez a respeito da greve após essa ação policial, que com certeza foi representativa nesse contexto⁴⁶.

Outro relato que ficou marcado nessa ocasião foi a tentativa de fuga de um dos grevistas que queria passar pela “pinguela”⁴⁷ que ligava a Rua Amazonas ao outro lado do ribeirão Garcia, mas que já estava obstruída pelos policiais. Sendo assim, esperava passar por baixo da ponte, mas acabou caindo no ribeirão. Chegando lá, teria dito: “olha, podiam fazer tudo, bater em empregado, soltar lacrimogêneo, mas não tirar a ponte!”⁴⁸. Esse comen-

tário não aconteceu, mas foi “imaginado” por muitos operários. O que os operários sentiam em relação aos policiais, antes mesmo de ser um sentimento de receio ou medo, era de desconfiança, já que sabiam que os policiais poderiam utilizar-se de seu poder para regular a vida deles. A derrubada da “pinguela”, que era essencial para muitos trabalhadores deslocarem-se para o trabalho/casa, é um exemplo disso⁴⁹.

Os soldados do 23º B.I. não fizeram parte da ação, deixando para os policiais de fora a responsabilidade pelo evento e eventualidades que poderiam ocorrer nele, como por exemplo mortes, ferimentos... Fala-se que um homem foi ferido, mas era um operário da Artex que transitava de madrugada pelo local⁵⁰. Na tarde de sábado, a comissão de grevistas teria ido se pronunciar com os grevistas que se encontravam em frente ao portão. Conforme consta no jornal eles teriam dito aos companheiros que poderiam ficar ali se quisessem, enfatizando que não reagissem aos policiais, tratando-os com “humanidade”. A notícia no jornal faz parecer que comissão e grevistas formam dois grupos distintos, mas estes artigos publicados nos jornais precisam ser lidos com desconfiança, já que notícias “deslocadas” poderiam ser estrategicamente colocadas para criar conflitos entre os grevistas e a opinião pública.

Os piquetes e o resguardo do portão não eram um desejo de todos os operários, mesmo porque não eram os 1.400 operários que ficavam em frente à fábrica. O Sr. Anton fala que na Empresa Industrial Garcia, em frente à fábrica, “não tinha mais do que 50 pessoas ali e 20 delas é que cuidavam do portão”⁵¹. Não havia unanimidade na greve, cita o Sr. Anton e também seria difícil adquirir essa unanimidade num grupo de operários tão heterogêneo, que se constituía de pessoas de diversos lugares do Estado.

Uma boa parte dos operários da Empresa Industrial Garcia não tomou parte dessa greve no sentido de manifestarem-se nos piquetes, mas os descontentamentos provavelmente eram compartilhados; caso não fossem, os empregados que estavam em suas casas e que eram em maior número, poderiam suprimir a greve. Porém, ganhando a greve, todos seriam contemplados, mas os que não “participaram” sairiam ilesos numa possível represália. Essa “não participação” na greve era na verdade uma forma de proteção tanto de seu trabalho como de sua moral, já que muitas vezes greve era sinônimo de “vagabundagem”.

Na terça-feira, dia 21 de fevereiro, mais duas indústrias são paralisadas.

das: a Fábrica de Chapéus Nelsa entra em greve e aderem também ao movimento os operários da Algotex. Ainda assim, na quarta-feira pela manhã os operários da Gráfica Catarinense retornaram ao trabalho, sendo comemorado um passo ao “declínio” do movimento devido aos “esforços” do Ministério do Trabalho, que podem ser entendidos de diversas maneiras, como por exemplo a ameaça de demissões por parte da própria indústria.

Novamente um representante dos grevistas procura o jornal *A Nação* para esclarecer sobre a tomada dos portões. Além do jornal estar sendo um veículo de informações sobre a greve e concedendo um espaço aos operários, ganhava também um certo prestígio entre a população, já que o outro periódico, *Cidade de Blumenau*, não relatou sequer uma linha sobre o movimento⁵². Este representante dos grevistas da Empresa Industrial Garcia teria enfatizado que eles não haviam fechado os portões, mas sim, conservado-os do jeito que estavam, fechados! Comentou ainda que o portão ao lado da portaria sempre permaneceu aberto⁵³. Essa informação surge como uma estratégia dos grevistas em evidenciar a desnecessária ação policial. Eles souberam tomar a mesma a seu favor, deslocando o sentido de “violência” para o lado dos patrões. A diferença entre “fechar” e “manter fechado” o portão era significativa. Os grevistas teriam apenas resguardado a fábrica, evidenciando simbolicamente que os portões só se abririam com suas reivindicações aceitas pela empresa; não teriam “tomado” a fábrica para si.

O jornal anunciou que no 10º dia de greve não havia ainda sinais de alteração da situação e que tudo estava em relativa “calma”. Uma estranha “calma”, visto que o memorial redigido pelo sindicato aos industriais havia sido recusado por eles e os operários mantinham-se firmes na greve. Mas o estranhamento do redator frente a essa “situação fora do comum” poderia se explicar pelo fato da fábrica esconder atrás desses muros o que acontecia dentro dela, especialmente no que concerne às condições de trabalho e ao movimento de transformação dessas pessoas, que em geral vinham do campo, em operários. Foi o movimento operário que externou tudo isso, e enquanto isso não acontecia, a fábrica era conhecida apenas pelo seu trabalho e, apesar do barulho das máquinas, era um espaço de silêncio⁵⁴.

O que se falava das fábricas ou dos operários era fruto desse silêncio promulgado especialmente pela imprensa, visto que os operários não tinham uma imprensa própria e as notícias que poderiam colocar a posição dos trabalhadores em relação ao trabalho na fábrica não tinham um campo de

publicação ou mesmo de promulgação. Esse mesmo “vazio” ficou em relação aos boatos de possíveis greves em outras regiões da cidade. Como os redatores procuraram a confirmação destes com a polícia, não descartamos a possibilidade de terem realmente ocorrido movimentações que foram prontamente abafadas, especialmente nas regiões mais afastadas do centro da cidade.

As indústrias também se articularam no sentido de enfraquecer o movimento através da progressiva falta de alimentos aos grevistas. Um debate que se suscitou no jornal *A Nação* foi o fechamento da Cooperativa da Cremer, o que se explicaria pelo fato da Cooperativa não pertencer exclusivamente aos operários, sendo eles associados. Mas é evidente que procurou-se afetar a greve, restringindo o abastecimento das famílias, forçando uma retomada do trabalho por parte deles para terem então possibilidade de comprar comida. Já a Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia permanecia apenas com o estoque que já possuía.

Nas Cooperativas marcava-se o total de compras e descontava-se posteriormente da folha de pagamento. Além disso, no “armazém”, como chamavam muitos ex-funcionários da Empresa Industrial Garcia, eles comentam que comprava-se no sistema do “balcão”, onde “todos os pacotes eram efetuados manualmente através de conchas e todo o sistema de venda era simultaneamente a granel”⁵⁵. Sem dinheiro não poderiam comprar em outro lugar, e sem comida na cooperativa, estariam numa situação desconfortável.

Em pouco tempo “não tinha salário, não tinha comida, não tinha nada!”⁵⁶. Cogitou-se a possibilidade das comissões de grevistas apelarem aos outros trabalhadores de Blumenau e de outros municípios para que fossem enviados recursos, já que, conforme afirma Otacílio Nascimento, muitas famílias já estariam com os recursos esgotados⁵⁷. Não tivemos mais nenhuma informação sobre esse procedimento, porém, o fato de chegarem a cogitar essa possibilidade é um fator relevante para se pensar nas condições em que estavam muitas das famílias das indústrias afetadas.

Com mais de 15 dias, novas perspectivas da greve na Empresa Industrial Garcia surgem no jornal, através de uma reportagem publicada anteriormente na revista *O Vale do Itajaí*. O redator do artigo discorreu sobre os problemas encontrados na Empresa Industrial Garcia em relação à sua administração. Acusaram os acionistas - a família Heuer, do Paraná - de

manterem muita distância de seus operários e enfatizaram que o diretor-gerente encarregado de administrar a fábrica não possuía um vínculo com o ambiente industrial, já que não teria participado do crescimento da indústria, estaria lá apenas para administrar e lucrar. Este diretor-gerente era Ernesto Stodieck Jr., que ocupou o cargo na Empresa Industrial Garcia em 1940.

Além de ser uma perspectiva bastante provinciana, estava também implicitamente enfatizado nesse pensamento que a ameaça de colapso econômico e a perturbação do desenvolvimento de Blumenau seria fruto da incapacidade do Sr. Stodieck de “cuidar” dos seus operários. Em pleno ano do centenário, quando o progresso e o desenvolvimento eram lemas centrais da festa, a “paz” era indispensável para que o progresso não estacionasse⁵⁸. Em poucas palavras, ingenuamente argumentavam que essa pessoa “estranha” ao meio viria para estragar o que se levou tanto tempo para ser construído na cidade.

Mas existiam outros fatores indicados no artigo que podem ser melhor explorados. Acusaram e denunciaram o Sr. Ernesto Stodieck Jr. com base numa idéia de paternalismo que pensava-se vigorar com amplitude na cidade. Segundo Michelle Perrot, o paternalismo tem três características: “(1) a presença física do patrão nos locais de produção; (...) (2) na linguagem da empresa familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos; (...) (3) Os trabalhadores aceitam essa forma de integração e até a reivindicam”⁵⁹. Nesse sentido a reportagem procura demonstrar que após a sua efetivação no cargo, passado um tempo ele teria deixado de “auxiliar o quadro de futebol, que já era uma tradição na Garcia - o Amazonas (...) e por falta de apoio não mais se efetuou a festa brasileira de São João, que reunia as famílias dos trabalhadores”⁶⁰.

O Sr. Antônio, antigo empregado, que chegou a permanecer na empresa durante 43 anos, também enfatiza que no tempo do Sr. João Medeiros, antigo diretor-gerente, as festas de Natal aconteciam todos os anos, “mas depois que entrou o Sr. Stodieck acabou-se tudo, foi tudo para o monte”⁶¹. Pensamos, nesse sentido, que as relações entre patrões e empregados no período do Sr. Stodieck pareciam ser mais formais. Ele administrava e comprava a força de trabalho dos operários, o que comprometia a própria visão que estes trabalhadores tinham do seu trabalho.

“Comprar” a mão-de-obra era uma ação bastante individualista e os operários não pensavam desta maneira, especialmente numa relação

paternalista. Os operários esperavam que a sua atuação na indústria pudesse gerar novos empregos para seus filhos, já que a família era a base desse tipo de administração. Neste sentido, os industriais procuravam empregar “toda a família para garantir o recrutamento e a fidelidade da mão-de-obra”; sendo assim, os “pais (...) são responsáveis pelo trabalho e pela subordinação dos seus filhos”⁶².

Sendo assim, a relação paternalista que tendia a existir na Empresa Industrial Garcia parece ter sido bruscamente rompida, já que ela acontecia especialmente em pequenas intervenções dramáticas, como, por exemplo, as gratificações, churrascos, festas, presentes de final de ano, etc., num momento em que os empregados tornavam-se “cúmplices de sua própria opressão”⁶³. Mas eram intervenções que os operários legitimaram como um direito constituído nessa relação implícita de muitas regras e valores que eles compreendiam e executavam muito bem. Em casos de emergência, especialmente nos momentos de encarecimento financeiro, era com a legitimação desses direitos adquiridos que os trabalhadores se manifestavam. Neste novo período da Empresa Industrial Garcia os operários não encontraram esse suporte. Não que esta nova direção tivesse “abandonado” os operários, mas havia uma incompatibilidade na conversação entre empregados e patrão. Em relação aos empregados, foram-lhes tiradas todas as bases de reconhecimento de uma relação paternalista, como por exemplo, o contato direto com o patrão, as festas, o reconhecimento do seu trabalho. Em relação ao patrão, um novo modelo vigorava, o do assistencialismo.

Desde a entrada do Sr. Ernesto Stodieck Jr. na direção da indústria, algumas mudanças significativas na paisagem do bairro Garcia aconteceram. Em 1950 o número de casas populares chegava a 200; da mesma maneira, em função do incremento da indústria têxtil no período da guerra, o quadro de empregados aumentou em 46% desde a sua entrada na gerência⁶⁴. Conforme um relatório da empresa redigido em 1950, a empresa possuía “seção social trabalhista, gabinete médico, dentário, creche para os filhos das operárias, enfermaria completamente equipada (inclusive raios ultravioleta, infravermelho e radioterapia) (...) seguro de vida gratuito”⁶⁵.

Poderia ser considerada uma indústria à frente das outras indústrias da cidade e pensamos que essa era a intenção dos acionistas da Empresa Industrial Garcia. Porém, é exatamente pelo viés do assistencialismo, juntamente com a construção de moradias para os empregados, o uso de mão-de-

obra inexperiente⁶⁶, o relativo “isolamento” (como no caso do Vale do Garcia) e a diminuição do espaço entre fábrica e trabalhadores que os empregadores legitimavam o seu descomprometimento com as leis trabalhistas e, utilizando um grande número de mão-de-obra, poderiam concorrer então com as outras indústrias de produção têxtil⁶⁷. Muitos destes recursos assistenciais que contribuiriam para melhorar a vida do operário conseguem na verdade atrelá-los cada vez mais ao mundo fabril. Trazendo novos benefícios, mas suprimindo outros, a empresa consegue colocá-los em estreito funcionamento com ela: da casa para o trabalho, do trabalho para casa.

Essa problemática da administração da fábrica juntava-se às acusações de um “falso protetor” Otacílio Nascimento, que estaria fomentando a greve com outros interesses pessoais e eleitoreiros, e enfatizam que tudo o que os operários faziam era fomentado pelo desespero. Talvez uma maneira de atingir mais enfaticamente a administração da fábrica, fazendo dos seus operários sujeitos sem perspectivas.

Na continuação das reportagens do jornal *A Nação* falava-se do nervosismo dos empregados, que vemos mais como um nervosismo no sentido da indignação; afinal, a situação nas negociações não se alterava⁶⁸. Mas o “grande” problema continuava a ser a economia da cidade, com a retração do comércio. Os empregados da Algotex retornam ao serviço no início do mês de março e esperava-se que acontecesse o mesmo à Nelsa. O domingo era de intensa expectativa, afinal, cogitava-se a volta do trabalho, mesmo sem o acordo com os patrões. Mais uma vez é preciso olhar com desconfiança para notícias desse tipo. O fato do jornal declarar que os trabalhadores voltariam ao trabalho poderia ser mais uma tentativa de utilizar-se da difícil situação de muitas famílias para fazer esses operários que estavam em casa voltarem ao trabalho⁶⁹ pensando que outros também o fariam. No mesmo domingo um funcionário da fiação que estava embriagado teria sido preso portando um revólver entre os grevistas, afirmando que deveriam terminar essa greve e começar outra⁷⁰.

Como as informações não se efetivavam, o jornal *A Nação* procurou saber com o vereador Otacílio Nascimento mais informações, “a fim de conhecer *exatamente* a situação do movimento grevista”. Ele tinha contato com os grevistas, era considerado por muitos como o responsável por instigar os operários a fazerem a greve. Pouco sabemos ainda sobre a sua ligação com o mundo fabril; talvez tenha sido um operário, mas como vereador e

ex-sindicalista era uma figura importante para os interesses dos grevistas, que precisavam de pessoas influentes no meio público. Ao mesmo tempo, uma greve no ano de eleições poderia ser satisfatória na conquista de votos⁷¹.

Ele afirmou ao repórter que os operários estavam calmos, mas também estavam desanimados com a situação econômica. A incompatibilidade entre essas duas situações é evidente e não nos convence, especialmente porque eles não manteriam calma num momento em que não vislumbravam nenhum sinal de que os empregadores ouviriam suas insatisfações, isso depois de 19 dias de greve⁷². Calma também não seria a palavra adequada, porque sabiam que a greve teria conseqüências, especialmente em relação às demissões. Interessante perceber que antes eram os grevistas que se pronunciavam (mas os jornais não publicavam seus nomes), agora era Otacílio Nascimento que fazia isso por eles, podendo funcionar como uma proteção no sentido de preservar alguns nomes de líderes grevistas.

Completando três semanas de greve, vem a notícia de que os grevistas poderiam realmente voltar ao trabalho, já que pelo menos a maioria dos operários teria decidido instaurar um dissídio coletivo. Essa maioria se legitimava através da assinatura de duas listas de assinaturas concretizadas pelas comissões. Uma delas garantia a volta dos subscritos ao trabalho e a outra delegava poderes às comissões de grevistas para deliberarem a volta ao trabalho e instauração de um dissídio coletivo⁷³, “e ali começou, um a um, um a um”⁷⁴.

Mas havia um outro acordo. A Empresa Industrial Garcia não queria pagar os dias parados, porém os operários não tinham dinheiro e muitos passavam necessidades. Propôs-se então à direção que esses dias fossem considerados férias. Resolveu-se que os operários voltassem ao trabalho “e nós vamos ver quem tem direito a férias e serão repostos os dias que foram parados; quem não tem direito a férias, aqueles mais necessitados, nós vamos dar um adiantamento salarial para ser descontado em folha depois”⁷⁵. Segundo consta nos noticiários, essa “verdadeira corrida em busca de assinaturas” iniciou-se pelo sexto dia do mês de março, e muitos dos empregados que permaneceram em suas casas lembram-se de que estas pessoas foram de casa em casa para recolher o “sim” para o retorno ao trabalho e para que a comissão de grevistas formada para tal finalidade pudesse deliberar a volta ao trabalho e a posterior instalação de um dissídio coletivo⁷⁶.

A “Fábrica de Chapéus Nelsa” retornou no dia 8 de março, mas já no dia 10 as notícias de demissões de 12 operários eram denunciadas no

jornal. Outros teriam sido suspensos do trabalho por um tempo. O que já era um receio acabou se tornando um grave problema. Para isso os representantes da Cremer e da Empresa Industrial Garcia decidiram escrever uma proposta aos empregadores, intercedida pelo Ministério do Trabalho, “condicionando o retorno ao trabalho (...) à garantia de que não serão adotadas represálias”⁷⁷.

A expectativa era grande, tudo parecia estar a favor do retorno ao trabalho, mas a notícia das demissões retardou o processo. Eles precisavam de garantias, afinal, já estavam sendo “coletados” nomes dos “responsáveis” pela greve para futuro inquérito policial, já que a greve era considerada ilegal⁷⁸. Os responsáveis começam a ser apontados não só entre os operários, mas fora desse meio também, especialmente em direção a Otacílio Nascimento. Justificava-se que a greve teria acontecido em função da má orientação desses operários. O movimento teria sido fruto da “incapacidade” dos operários de interpretar a legislação social e de não reconhecerem que também tinham obrigações a zelar, um recurso de remover dos operários, especialmente para a população blumenauense, as responsabilidades da greve, procurando reconstituir nesse meio inutilmente a idéia de “operários” que trabalhavam com satisfação.

Segunda-feira, dia 13, os operários da Cremer voltaram ao trabalho e os operários da Empresa Industrial Garcia abandonaram o portão ao meio-dia, voltando ao trabalho na manhã seguinte. Enganados: logo após o fim da greve

houve uma faxina na Empresa Industrial Garcia. Foram demitidos muitos operários. O Sr. Stodieck limpou a fábrica. Tiraram todos os grevistas, aqueles que foram o pivô da greve. O pessoal da greve foi quase todo despedido, principalmente aqueles que trabalharam mesmo na greve. E para muitos foi uma desgraça, porque perderam o emprego, daí todo dia, todo dia, todo dia demissão. Isso até dava pena, mas...⁷⁹

As demissões surgiram como a imposição da autoridade da empresa, bem como a reafirmação da ordem e da credibilidade dessa autoridade. Uma intimidação para que não acontecessem eventos como esse novamente. A greve finaliza como se tudo o que os operários tinham feito até aquele momento fosse errado, ilegal e comprometedor. Mas uma greve com quase um mês de duração não foi um movimento qualquer; foi, sim, o acúmulo de

sensações desconfortáveis ao longo dos dias de trabalho, fora do trabalho, sentimentos de raiva, injustiça, despreocupação, mágoas. Mas as demissões eram um problema, especialmente porque, no caso da Empresa Industrial Garcia, eram em muitos casos análogos à “malandragem”.

Não era comum demitir-se um funcionário; se isso acontecesse era-lhe relegada a culpa. Ser demitido era romper com preceitos morais que estavam estabelecidos havia muito tempo: “meu pai dizia que a pessoa que era demitida da fábrica era malandra. Eu tinha isso comigo: ‘eu não sou malandra, eu trabalho!’”⁸⁰. Até se comentava: “Oh! Minha filha, você não namora aquele rapaz porque ele foi demitido da Empresa Industrial Garcia”⁸¹. Desta maneira, o impacto dessas demissões ia muito além da perda de um emprego, marcariam para sempre a vida destes operários.

Uma reunião do Sindicato para decidir sobre o dissídio coletivo foi convocada para o dia 17 e esta reuniu 400 associados, dos seus 2.000 associados, em que foi aprovada por unanimidade a proposta de dissídio coletivo. As indústrias que entram com o processo de dissídio coletivo são a Empresa Industrial Garcia, Cremer e Fábrica de Artefatos Têxteis Artex, vizinha da Empresa Industrial Garcia, no bairro Garcia⁸². O material a respeito do fechamento da greve ainda não pode ser completamente pesquisado; sabemos que uma proposta feita um ano depois pelas indústrias com o intuito do Sindicato retirar o processo de dissídio não foi aceita. A partir dali não temos mais informações. Num censo comum, fala-se que os operários nada conseguiram. Mas temos outras hipóteses sobre isso, especialmente em relação aos operários da Empresa Industrial Garcia. Financeiramente podem não ter conseguido suas reivindicações, mas acreditamos que eles conseguiram restituir grande parte do modelo paternalista que eles conheciam. Mas isso fica para um próximo momento.

Considerações

O que fizemos aqui foi demonstrar como a greve se constituiu no seu dia-a-dia. Muitos outros aspectos ainda ficaram pendentes, mas não cabia aqui a sua discussão, especialmente porque a pesquisa não está concluída. Foram diferentes opiniões, fomentadas em grande parte pelo posicionamento político dos jornais. A UDN, representada pelo jornal *Cidade de Blumenau* e representante dos grupos industriais e comerciais da cidade, posicionou-se no sentido de silenciarem-se perante a greve. Ao abafar essa situação poderi-

am continuar coerentes com a linha de pensamento encontrada no jornal para o ano do centenário.

O jornal *A Nação* mostrou-se como uma rua de duas mãos, mesmo que evidentemente não poderiam manter-se tão imparciais. Tornam-se efetivamente “oposição” quando publicam o artigo que acusa a direção da Empresa Industrial Garcia. Da mesma maneira, os jornais *A Folha e O Lume* de mesma direção, exploram com mais evidência as críticas aos opositores, fazendo uma linha de frente com o *Cidade de Blumenau*. Parece que a greve seria, antes de tudo, um campo para disputas eleitoreiras e conquista por um espaço na administração municipal e não um momento em que os operários surgiam como fomentadores de suas próprias insatisfações.

A greve em si é o ápice de muitas insatisfações. Ela surge “da interação entre o mundo industrial e privado e o mundo público da moradia”⁸³. Por isso muitas outras discussões em relação à Empresa Industrial Garcia no que tange a esse mundo público do lazer e da sociabilidade serão pesquisadas. Os operários da referida indústria, principalmente, possuíam outros argumentos para a greve que não se baseavam apenas numa perspectiva econômica. Direitos que lhes foram oferecidos anteriormente eram também abstraídos de suas realidades de vida, enquanto outros também eram impostos. Ao mesmo tempo que buscavam resquícios de uma antiga perspectiva de trabalho legitimada entre patrão e empregados, queriam tirar do que o Estado lhes oferecia outras possibilidades. No momento em que reivindicaram o cumprimento das leis trabalhistas, eles também romperam com um pacto existente na fábrica onde as normas eram estabelecidas no próprio “chão” da fábrica.

A “satisfação” desses operários vinha de uma relação complexa entre fábrica e a vida fora da fábrica, que não poderia ser simplificada apenas na quantidade de benefícios que os operários recebiam. Existia um elo de comprometimento do operário com o seu trabalho que também não poderia ser simplificado na idéia de “trabalho” que vigorava em Blumenau. Olhando com atenção o cotidiano desses trabalhadores, procurando conhecer suas expectativas em relação ao presente e ao futuro, tentando encontrar no dia-a-dia deles as principais necessidades básicas para a sua satisfação e analisando os pontos de insatisfação, poderemos entender melhor a greve e a vida dos operários em 1950. É o que esperamos fazer no decorrer da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e estado corporativista: o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau (1941-1959)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1985.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química, a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1998.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura (1): aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

LOPES, José Sérgio Leite. Formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: _____. (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ - Museu Nacional, PROED, s/d.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ - Museu Nacional, PROED, s/d.

_____. São Paulo operária e suas imagens. *Espaço & Debates*, n.º. 33, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários mulheres, prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

SEYFERTH, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica. *Boletim do Museu Nacional - Antropologia*, n.º. 37, 20.10.1982. Rio de Janeiro.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850/1950)**. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1979.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

NOTAS DE FIM

² Blumenau que nós conhecemos. *O Lume*, 06/11/1949.

³ FONSECA, Abelardo Schneider da. Blumenau e o sentimento nacional. SILVA, José Ferreira da. (org.) *Calendário Blumenauense*, ano I, n.º. 1, 1934.

⁴ FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1998, p.165.

⁵ Eram candidatos a prefeito: UDN - Hercílio Deeke; PTB e PSD - Guilherme Jensen; PRP - José Ferreira da Silva.

⁶ Para isso ver (1). Preparemo-nos para festejar o centenário. *O Lume*, 06/11/1949; (2) GUIMARÃES, Osias. É preciso trabalhar. *O Vale do Itajaí: lavoura, indústria, comércio, jan./1950*, ano VI, s/

p.; (3) Iniciado ontem o despejo dos moradores da "farroupilha": doado um terreno aos favelados para a mudança de seus barracos. *A Nação*, 15/03/1950, (4) Empréstimo de 5.000.000 para Blumenau. *A Folha*, 03/05/1950.

⁷ IBGE. Censo demográfico de Santa Catarina. 1950, p.72-73.

⁸ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ - Museu Nacional, PROED, s/d, p.97.

⁹ Conforme cita Giralda Seyferth, o "trabalho alemão" "é a fórmula usual de chamar a atenção para as diferenças étnicas. A própria afirmação do grupo étnico se faz sobre a eficiência alemã trazida pelos imigrantes juntamente com a "germanidade". SEYFERTH, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica. *Boletim do Museu Nacional - Antropologia*, nº. 37, 20.10.1982. Rio de Janeiro, p.18.

¹⁰ FROTSCHER, Méri. Etnicidade e trabalho alemão, op. cit., p. x.

¹¹ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros, op. cit., p.57.

¹² KERTISCHKA, Gerhard Defler. *Gerhard Defler Kertischka: depoimento* [fev.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

¹³ LUZ, Ronaldo da. *Ronaldo da Luz*. Vida na cooperativa da Artex. [mai.1991]. Blumenau: FURB/CEMOP.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Divergência entre empregados e empregadores, motivada por colisão de interesses e sujeita, obrigatoriamente, à conciliação da Justiça do Trabalho.

¹⁶ Conforme relata o sr. Otacílio Nascimento numa das reportagens, os operários já tinham entrado em dissídio coletivo no ano de 1948, mas nada haviam conseguido.

¹⁷ Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, 17/02/1950.

¹⁸ Ainda assim os industriais acabaram limitando-se a fazer o que já faziam na década de 30, ou seja, trazer trabalhadores do meio rural inexperientes no trabalho fabril sem pensar num remanejamento de suas máquinas que atenderiam essas necessidades. STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850/1950)*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1979, p.168.

¹⁹ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros, op. cit., p.88.

²⁰ Adaptado do anuário estatístico. Ano VI-1941/45 (Rio de Janeiro, 1946), pp.320-324; Anuário estatístico. Ano VII-1946 (Rio de Janeiro, 1947), pp357-361. *Apud*: STEIN, op. cit., p.177.

²¹ AHJFS. Carta associação para empregadores. In: *Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, eventos, correspondências.

²² Esta movimentação de paralisação entre os empregados foi divulgada apenas no jornal *A Nação* (10/10/45), com uma única notícia, onde se afirmava que havia uma greve na Empresa Industrial Garcia na qual os mais ou menos 1.000 empregados pleiteavam 50% de aumento em seus salários. A "Empresa" concedeu com mais facilidade os intentos reivindicados.

- ²³ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros, op. cit., p.90.
- ²⁴ STEIN, Stanley, op. cit., p.183.
- ²⁵ HÄRBE, Ingerborg. Ingerborg Härbe: depoimento [mai.2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.
- ²⁶ STEIN, Stanley, op. cit., p.178.
- ²⁷ THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p.207.
- ²⁸ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros, op. cit., p.94.
- ²⁹ A diretoria anterior foi desfeita em função de problemas entre o Delegado Regional de Trabalho e membro desta gestão que tinha sob a presidência o sr. Heitor Guerreiro e como secretário Otacílio Nascimento, líder petebista local.
- ³⁰ FERRARI, Leopoldo. *Apud*: DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e estado corporativista: o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau (1941-1959)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1985, p.99.
- ³¹ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros, op. cit., p.95.
- ³² DIAS, Maria de Fátima Sabino, op. cit., p.96.
- ³³ FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química, a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997, p.172.
- ³⁴ Pairava ontem sobre Blumenau a ameaça de uma onda de greves. *A Nação*, 18/02/1950.
- ³⁵ NASCIMENTO, Otacílio. Os empregados mensalistas e o repouso semanal remunerado. *O Lume*, 22/01/1950.
- ³⁶ AHJFS. Coleção de dossiês. S.T.I.F.T.B., Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54
- ³⁷ NASCIMENTO, Otacílio. O abono e salário. *O Lume*, 29/01/1950.
- ³⁸ AHJFS. Coleção de dossiês. S.T.I.F.T.B., Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54
- ³⁹ Pairava ontem sobre Blumenau a ameaça de uma onda de greves, 3 indústrias diferentes com os serviços totalmente paralisados. *A Nação*, 18/02/1950.
- ⁴⁰ Idem.
- ⁴¹ PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens. *Espaço & Debates*, nº. 33, 1991, p.37.
- ⁴² FONTES, Paulo, op. cit., p 173.
- ⁴³ Tentaram os mantenedores da ordem tomar de assalto os portões da E.I.G. Empregaram bombas de gás lacrimogêneo contra os grevistas. *A Nação*, 19/02/1950. Grifos meus.
- ⁴⁴ LEITÃO, Oscar. Opina a justiça. *A Nação*, 18/02/50.
- ⁴⁵ ANTON, Eugen. **Eugen Anton: depoimento [dez.2003]**. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2003.

⁴⁶ Declararam-se em greve pacífica centenas de operários de Blumenau. Foi pedido reforço urgente à força pública do Estado. *Jornal de Joinville*, 21/02/1950.

⁴⁷ É uma pequena ponte onde apenas poderiam passar pessoas e bicicletas e sua estrutura era de arame, sendo o piso feito de madeira e era bastante utilizada para fazer passagem sobre os ribeirões da cidade.

⁴⁸ DAY, Adalberto. **Adalberto Day: depoimento** [jan.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

⁴⁹ HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura (1): aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.83.

⁵⁰ Arma, que consiste numa lâmina pontiaguda, adaptável à extremidade do cano da espingarda ou fuzil.

⁵¹ ANTON, Eugen, op. cit.

⁵² Fato que se explicaria pelo posicionamento político do mesmo. Era voltado ao partido udenista, pelo qual grande parte dos industriais faziam parte e concorriam a cargos públicos. Uma greve não seria uma propaganda satisfatória para estes mesmos industriais, ou mesmo para o partido. Outra possibilidade é o fato do seu diretor, Aquiles Balsini e Otacílio Nascimento, o vereador que estava em contato com os grevistas, serem concorrentes a uma vaga de deputado estadual, e falar da greve possivelmente trazia à tona o nome do candidato opositor.

⁵³ Voltaram ao serviço, op. cit.

⁵⁴ PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens, op. cit. p.30.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ ANTON, Eugen, op. cit.

⁵⁷ Esperado a todo momento o retorno ao serviço dos operários da Algotex. *A Nação*, 28/02/1950..

⁵⁸ A greve no parque industrial blumenauense afetará seriamente a economia de Santa Catarina. *O Vale do Itajaí*, nº. 59, ano VI, fev./1950.

⁵⁹ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operárias mulheres, prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.61-62.

⁶⁰ A greve no parque industrial blumenauense, op. cit.

⁶¹ SILVA, Antônio Cândido da. **Depoimento de um tecelão**. Entrevistadora: Mary Soares Voltolini. [abr.1991]. Blumenau: FURB/CEMOP.

⁶² PERROT, Michelle, op. cit., p.60.

⁶³ THOMPSON, E.P., op. cit., 48, 49.

⁶⁴ Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, 02/09/1950.

⁶⁵ Assistência social na Empresa Industrial Garcia. *Cidade de Blumenau*, 25/09/1946.

⁶⁶ Um grande número de empregados da Empresa Industrial Garcia era proveniente de regiões

litorâneas, sem experiência em fábricas.

⁶⁷ LOPES, José Sérgio Leite. Formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: _____ (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ - Museu Nacional, PROED, s/d., p.17.

⁶⁸ Retração no comércio em consequência do movimento grevista em Blumenau. *A Nação*, 01/03/1950.

⁶⁹ Preconizado o retorno dos grevistas ao trabalho na próxima segunda-feira. *A Nação*, 04/03/50.

⁷⁰ Corre naturalmente o inquérito para apurar as responsabilidades da greve. *A Nação*, 10/03/50.

⁷¹ Ele se elegeu deputado estadual com maioria de votos no Bairro Garcia. A apuração das eleições em Blumenau. *Cidade de Blumenau*, 13/10/50.

⁷² Casos de desespero entre os operários que participam das greves em Blumenau. *A Nação*, 05/03/1950.

⁷³ Esperado para hoje o retorno ao serviço dos operários da Nelsa. *A Nação*, 08/03/1950.

⁷⁴ ANTON, Eugen, op. cit.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Atingiram 1 milhão de cruzeiros os prejuízos da Empresa Industrial Garcia - acentuam-se os prenúncios do fim do movimento grevista em Blumenau. *A Nação*, 07/03/1950.

⁷⁷ Agravado o problema das greves. *A Nação*, 10/03/1950.

⁷⁸ Corre naturalmente o inquérito para apurar as responsabilidades da greve. *Cidade de Blumenau*, 10/03/1950.

⁷⁹ FERRARI, Leopoldo. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino, op. cit., p.106; KERTISCHKA, Gerhard Defler, op. cit.

⁸⁰ SCHWABE, Norma. **Norma Schwabe: depoimento** [mar.2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

⁸¹ DAY, Adalberto, op. cit.

⁸² Entraram em dissídio coletivo os pedidos das fábricas locais que estiveram em greve. *A Nação*, 19/03/1950.

⁸³ PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens, op. cit., p.40.

O cotidiano da greve têxtil

Moacir Krzizanowski¹

Artigos

Controvérsias,
limites e significados

O ano de 1989 tem um significado especial na história do operariado brasileiro, especialmente para os trabalhadores têxteis de Blumenau. As condições políticas, associadas aos efeitos da crise econômica nos últimos anos da década de 80, tornavam irreversíveis os conflitos de classes. Os inúmeros movimentos grevistas que assolavam o país durante esta fase marcavam o descontentamento da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que significam o ressurgimento do movimento operário após um longo período de represamento.

Desta forma, os movimentos grevistas desta fase adquirem um duplo significado: expressam um momento de rebeldia do trabalho frente à dominação do capital e um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases, colocando em xeque-mate a estrutura oficial e “pelega” dos sindicatos.

É dentro deste contexto de aguçamento das relações entre trabalho e capital que as Centrais Sindicais CUT e CGT tentavam mobilizar os

¹ Este texto constitui o 4º capítulo do trabalho de conclusão de curso do autor, elaborado em 1992 na FURB, sob orientação do Prof. Dr. Sálvio A. Muller (KRZIZANOWSKI, 1992).



Greve geral dos operários da Indústria Têxtil de Blumenau - 15 de março de 1989.

Foto: José Werner/JSC. Acervo: A.H.J.F.S

trabalhadores para uma greve geral em março de 89, cujo objetivo era protestar contra a edição de mais um plano econômico. O “Plano Verão”, conforme já analisamos, traria uma defasagem salarial e os trabalhadores já vinham acumulando perdas há muito tempo, num dos piores arrochos da história. Praticamente, todos os sindicatos organizaram assembléias com seus filiados, realizaram panfletagens nas portas das fábricas e outras formas de mobilização que conscientizassem os trabalhadores da importância de uma ação conjunta que minimizasse a exploração a que estavam submetidos.

É inegável, portanto, a importância que essa intensa movimentação nacional desempenhou no processo de deflagração da greve dos têxteis em Blumenau. Entretanto, é preciso ter em conta uma outra dimensão que só a análise interna desse movimento é capaz de demonstrar: trata-se da importante questão das relações entre a espontaneidade do movimento grevista de Blumenau e da direção política imprimida à greve geral e o fato da primeira transcender a importância conjuntural da segunda.

4.1. A Greve Geral no País

A movimentação das Centrais Sindicais (CUT e CGT), visando mobilizar os trabalhadores para a Greve Geral marcada para os dias 14 e 15 de março, iniciou no dia 1º de março, com o “Dia Nacional de Mobilização pela Greve Geral”. Neste dia houve grandes manifestações em todo o país, com atos de repúdio ao Plano, passeatas, panfletagens em portas de fábricas, pontos de ônibus e nas ruas.

Essa primeira manifestação caracterizava-se mais por seu caráter de conscientização dos trabalhadores para a greve geral do que uma manifestação de protesto; isso, aliás, está implícito na própria denominação dada ao dia.

No dia 2 de março, Jair Meneghelli (presidente da CUT) e Joaquim dos Santos Andrada (presidente da CGT) conseguiram um importante apoio ao movimento grevista: o da Igreja Católica. Esse apoio resultou de uma reunião entre os dois sindicalistas e o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo D. Antônio Celso de Queiroz:

(...) os trabalhadores têm arcado, há décadas, com o maior ônus nos períodos de inflação. A greve tem legitimidade, e a CNBB, embora não ajude o movimento diretamente, é uma entidade que tem voz junto ao Estado, aos organismos sociais e à opinião pública.²

Os dias que antecederam a greve geral foram marcados por intensas “agitações sociais”, que eram acompanhadas de passeatas, marchas e assembleias operárias, greves em alguns setores (funcionalismo público, metalúrgicos, comerciários, etc.), que lançavam a classe operária a uma experiência profunda de ação em defesa de seus interesses econômicos.

Esses movimentos isolados e parciais, porém com uma forte tendência à generalização, demonstravam o ressurgimento de um pujante e vigoroso movimento grevista em letargia há muitos anos. Por outro lado, esses movimentos também contribuíram para que as lideranças das Centrais Sindicais acreditassem que a greve geral teria sucesso pleno. Algumas categorias patronais, assustadas com a intensidade dos conflitos e temendo uma adesão total dos operários na greve geral, entraram em negociações e concederam reajustes salariais.

Vamos conhecer agora as principais reivindicações defendidas pelas duas Centrais Sindicais:

- recuperação imediata das perdas salariais desde a decretação do Plano Cruzado. O DIEESE calculava que os salários estavam defasados entre 41% a 49% (dependendo da categoria profissional) em relação à média de março de 1986;

- congelamento real de preços;

- medidas contra a recessão e o desemprego;

- execução da reforma agrária e edição de uma política agrícola de interesse dos trabalhadores;

- não pagamento da dívida externa. A CUT defende o fim dos pagamentos externos. Já a CGT defendia uma suspensão temporária.

Com a aproximação dos dias marcados para a greve, as Centrais intensificaram seus trabalhos. As assembleias operárias se multiplicavam pelo país, visando a anuência dos trabalhadores em paralisar suas atividades. Os líderes sindicais de todo o país procuraram mobilizar suas categorias. Os meios de imprensa (jornais, televisão, revistas) apresentavam reportagens, entrevistas com autoridades governamentais, empresários, trabalhadores e seus representantes, cada qual apresentando idéias e versões sobre o movimento.

A preocupação maior das Centrais Sindicais era que a greve ocorresse em clima pacífico, evitando qualquer conflito, especialmente com a polícia. Várias medidas foram tomadas, desde a visita aos comandantes mili-

tares até a conscientização dos trabalhadores para que evitassem provocações ou atitudes extremadas.

O primeiro dia da greve geral conseguiu paralisar mais de 70% da força de trabalho no país, fazendo desta a maior greve já realizada, segundo avaliação das Centrais Sindicais. O Governo, por outro lado, desmentia essas informações, apresentando números que apontavam para uma adesão inferior a 50%, o que transformava a greve num grande fracasso.³

Pelo DIEESE, as categorias paralisadas nas diversas regiões do país foram as seguintes:

- Região Sudeste: o maior índice de adesão foi verificado nas indústrias, funcionalismo público e transportes. Também paralisaram grande parcela do setor financeiro e de serviços;
- Região Norte: os maiores índices de adesão foram registrados no setor da indústria e funcionalismo público;
- Região Nordeste: maior adesão nas indústrias e funcionalismo público;
- Região Centro-Oeste: a principal paralisação foi a dos funcionários públicos, seguida pela indústria e serviços;
- Região Sul: maiores índices de paralisação ocorreram na indústria, funcionalismo público e transportes. E parcial nos setores financeiros e de serviços (especialmente o comércio).

Conforme já mencionamos, apesar do índice de paralisação estar aquém do previsto, consideramos que o resultado foi positivo, principalmente quando recordamos que a história da classe trabalhadora brasileira sempre foi marcada por longos períodos de ditaduras (Vargas na década de 30 e os militares na década de 60). Só isto já faz com que o simples fato de se tentar uma greve geral no país represente um avanço significativo em termos de luta operária. O papel central que a greve desempenhou está no protesto contra o arrocho salarial e na percepção da dimensão política, resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho, que se explicita também no confronto com todo um conjunto de leis e medidas que compreendem a superestrutura jurídico-política da autocracia burguesa. Tudo isso politiza imediatamente o movimento grevista, especialmente quando desmistifica o projeto de auto-reforma do poder, que não contemplava nenhuma possibilidade de ação

operária autônoma e independente. Enfim, a greve geral de 1989, do seu próprio fazer-se, constitui-se numa vitória para a classe operária.

0.2. A Greve Geral em Blumenau

Em 1º de março - Dia Nacional de Mobilização pela Greve Geral -, os 21 sindicatos do Vale do Itajaí, com sede em Blumenau, fizeram uma manifestação nas escadarias da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, visando mobilizar os trabalhadores para a greve geral convocada pela CUT e CGT. Participaram do ato cerca de dois mil trabalhadores, número considerado irrisório e que demonstrava que os operários não estavam dispostos a participar da greve geral. Blumenau já tinha fama de ser uma cidade de trabalhadores conformados e submissos, que nunca participavam de qualquer movimento de protesto. Tais antecedentes levavam a acreditar que a greve não se efetivaria na cidade, o que fazia com que o próprio setor empresarial estivesse tranqüilo.

Porém, faltando três dias para o início da greve geral, esse panorama começou a alterar-se: greves isoladas e parciais começaram a eclodir no principal setor industrial de Blumenau - o setor têxtil. A primeira empresa atingida foi a Tecelagem Kuehnrich - TEKA, onde os operários, após o recebimento do contracheque de fevereiro paralisaram suas atividades. No dia seguinte, a paralisação se estendeu a outras empresas: Sul Fabril, Cremer, Maju, Hering e outras. O motivo determinante dessas paralisações era o arrocho salarial que havia corroído o poder aquisitivo dos trabalhadores, fazendo com que a grande maioria não pudesse cobrir nem os gastos com a cooperativa.

Esses movimentos isolados e parciais culminaram na decisão dos trabalhadores de entrar em greve na Assembléia Intersindical realizada no dia 12 de março. A participação de um elevado número de trabalhadores surpreendeu até mesmo os dirigentes sindicais, que jamais poderiam imaginar que mais de quarenta mil trabalhadores quebrariam a velha tradição de passividade da classe operária blumenauense, participando da Assembléia e decidindo paralisar suas atividades imediatamente.

Desta forma, Blumenau antecipou em um dia a greve geral, paralisando praticamente toda a cidade. No centro da cidade, 70% do comércio

estava de portas fechadas. As indústrias têxteis, as maiores empregadoras de mão-de-obra, viram 90% dos empregados de braços cruzados. As escolas paralisaram; 50 mil alunos da rede municipal, estadual, particular e a Universidade (FURB) ficaram sem aulas. Dos 43 bancos, somente alguns abriram precariamente. Os transportes coletivos também não funcionaram: os motoristas e cobradores haviam entrado em greve por tempo indeterminado. Os operários metalúrgicos, da construção civil, das fábricas de brinquedos e de cristais também aderiram ao movimento. Enfim, a cidade estava literalmente parada.

Assim, teve início o maior ciclo grevista, não apenas da história de Blumenau, mas em todo o Estado de Santa Catarina. A greve não encontra paralelo, a não ser quando comparada às dos grandes centros, especialmente as de São Paulo (ABC Paulista). A Igreja Matriz foi palco, neste primeiro dia de greve, de duas assembléias gigantescas, calculando-se que quase 30 mil operários participaram das assembléias, o que rendeu notícias nos principais jornais e canais de televisão do país. As imagens mostravam faixas, cartazes, braços erguidos, frases gritadas, enfim, todas as características típicas de um grande movimento grevista.

Dia 14 de março, primeiro dia da greve geral em todo o país, e segundo para algumas categorias e terceiro para outras (os que trabalhavam no sistema de rodízio ou no terceiro turno tinham iniciado a greve no domingo), a paralisação na cidade continuava praticamente total. As assembléias ocorridas na parte da manhã e da tarde voltaram a reunir cerca de 30 mil trabalhadores. As ruas próximas às escadarias da Igreja Matriz estavam totalmente tomadas pelos trabalhadores, fazendo com que o trânsito de veículos tivesse sua rota alterada. As passeatas que ocorriam após as assembléias arrastavam milhares de trabalhadores pelas principais ruas do centro da cidade. Estes, por onde passavam, recebiam aplausos, gritos e apoio e “chuva” de papel picado dos edifícios comerciais e residências. Essas manifestações demonstravam o apoio da população ao movimento dos trabalhadores.

No dia 15 de março, o movimento sofreu um refluxo que alterou os altos índices de paralisação dos dias anteriores, pois somente 50% dos trabalhadores continuavam parados. O motivo determinante da volta ao trabalho de alguns setores ou categorias foi o acordo salarial de alguns sindi-

catos patronais e empresas isoladas. Mesmo assim, as assembleias de protesto e avaliação da greve continuavam a reunir mais de vinte mil operários, o que não alterava a pujança e força do movimento.

Com o fim da greve geral, algumas categorias decidiram continuar a paralisação por tempo indeterminado, tais como: os têxteis, os metalúrgicos e cristaleiros.

O êxito da greve geral em Blumenau deveu-se, sem dúvida, à paralisação dos têxteis, pois conforme já informamos, eles representavam a maior categoria. Tanto assim que é senso comum a afirmação de que a greve geral só ocorreu em função dos têxteis, pois foram eles que criaram o clima da greve geral dois dias antes da data marcada pelas Centrais Sindicais.

A consequência mais importante da greve geral em Blumenau foi a quebra da visão mítica dos trabalhadores blumenauenses. Pois, segundo Valmor Schiochet:

Blumenau é considerado um município modelo. Sempre existiram relações amistosas entre empresários e trabalhadores/sindicatos. Modelo ordeiro do trabalhador de Blumenau. População ordeira em suas bases. Melhor qualidade de vida. Poucos problemas sociais. Cidade da Oktoberfest. Quem não gostaria de compartilhar deste paraíso terrestre? (...) Todas essas idéias expressam algumas verdades a respeito da realidade blumenauense, porém, mais do que mostrar a realidade como ela realmente é, elas a escondem. São idéias basicamente ideológicas. Ideologia considerada como o conjunto de idéias, considerações, afirmações utilizadas pelas classes dominantes com o objetivo de encobrir a exploração, a dominação e as contradições da sociedade capitalista, e integrar as classes subalternas a seus objetivos.⁴

Neste sentido, o simples fato dos trabalhadores cruzarem os braços e não trabalharem já era, em si, uma estupenda vitória. Isso transparece quando constatamos os novos elementos adquiridos durante a processualidade da greve; a apreensão, pelo conjunto dos trabalhadores blumenauenses, da importância da sua emergência social e política como sujeito, bem como a percepção e assimilação das contradições e explorações do capital que degrada e brutaliza seu cotidiano fabril. Só a percepção destes fatos é altamente significativo, afinal, constitui-se no evento mais expressivo e alentador da história operária blumenauense.

Em certo sentido, encontramos em Lênin formulações que podem permitir desdobramentos próximos ao que estamos aludindo:

Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente. Toda greve lembra aos operários que sua situação não é desesperadora e que não estão sós. (...) Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, mas pensa também em todos os companheiros que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo de provocações.⁵

4.2.1. – Cotidiano e Características da Greve dos Têxteis

No final de fevereiro, cerca de cinco mil trabalhadores participaram da assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem (SINTRAFITE). Esta era a primeira assembléia realizada pela categoria, desde a posse da nova diretoria. Nesta assembléia foram tratados diversos assuntos: balanço do primeiro mês de gestão; informações sobre o adiamento da decisão pela Junta de Conciliação e Julgamento da jornada de trabalho dos operários do terceiro turno. Porém, o tema mais importante foi a reposição salarial, cuja defasagem acumulada desde setembro/88 era de 87,61%. Os trabalhadores decidiram delimitar um prazo até 12 de março para as indústrias apresentarem uma contra-proposta. Foi decidido também que a participação na greve geral estaria condicionada às negociações que seriam realizadas entre patrões e empregados, ficando para a próxima assembléia a discussão sobre o tema.

Após este encontro, o SINTRAFITE entrou em contato com o Sindicato Patronal, visando a negociação da reposição salarial. A proposta apresentada foi o pagamento da URP de fevereiro (26,05%) mais as perdas salariais acumuladas, a qual foi rejeitada pelos empresários. Somente com a proximidade da assembléia operária e com as fortes ameaças de greve é que o Sindicato Patronal apresentou uma contra-proposta: reposição salarial de 33,1%, dividida em três parcelas de 10% a serem pagas nos meses de março, abril e maio. O SINTRAFITE, alegando que não tinha competência para julgar a proposta, se comprometeu a levá-la à assembléia operária marcada para o dia 12 de março, para que os trabalhadores decidissem pela aceitação ou rejeição da mesma. Porém, o Presidente do Sindicato operário, Osmar

Zimmermann, alertava, através dos meios de comunicação, que “existe muita revolta na categoria, considerando o fato de que o salário pago hoje representa 60% do recebido em setembro.”⁶

Essa revolta explodiu no dia 10 de março, quando os operários da Tecelagem Kuehnrich (TEKA), um das maiores fábricas de artigos de cama, mesa e banho do país, entraram em greve. O motivo, conforme já mencionamos em páginas anteriores, foram os descontos dos débitos com a cooperativa de consumo terem absorvido quase que totalmente e, em alguns casos, até mesmo ultrapassando o salário do mês de fevereiro.

Esta situação fez com que os operários se defrontassem com a realidade de exploração a que estavam submetidos, ou seja, a remuneração de uma força de trabalho não era capaz de lhes oferecer nem o necessário para sua subsistência, nem de seus familiares. A indignação não era isolada, estava em outros olhares, alguns até com desespero, pois não sabiam como iriam passar o mês, saldar outros débitos, pagar o aluguel, a luz, a água e o transporte. Aos poucos, as palavras de protesto sussurradas aos colegas foram se elevando até transformarem-se em gritos de protesto. As máquinas foram parando e os operários, um a um, foram abandonando seus postos e caminhando pelos corredores em direção ao pátio da fábrica. Revolta, indignação, humilhação, essa mistura de sentimentos explodia nos gestos, nas palavras, nos gritos, agora não mais isolados, mas compartilhados por todos.

O SINTRAFITE, tão logo tomou conhecimento da paralisação, dirigiu-se à empresa, porém seus membros foram impedidos de entrar, sob a alegação de que a situação estava sob controle. Somente no final da tarde, quando os dirigentes da TEKA, percebendo que suas tentativas de dispersar o movimento não estavam tendo qualquer resultado, resolveram ouvir as exigências dos trabalhadores e deixar que o Sindicato conduzisse a assembléia. A proposta dos operários para a volta ao trabalho era: reajuste de 40% e um vale de CN\$ 40,00 para o dia 14 de março. Após duas horas de negociações entre representantes da empresa e dirigentes sindicais, a proposta foi aceita e os trabalhadores voltaram imediatamente ao trabalho.

No sábado, dia 11 de março, operários de outras fábricas têxteis, como a Sul Fabril, Hering, Cremer, Artex, Maju e outras, também paralisaram suas atividades. O motivo era o mesmo, ou seja, contracheques zerados ou deficitários. Esses movimentos eram isolados e parciais, mas mesmo as-

sim eram os indícios de que o “modelo ordeiro e amistoso do trabalhador blumenauense não suportava mais as contradições objetivas das relações entre capital-trabalho, agravadas pela política econômica adotada pelo Governo.”⁷⁷

A vigência da superexploração no cotidiano das fábricas fazia pulsar o contingente operário em direção à revolta e à rebeldia. Foi neste clima que cerca de 40 mil trabalhadores têxteis compareceram à assembléia, um número inédito se comparado com as anteriores, onde a participação nunca ultrapassava cinco mil. Assim, na maior assembléia já realizada pela categoria, foi rejeitada a proposta do Sindicato Patronal e aprovada a proposta de greve por tempo indeterminado.

Iniciou-se assim o maior ciclo grevista de Blumenau, motivado essencialmente pela luta por aumentos salariais, conforme os próprios trabalhadores:

(Quais os motivos que o levaram à greve?)

- “Ridículos salários e as chefias que chicoteavam”.

- “Só se entra em greve quando não nos pagam o que merecemos, quando tentam nos subjugar às pessoas insignificantes. Apesar de pobres e operários, somos gente, temos orgulho e dignidade.”

- “Foi e sempre será a exploração dos patrões em cima dos empregados”.

- “Baixos salários, acúmulo de perdas salariais, sucessivos planos econômicos fracassados do Governo, negligência da classe empresarial às dificuldades dos trabalhadores e a posse da nova diretoria, que percebeu-se comprometida com os trabalhadores, sendo que os diretores até então não obtinham a mesma confiança dos trabalhadores.”

- “Falta de esclarecimento entre operário e patrão, incompetência patronal; só queriam que a gente trabalhasse e não davam valor, trabalho mal-remunerado”.

Os trabalhadores decidiram também que a instância decisória do movimento seria a assembléia; para tanto seriam realizadas duas por dia, uma na parte da manhã e outra no final da tarde. O objetivo dessas assembléias era a avaliação do movimento, informações sobre o andamento das negociações, as decisões sobre o término ou continuação do movimento. Optou-se ainda pela formação de piquetes nas entradas das fábricas e, para evitar intimidações ou represálias futuras, os operários deveriam participar dos piquetes em fábricas que não fossem as que trabalhavam, ou seja, um

operário da Artex deveria ir para a Hering ou outra empresa e vice-versa.

O primeiro dia da greve atingiu somente os operários da Artex, que era a única que adotava o sistema de rodízio⁸, e os operários do terceiro turno, que deveriam iniciar suas atividades às 22 horas.

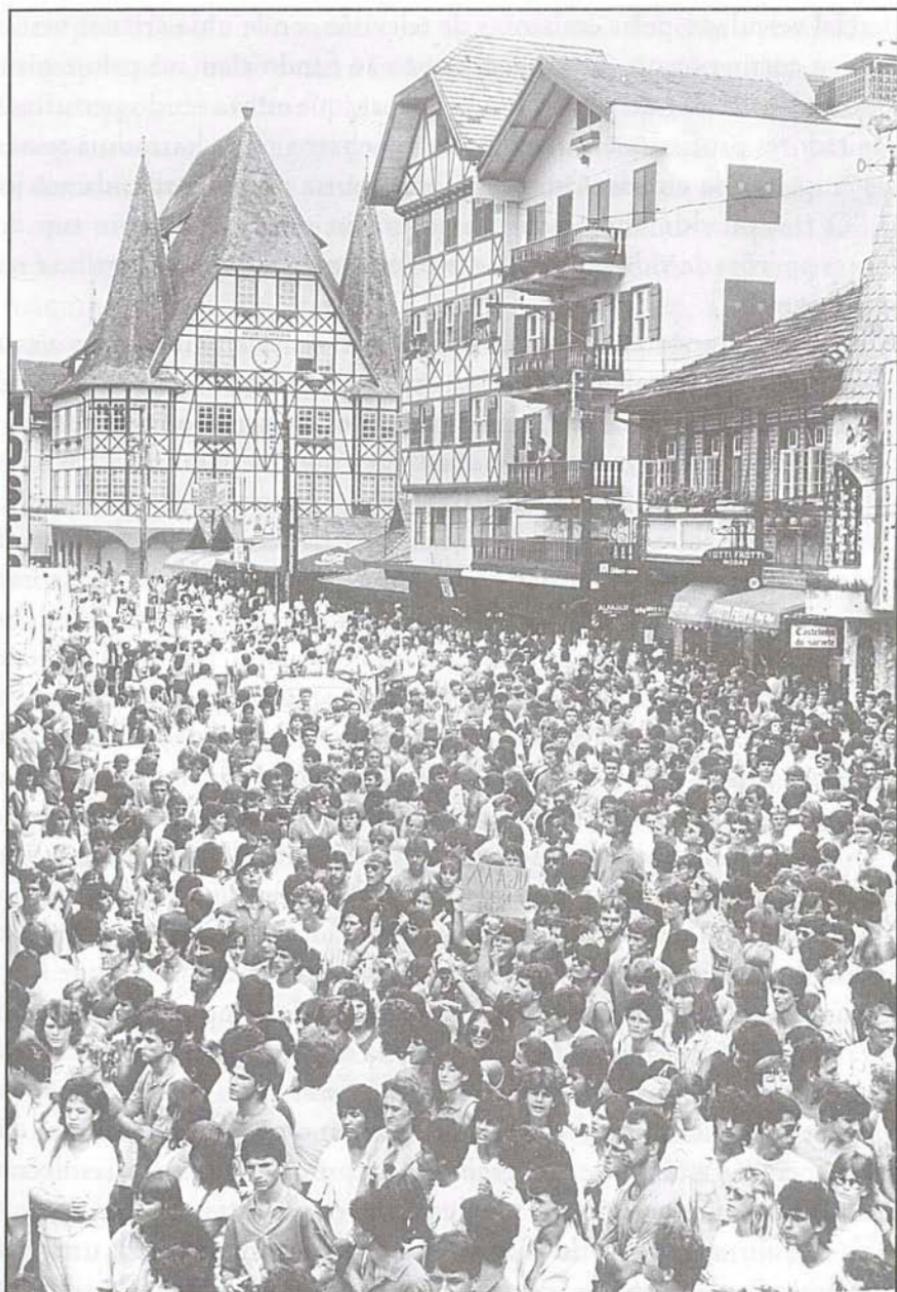
A segunda-feira (13 de março) iniciou com, aproximadamente, 40 mil trabalhadores têxteis parados e com várias outras categorias que também haviam aderido ao movimento, numa clara demonstração de união e solidariedade da classe operária blumenauense. O que parecia impossível aconteceu: Blumenau estava parada e vivendo o clima de protesto operário. As assembléias ocorridas neste dia reuniram verdadeiras multidões que gritavam e protestavam, não apenas contra a classe empresarial, mas também contra o Governo, em especial contra o último plano econômico: o Plano Verão ou “Plano Ladrão”, conforme apelidaram.

A perplexidade diante da amplitude e extensão do movimento grevista foi mais intensa na classe patronal. Esses, acostumados à passividade da classe operária, não compreendiam como é que seus operários, tão dóceis e mansos, haviam se rebelado e declarado greve e que saíssem pelas ruas gritando em ‘alto e bom som’ que estavam cansados de serem explorados e humilhados, que tinham direitos e queriam que os mesmos fossem respeitados. Só que a perplexidade inicial logo cedeu lugar a uma reação agressiva.

Essa nota oficial foi acompanhada por inúmeras declarações dos empresários à imprensa, onde tentavam desmoralizar o movimento, sob a alegação de que “(...) as mesmas pessoas que têm interesse em desestabilizar o Brasil querem fazer o mesmo em Blumenau, que é o maior pólo têxtil concentrado do país”⁹, ou ainda: “lamento a postura dos trabalhadores, que estão servindo a grupos extremados.”¹⁰

Porém, este tipo de pressão surtiu efeito contrário, pois, ao invés de desmobilizar o movimento, o fortaleceu ainda mais, pois os operários repudiaram em assembléia o fechamento do diálogo e a tentativa de esvaziamento da greve pelas ofertas de vantagens a quem retornasse ao trabalho e pela tentativa de descaracterização do movimento.

Só que a pressão empresarial continuou, através de novos recursos de marketing, utilizados principalmente nas emissoras de rádio e televisão, que iam desde informações deturpadas a apelos para a volta ao trabalho, marcados por um sentimentalismo piegas. A título de exemplo, citamos um



Rua XV de Novembro tomada pelos trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau, durante a greve da categoria no ano de 1989 (março/abril).

Acervo: A.H.J.F.S

comercial veiculado pelas emissoras de televisão, onde uma criança vestida de branco corria por um jardim e uma voz ao fundo clamava pelo espírito ordeiro e trabalhador do povo blumenauense, que estava sendo perturbado por agitadores profissionais que queriam quebrar a paz e harmonia reinante nas empresas da cidade. Ou mesmo uma outra nota distribuída aos jornais: “O trabalhador blumenauense construiu uma cidade com um dos melhores padrões de vida no Brasil, e isto foi conseguido pelo trabalho e não à custa de greves.”

Esse comportamento empresarial não se restringiu apenas a essas manifestações, digamos, “pacíficas”. A repressão policial também foi largamente utilizada. As fábricas eram cercadas por policiais que impediam a formação de piquetes e garantiam o acesso dos que queriam trabalhar. Houve inclusive momentos de tensão e confronto entre grevistas e policiais, resultando em prisões e agressões. A polícia justificava essa atitude alegando que os operários portavam armas, como facas, paus e até bombas de fabricação caseira, ou que incitavam tumultos em frente às fábricas. Alguns desses operários detidos apresentavam marcas de violência policial, como golpes de cassetetes, chutes e socos pelo corpo. Esse confronto com o aparato repressivo do Estado começava a desvendar para os operários o invólucro místico e indissolúvel com as classes dominantes, em particular com o patronato ligado à indústria têxtil. Essa repressão esteve presente durante todo o movimento.

Na quarta-feira, mesmo com a volta ao trabalho de algumas categorias que haviam aderido à greve geral, estima-se que 38 mil trabalhadores têxteis de um total de 44 mil continuavam parados, o que significa 90% da categoria. Isso demonstra que o movimento continuava com grande força. A única novidade foi a reunião entre o Sindicato dos empregados e o Sindicato Patronal, muito embora a intransigência do último tenha inviabilizado qualquer acordo. Estes continuavam com a decisão de só negociarem após o retorno dos grevistas ao trabalho e reafirmaram o não-pagamento dos dias parados, nem a garantia de emprego. Os empresários também resolveram acirrar ainda mais a pressão psicológica sobre os grevistas.

Assim, os jornais de quinta-feira estampavam, na capa, uma nota do Sindicato Patronal, onde este avisava que iria ser feito um cadastramento geral de trabalhadores, visando preencher as vagas dos operários em greve.

Esse tipo de reação da classe empresarial demonstra a mentalidade

dos empresários blumenauenses, ou seja, acostumados com a passividade de seus empregados, cultivavam a imagem do patrão-pai, que cuidava e protegia seus “empregados-filhos”. Mas bastou que os operários deixassem de corresponder a essa imagem para que o “pai-patrão” assumisse a sua condição de dono do capital e senhor absoluto dos meios de produção. Quanto aos operários, esses eram simples engrenagem da grande máquina capitalista, e se não queriam funcionar, deveriam ser substituídos por outros, afinal a máquina não poderia parar. Se bem que, neste caso, a nota tinha uma função mais intimidativa do que propriamente real, pois não existia mão-de-obra ociosa para atender à demanda provocada pela greve e, além do mais, algumas funções necessitavam de, no mínimo, um ano de treinamento.

Por outro lado, os trabalhadores também haviam deixado de ser “os bons filhos”, de ser meros objetos diante dos meios de produção (capital e máquinas), tornando-se sujeitos na sociedade e donos de suas próprias vontades. Sabiam que a grande máquina capitalista só funcionava com eles e, enquanto suas reivindicações não fossem atendidas, a máquina ficaria parada.

Neste contexto de aguçamento das relações entre operários e o patronato, chegava ao fim a primeira semana de greve, sem qualquer avanço nas negociações. Inclusive na sexta-feira, o Delegado Regional do Trabalho – Paulo Soar – esteve em Blumenau para tentar intermediar o diálogo entre patrões e empregados. Porém, o Sindicato Patronal não enviou representante para a reunião, inviabilizando qualquer possibilidade de um diálogo conciliatório.

A segunda semana de greve iniciou com mais medidas intimidativas e repressivas, como a proibição dos grevistas de participarem nas cooperativas de consumo da empresa. O que representava um grande problema para os operários, pois, conforme já mencionamos, a maioria dos trabalhadores não havia recebido nada ou quase nada de salário, restando apenas a opção de adquirir gêneros alimentícios na Cooperativa. O SINTRAFITE, percebendo a gravidade da situação, iniciou uma campanha visando suprir as necessidades materiais dos grevistas, seja através da coleta de recursos financeiros ou de alimentos. Essa campanha estendeu-se por todo o Estado. Uma outra medida foi a publicação de uma nota oficial pelo Sindicato Patronal:

“A você, que pensa em não voltar ao trabalho nesta segunda-feira:

PERDERÁ - 33,1% no salário.

PERDERÁ - 50% do adicional sobre as horas normais trabalhadas até o fim do mês de março.

PERDERÁ - o parcelamento dos dias parados (em três vezes) a partir de abril, sendo descontados de uma só vez no mês de março.

PODERÁ SER DEMITIDO

LEMBRETE - neste mês será descontado um dia do seu salário para o Sindicato dos Trabalhadores (contribuição sindical).

A GREVE É DESNECESSÁRIA.

VOLTE AO TRABALHO.”

Esse quadro e a possibilidade de intensificação de conflagrações abertas entre a massa operária e o aparato repressivo, caso a solução da greve demorasse muito, levou o presidente do SINTRAFITE a Brasília, para uma reunião com a Ministra do Trabalho, Dorotéia Werneck. Na audiência, o Deputado Federal Vilson de Souza e os representantes do Sindicato Operário solicitaram a intervenção da Ministra, no sentido de abrir as negociações entre patrões e operários. A mesma sugeriu a formação de uma comissão de negociações em cada fábrica, indicadas pelo Sindicato, e que teriam a missão de tentar acordos entre empregados e patrões.

Outros dois pontos importantes para o operariado têxtil de Blumenau também foram tratados na audiência. O primeiro deles refere-se à Portaria nº 3.078, que instituiu o sistema de rodízio. Esse sistema, adotado pela Artex, fazia com que a fábrica funcionasse 24 horas por dia e ininterruptamente durante todo o mês. Isso levava a um aumento da produtividade pela exploração de um maior rendimento do maquinário, adequando-o aos custos operacionais. A implantação desse sistema é autorizada pelo Ministério do Trabalho por tempo indeterminado, mas a cada dois anos é realizada uma perícia para comprovar se as condições da empresa estão perfeitamente adequadas na lei. O prazo da Artex esgota-se no dia 31 de março e os operários, através do Sindicato, solicitaram à Ministra a não renovação da medida. Vários argumentos foram usados para justificar o pedido, dentre eles destacamos:

1. a degradação familiar, pois somente uma vez no mês a folga do

operário irá coincidir no final de semana;

2. a condenação desse sistema pela Organização Internacional do Trabalho;
3. o desejo dos trabalhadores de pôr término ao sistema.

A Ministra prometeu um estudo mais profundo do tema e deixou transparecer que era favorável à não renovação da Portaria.

O segundo assunto discutido foi a duração da jornada de trabalho do terceiro turno. Essa questão já estava na Justiça Trabalhista com audiência marcada e o que o Sindicato solicitou foi a intermediação da Ministra, visando obter o apoio na redução do horário. Ela se comprometeu a entrar em contato com o TRT/SC para saber do andamento do processo e intervir, caso fosse necessário.

Em Blumenau, novas assembléias operárias ratificavam a decisão de continuidade do movimento e aguardavam ansiosas o julgamento do pedido de dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho. A audiência estava marcada para o dia 22 de março, às 9:30 horas. A pauta de reivindicações apresentada pelo Sindicato era a seguinte: 61,1% de reposição salarial, estabilidade no emprego por um período de seis meses e compensação dos dias parados.

A reunião com a Ministra do Trabalho e o pedido de dissídio coletivo acabaram por forçar uma definição da classe patronal. E assim, no dia 21 de março, quando a greve completava seu décimo dia, o Sindicato Patronal aceitou negociar com os grevistas, através do Sindicato Operário.

As negociações entre os representantes das Indústrias de Fiação e Tecelagem e dos trabalhadores duraram cinco horas, resultando na seguinte proposta da classe empresarial:

- aumento salarial de: 1,84% em março
- 33,1% em abril
- 5,87% em maio
- vale de NC\$ 40,00 para o mês de março e com desconto no 13º. salário;
- parcelamento dos débitos nas cooperativas em duas parcelas sem correção (10/maio e 10/junho);
- os dias parados seriam compensados até setembro, ficando a crité-

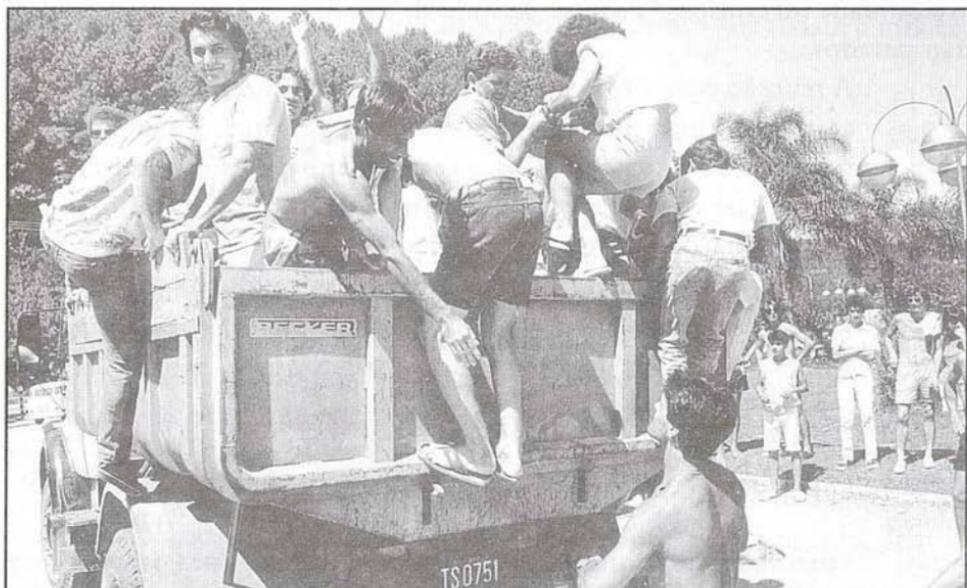
rio de cada empresa a forma como se processaria.

Esta proposta foi apresentada aos trabalhadores na assembléia realizada no fim da tarde, no Ginásio de Esportes Sebastião Cruz (Galegão). Compareceram à assembléia cerca de 15 a 20 mil trabalhadores. Após algumas discussões, decidiram aceitar a proposta patronal e encerrar a greve. Terminava, assim, a maior experiência que a classe operária blumenauense, em particular a categoria têxtil, havia vivenciado em quase um século e meio de existência.

Para o Sindicato Patronal, a mais importante lição que o movimento deixa, segundo declarações de seu presidente, é que:

Nesse tipo de situação, o diálogo deve ser prolongado ao extremo, pois não ganhou o empresário nem o trabalhador - e que - a paralisação, recurso radical, deixou cicatrizes que precisam ser curadas (...), mas que o relacionamento entre os dois segmentos precisa ser restabelecido, pois foi justamente nesse convívio harmonioso, que existia até então, que construímos a realidade de Blumenau.¹¹

Quanto aos operários, de uma maneira geral, eles consideram que a greve foi favorável a seus interesses e ajudou-os a serem respeitados pelo



Greve geral dos trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau - 15 de março de 1989.

Foto: Arthur Moser/JSC - Acervo: A.H.J.F.S

patronato.

- “Melhorou, hoje nós somos respeitados, as nossas reivindicações são ouvidas (nem sempre atendidas). Não existe mais o absoluto descaso que faziam com a classe trabalhadora antes da greve.”

- “Melhorou por passarmos a ser mais respeitados.”

- “Melhorou, pois os patrões estão aceitando nossas idéias.”

- “Acho que todo movimento em conjunto só pode trazer melhoras.”

- “Melhorou – eles têm medo de outra.”

- “Melhorou, tem ainda muito a desejar, mas pelo menos foi um começo para os patrões notarem que estamos mudando.”

- “Melhorou, até a mudança de Governo, agora já ‘melecou’ de novo.”

- “Não mudou muita coisa, pois novamente estamos na mesma luta sobre o salário.”

- “Acho que piorou, as pessoas sofreram muito e hoje a palavra greve assusta a todos.”

Quanto a nós, julgamos que a greve dos têxteis configurou uma vitória para a classe. Vitória parcial no plano das reivindicações materiais. Vitória significativa quando se visualiza a perspectiva geral do movimento. O simples despertar da classe já seria suficiente para caracterizar esse ponto, mas além deste, temos ainda outros dois: a quebra na ideologia dominante, que propugnava a passividade da classe com chavões de “ordeira”, “trabalhadora”, “harmonia entre patrão e empregado”, etc., e a introjeção e assimilação pela grande parte dos trabalhadores da vitória do movimento. Isso permite importantes desdobramentos positivos e de avanços no plano da consciência espontânea. cremos, assim, que a greve representou um momento fundamental de união entre os trabalhadores, transformando-os, pela primeira vez em sua história, em sujeitos coletivos responsáveis por seus próprios destinos e não mais sujeitos passivos da benevolência paternalista dos patrões.

4.3. Características da Greve

Este item, junto com o anterior, pretende compreender o fenômeno da greve com base na explicitação das características do movimento. A complexidade que envolve tal temática tem contemplado elementos controversos e nem sempre claros, porém, essenciais na captação do significado do

movimento. Por isso, procuraremos, dentro de nossas limitações, determinar algumas categorias constatadas na processualidade da greve. Iniciaremos com a distinção sobre a natureza da greve, que pode ser resultado da espontaneidade ou não-espontaneidade dos trabalhadores.

A greve espontânea, segundo definição de Ricardo Antunes, é aquela em que “inexiste a direção consciente, quando ela não é elemento prévio e detonador das greves, mas a teleologia decorrente da intuição e espontaneidade das massas.”¹² Porém, isso não significa que a greve espontânea não possa estar relacionada de múltiplas formas com a entidade sindical, isto é: pode ser desencadeada exclusivamente pela ação dos trabalhadores e contar com a atuação posterior do sindicato. O que caracteriza, na verdade, a espontaneidade, é a ausência de uma direção política consciente, dotada de independência teórica e ideológica que possibilite a visualização plena e global da contextualidade social e política, visando superá-la. Ou, como diz Antunes: “é aquela que se atém ao nível da consciência do cotidiano, da consciência contingente.”¹³

Convém, ainda, enfatizar a distinção entre greve espontânea e espontaneísmo. O espontaneísmo é uma concepção política baseada no culto da espontaneidade: “é um método de condução política que faz a apologia do espontâneo como sendo a forma mais avançada da consciência de classe, e que rechaça o papel da direção consciente.”¹⁴ Enquanto que a greve espontânea, como já dissemos, é aquela que não se pautou no seu desencadeamento e condução na presença de uma direção política consciente.

Conforme Gramsci já ressaltou, “não existe espontaneidade pura, pois nela existem elementos primitivos, embrionários, de direção consciente.”¹⁵ Nas relações entre as ideologias dominantes e as classes dominadas coexistem sempre assimilações e rejeições ou redefinições. É nesta última que parece manifestar-se, de uma ou de outra forma, algum grau de consciência dos interesses de classe por parte dos trabalhadores. Não há, portanto, a partir dessa linha de raciocínio, inconsciência total dos interesses de classes e, por conseguinte, espontaneidade pura.

Vamos prosseguir em nossa distinção, definindo a greve não-espontânea. Ela é aquela que “sofre em seu desencadeamento e condução a presença de uma direção política e consciente, estando inserida no universo de um

movimento previamente concebido e politicamente dirigido.”¹⁶

Dentro desse contexto, como se inserem a greve geral convocada pela CUT e CGT, e a dos têxteis? Isso é o que veremos a seguir.

A greve geral convocada pelas Centrais Sindicais enquadra-se como greve não espontânea, pois a ação que a desencadeou foi previamente concebida por uma direção consciente (CUT e CGT) e visava operar uma fusão entre as causas dadas pela imediatidade (arrocho salarial) e os valores mais gerais (ferir a essencialidade da política governamental).

Em contrapartida, a greve dos têxteis foi resultante da própria necessidade e instinto de sobrevivência operária. O movimento nasceu, floresceu e viveu seu curso no leito da espontaneidade, muito embora a presença do Sindicato operário tenha sido marcante ao longo de todo o movimento, atuando como intermediário e representante dos trabalhadores.

A decisão pela greve, tomada em assembléia, apenas ratificou uma situação que já existia de fato – pois grande parte dos trabalhadores havia paralisado suas atividades nos dois dias anteriores à reunião, muito embora esses movimentos fossem parciais e isolados. Conforme depoimentos dos próprios trabalhadores, a decisão pela greve foi tomada da seguinte maneira:

- “Conversaram entre si e decidiram que, com tal chefe e tal salário, não trabalhariam mais.”

- “Havia paralisações isoladas em algumas empresas, mas a greve foi decidida em assembléia na qual os trabalhadores de todas as empresas têxteis decidiram paralisar suas atividades.”

- “Houve tumulto normal, mas o pessoal já estava cansado de tudo, foi quando encontraram quem apoiasse e tomaram coragem e foram em frente.”

- “Foi discutido em assembléia entre 35 a 45 mil trabalhadores.”

- “Através de uma assembléia, os empregados não suportavam mais tanta humilhação.”

- “Na assembléia geral.”

Como se vê, a greve foi espontânea em sua efetividade, com a presença ativa do Sindicato Operário, sem a presença de qualquer partido político, seja na deflagração, condução ou comando do movimento. Ressalte-se também que a postura dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais (assem-

bléias plebiscitárias, piquetes e a reunião com a Ministra do Trabalho) deixa transparecer que o movimento não foi puramente espontâneo, pois contou, ainda que embrionariamente, com atos conscientes e dirigidos para a obtenção de um resultado que lhes fosse favorável.

Uma outra característica presente no processo real de greve, em sua efetividade, é dada pela configuração econômica ou política. Pode-se dizer que uma greve é econômica quando ela se atém ao plano de imediatidade, com reivindicações parciais, limitadas, dadas pelas relações cotidianas entre capital e trabalho e, por isso, incapaz de ferir sequer minimamente a materialidade do sistema capitalista. Enquanto que a greve política é aquela que, de alguma forma, contrapõe-se ao aparato do Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política.

A separação ou distinção entre greve econômica e greve política não pode ser feita mecanicamente. Marx já mostrou que “é próprio de toda luta econômica transformar-se em luta política (ou até mesmo o inverso).”¹⁷

Castoriadis afirma também que:

(...) para nós é claro que elas (greve econômica) traduzem uma atividade tão radical como qualquer outra que se apresente como tal; não põe em questão a exterioridade do poder estabelecido, mas minam o seu fundamento, ou seja, a definição capitalista da realidade, daquilo que conta e é importante.¹⁸

Essa dialeticidade (causalidade econômica e significação política) está presente na Greve dos Têxteis, ou seja, premidos pela rudeza e precariedade material, cuja motivação era, como vimos, de raiz econômica, assumiu outra de nítida dimensão política, resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho. Além disso, a greve constituía-se numa vitória política da classe operária: era o surgimento pujante de uma classe operária após anos de opressão e silêncio.

BIBLIOGRAFIA:

- ANTUNES, R. *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista - as greves de 1978/1980*. São Paulo: Ensaio, 1988.
- _____. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.
- BRAVERMANN, M. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRUM, A. J. *Cruzado: glória, coma - recuperação?* Ijuí: Inijuí, 1987.
- CÂNDIDO, J. F. *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CUNHA, J. I. *Evolução econômica-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fund. Catarinense de Cultura, 1982.
- DIAS, M. F. S. *A formação do sindicato têxtil de Blumenau: 1945 a 1960*. Florianópolis: UFSC, 1985.
- ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FERNANDES, F. *Nova República?* 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1981.
- KRZIZANOWSKI, M. *A Greve nas Indústrias Têxteis de Blumenau*. Blumenau, 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Sociais) - FURB.
- LÊNIN, V. I. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Polis, 1977.
- LINHARDT, T. *Greve na fábrica*. Tradução de: Miguel Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MARX, K. *A sagrada família*. Lisboa: Presença, 1976.
- _____. *O capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. v. 1.
- _____. *O capital*. 6. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. *Salário, preço e lucro*. 6. ed. São Paulo: Global, 1988.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã I*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1990.
- MOSER, A. *A nova submissão: mulheres na zona rural no processo de trabalho industrial*. Porto Alegre: Edipaz, 1985.
- PAZ, O. *O labirinto da solidão e post-scriptum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PIAZZA, W. F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1981.

RODRIGUES, J. A. *O sindicato no Brasil: seu papel no desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1968.

SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fund. Catarinense de Cultura, 1981.

SINGER, P. *Economia política do trabalho*. São Paulo: Lucitec, 1975.

SCHIOCHET, V. *Greve dos trabalhadores têxteis: uma novidade frente à tradição burguesa*. (mimeo), 1989.

NOTAS DE FIM

² *Jornal O Estado*, Florianópolis, p. 5, 03 mar. 1989.

³ Essas informações, bem como as posteriores, foram obtidas nas leituras de jornais da época, bem como em noticiários de televisão gravados nos dias 14, 15 e 16 de março/89.

⁴ SCHIOCHET, V. *Greve dos trabalhadores têxteis: uma novidade frente à tradição burguesa*. (mimeo), 1989. p. 01.

⁵ LENIN, V. I. 1979. p. 40.

⁶ *Diário Catarinense*, Florianópolis, p. 22, 10 mar. 1989.

⁷ SCHIOCHET, op. cit., p. 05.

⁸ Este sistema faz com que as fábricas trabalhem ininterruptamente através de um sistema de revezamento onde o operário trabalha quatro dias e folga um.

⁹ *Jornal O Estado*, Florianópolis, p. 15. março. 1989

¹⁰ Idem.

¹¹ *Diário Catarinense*, Florianópolis, p. 20, 22 mar. 1989.

¹² ANTUNES, R. *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista - as greves de 1978/1980*. São Paulo: Ensaio, 1988. p. 197.

¹³ ANTUNES, R. 1986, p. 196.

¹⁴ ANTUNES, op. cit., p. 210.

¹⁵ GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. *Apud* Moisés, 1978, p. 104-107.

¹⁶ ANTUNES, op. cit., p. 198.

¹⁷ MARX, K. *Salário, preço e lucro*. 6. ed. São Paulo: Global, 1988. p.84.

¹⁸ CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.65.

A Igreja-Matriz de Brusque

Dorvalino Eloy Koch, scj*

Artigos

A primeira igreja-matriz de Brusque, de alvenaria, com uma torre, e em estilo gótico, foi inaugurada em 1877, com a bênção litúrgica do seu primeiro pároco: o Pe. Alberto Gattone. Igreja que, na época, era considerada “o mais belo templo de Santa Catarina” (Álbum do Centenário”, p. 263).

1- Projetos da Nova Igreja

Pe. Luiz Gonzaga Steiner, scj foi nomeado pároco aos 13/03/1949. Pe. Vicente Schmitz, seu antecessor, já dera um início de ampliação ao templo, de cada lado da torre. Mas Pe. Luiz acabou preferindo a construção de uma igreja nova, até porque já se respirava uma atmosfera de 1º centenário de Brusque.

O prestígio do arquiteto alemão, Simão Gramlich, estava em alta com suas igrejas em estilo gótico: em Azambuja, Gaspar, Itajaí, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e em outras cidades; e do agrado da respectiva comunidade. O pároco, todo empolgação, logo encomendou, ao referido arquiteto, um projeto para a “sua” igreja; que seria de duas torres. E teria dois pisos: o inferior seria uma cripta, destinada às missas cotidianas; o piso superior ficaria reservado para as missas

* Assinante da Revista Blumenau em Cadernos.

dominicais e festividades maiores.

Assim que o Pároco recebeu o projeto, colocou-o, cheio de otimismo, em exposição na secretaria paroquial. Mas os Superiores de sua Congregação não confiavam na sua capacidade administrativa, alertando, pois, o Sr. Arcebispo no sentido de lhe exigir uma Comissão Construtora. Obediente, o Pároco nomeou uma Comissão, assim constituída: Dr. Guilherme Renaux (Presidente), Sr. Otto Schaefer (Vice-Presidente), Sr. Érico Contesini (Tesoureiro), Dr. Ivan Walendowski (Engenheiro) e Dr. Carlos Moritz. Comissão que foi aprovada pelo Sr. Arcebispo.

A 1ª reunião (1952) teve lugar no tradicional Salão São José, e com alguma afluência de paroquianos. No palco, tomaram seus lugares os membros da Comissão, e também o Pároco. Ao lado, destacava-se o referido projeto Gramlich. Em poucas palavras, embora educada e diplomaticamente, Dr. Guilherme derrubou o projeto Gramlich, e levou a Comissão a optar por um novo projeto, desta vez, a cargo do alemão Gottfried Böhm, o arquiteto da nova igreja de Blumenau. Ao Pe. Luiz G. Steiner apenas restou-lhe dizer “sim”, e empalidecer de frustração e humilhação.

2 – A Falta de Acabamento

Houve grande empenho da parte dos párocos, e generosos sacrifícios da população brusquense, para erguer tão colossal monumento de Fé. Mas falta-lhe ainda a concretização de alguns elementos previstos no projeto original:

a) As **estátuas de madeira** dos quatro evangelistas, em tamanho natural, e que podem ser pintadas com as cores vigorosas (não berrantes) do “bordô” e do “azul”, e cujos suportes já se acham embutidos nas paredes centrais;

b) As **14 estações da via-sacra**, a serem esculpidas em madeira, e instaladas em nichos, abertos aos pares em ambos os paredões do campanário.

3 – Problemas Artístico-Pastorais

De posse de razoáveis noções de estética, permita-me o benévolo leitor tecer algumas considerações a respeito. O problema está em pintar ou não pintar o interior do templo. Do material empregado na construção da igreja, destaco a pedra e o concreto armado.

A **pedra**, arrancada de natural pedreira, é material nobre. A merecer, pois, respeito em sua original pureza. Já com o **concreto armado** não se

dá o mesmo. Pois é um compacto bruto e artificial de construção. Não tendo nada que ver com material nobre.

Ora, a mesma realidade ocorreu, anteriormente, na construção da igreja de Blumenau. Seu pároco, o arrojado e inteligente Frei Braz Reuter, não teve dúvidas: tudo quanto fosse de concreto armado (colunas, arcadas e detalhes), ele o mandou pintar com tinta clara (não branca); só deixando ao natural as pedras, que compõem as paredes. De sorte que o próprio arquiteto acabou aprovando a iniciativa do Sr. Pároco.

Com o apoio de Frei Braz e do exímio arquiteto Böhm, creio estarmos autorizados a aplicar as mesmas medidas ao acabamento da Igreja-Matriz de Brusque. E com mais fortes razões, dado que as pedras da nossa igreja são cinzentas, e nada artisticamente trabalhadas. Sua cor é inexpressiva, sem calor para um ambiente de funções religiosas.

Quando o Sr. Arquiteto esteve em Brusque (1953) para examinar a localização da nova igreja, ousei fazer-lhe a pergunta sobre se o projeto estaria de acordo com os requisitos da Liturgia Católica. A resposta veio direta e precisa: "Ich zeichne nur was ich glaube" (Só projeto o que eu creio).

Mais adiante, fiz-lhe a sugestão de importar pedras rosáceas de Blumenau para a construção de nossa igreja. Não aceitou a proposta. Guiado por senso litúrgico, dava preferência ao nosso material, para melhor traduzir, disse ele, uma oferta da comunidade a Deus, mediante "dons naturais" da própria região.

E assim ficamos com as nossas inexpressivas pedras cinzentas. Por outro lado, o arquiteto mostrou-se de pleno acordo com a feliz idéia das pinturas acima indicadas. E até sugeriu algumas pinturas a mais. Segundo ele, e apesar das pedras cinzentas, também poderia pintar-se a parede do presbitério; bem como, na largura de um metro, a parte inferior das paredes centrais. Sendo que esta faixa poderia ser ilustrada com o simbolismo da videira e do trigo, trabalho esse que seria efetuado com o auxílio de *spray*, sob a orientação de um técnico da Alemanha, gratuitamente por ele posto à disposição da Comunidade. Quer-me parecer, no entanto, que esta última sugestão do arquiteto esteja beirando o exagero, por desrespeito ao natural das pedras.

Conclusões

De pouco ou nada nos servem avaliações de curiosos turistas. Mais interessados no exótico da arte, e sem perceberem os entraves psicológico-

pastorais. Mais voltados para a distribuição de gentilezas e agrados à população.

Com longa e larga experiência de vida brusquense, sabe-se que bom número de fiéis prefere frequentar o Santuário de Azambuja. A dizer-nos, por sua preferência, que o templo deve primar pelo acolhimento, a começar pelos atrativos de suas condições ambientais. A dizer-nos, outrossim, que teria sido preferível o projeto Gramlich da Igreja-Matriz.

Até porque a cultura catarinense, já meio tropicalizada, pende mais para o tom aprazível das cores alegres do que para o das cores austeras das regiões nórdicas. Ao que tudo indica, também o Sr. Arquiteto vinha de aprender essa lição tropical. Permita-me um gracejo: ele até apreciou uma feijoada que lhe ofereci no Balneário de Camboriú... Sem nada dramatizar com o proverbial “leite derramado”, creio valer a pena aplicar estratégias adequadas de melhorar, psicológica e pastoralmente, também o ambiente físico do nosso espaço eclesial.

No mês de maio de 1988, a Paróquia teve a última visita do arquiteto Böhm, que vinha de Blumenau. Esteve conosco por vários dias. O pároco, Pe. Nelson Tachini, deu-lhe todas as atenções. Do novo diálogo sobre o acabamento e os melhoramentos do templo, foram incumbidos os padres Valberto Dirksen e Dorvalino Eloy Koch. Acompanhou-os o engenheiro Orlando Schaefer, do Conselho Pastoral. Tudo foi relatado ao Pároco Tachini.



Da esquerda para a direita: Schaefer, Dirksen, Böhm e Koch.

As bodas de ouro de meus avós

Brigitte Fouquet Rosenbroch*

Memórias

Existem passagens de nossa vida que o tempo não consegue apagar e quanto mais velhas ficamos, mais nítidas elas se tornam. Assim lembro bem aquele ano de 1944, em plena 2ª Guerra Mundial.

Mas a guerra não tinha importância! O importante era a grande festa que iria acontecer em abril, as Bodas de Ouro de Omama e Opapa Brand, pais de mamãe, em Joinville!

Todos os preparativos foram feitos, roupas e sapatos novos, era algo especial fora da época. Naquele tempo, Natal, Páscoa e aniversário eram as datas de roupas novas. Enfim chegou o dia da viagem; sim, da viagem, pois levava quase um dia inteiro até chegar lá. Eram feitas várias paradas: em Pomerode para o frühstück (lanche da manhã), Jaraguá para almoço, e em Bananal, hoje Guaramirim, para mais um café.

Opapa tinha carro, era um Ford, não lembro o ano, mas lembro bem que era a gasogênio. Com o racionamento da gasolina por causa da guerra, eram adaptados do lado de fora cilindros recheados de carvão e movidos com o calor do carvão aceso. E a velocidade era reduzida no ritmo do toc...toc...toc.... um barulho bastante alto! Mas o que

* Colaboradora da Revista

importava? Mamãe e nós três, meninas, estávamos a caminho de Joinville, na casa de Omama, grande casarão aconchegante com muitas árvores e o lindo “chuva de ouro”, com seus cachos amarelos, diante do portão de entrada.

Papai viria de ônibus da Catarinense, pois trabalhava na “Caixa Agrícola” e não podia sair dias antes.

Ficamos hospedados no casarão, na Rua Visconde de Taunay, no sótão onde os quartos tinham uma parede inclinada, acompanhando o telhado com suas mansardas (as janelas menores no telhado). E aquelas janelas traziam o cheiro de Joinville. De manhã todo o ar tinha um suave perfume que alguma árvore ou flor especial devia exalar, e que às vezes volto a cheirar em algum lugar que passo.

Como o odor suave traz lembranças e saudade! Ah, o cheirinho de Joinville! E o gosto da pitanga!...

Omama era aquela mulher toda maternal, sempre bem-humorada, gordinha, e nós a amávamos! O Opapa, não muito alto, mas forte, cabelo escovinha bem branquinho. Mas o mais lindo nele era o seu grande bigode branco, bigode este que nós, crianças, enrolávamos e puxávamos bem para o lado para que ficasse ainda maior! Eles eram muito amorosos!

Mamãe era a filha mais nova de oito filhos, sendo que depois dela nasceram mais dois meninos. Como caçula das cinco meninas, ela sofreu bastante com a separação, ao casar e vir morar em Blumenau. Mas todos os anos nós fazíamos férias em Joinville.

Bem, chegava o dia da festa e Omama me levou na cabeleireira dela, a Muty, para fazer permanente, pois meu cabelo não crescia. Enquanto minhas irmãs tinham lindas tranças que mamãe enrolava diariamente, no meu cabelo ela tentava o mesmo, só que já na primeira volta da trança ia a fita de tafetá xadrez junto para segurar as duas pequenas tranças, que ficavam durinhas por causa das fitas.

Fazer permanente? Aquela “coisa” que assustava! Ligado a cada rolo na cabeça, ia um prendedor para fixar com o calor da eletricidade aquele líquido mal-cheiroso, mas que fazia lindos cachos! E assim eu fiquei! As fotos das Bodas ainda hoje me encantam, de como houve uma grande mudança daquele “patinho feio”. Eu estava feliz, acabara de fazer 10 anos.

Chegou o dia 12 de abril, o grande dia!

Acordamos todos ao som da Banda de música, banda esta formada por empregados da Fábrica do Opapa, que veio trazer uma linda matinada!

Opapa era proprietário da “Esquadrrias de Madeira Brand”, fábrica esta que neste mesmo dia completava 51 anos. Nesse dia também era o 78º aniversário de Opapa. Ainda hoje, o 12 de abril é muito especial para mim, de muitas lembranças bonitas e saudade...

Após a matinada começou a ser servido o café da manhã para os músicos, e já cedo começaram a chegar pessoas trazendo flores, presentes e cartões.

Naquele tempo cada um fazia seus arranjos de flores em casa, e o joinvilense, com a beleza das flores que possui, era especialista. Eram entregues e nós crianças podíamos ajudar no recebimento e no servir capilé com cuca e gasosa a quem chegava.

Lembro do mensageiro que veio muitas vezes com telegramas e cada vez se fartava na mesa posta!

Houve também uma grande homenagem por parte dos bombeiros voluntários de Joinville, aos quais Opapa pertencia, e creio ter sido ele um dos fundadores desta gloriosa guarnição, da qual o joinvilense ainda hoje se orgulha!

Era um lindo dia de outono!

Enquanto tudo isso se passava nos jardins da casa, onde mesas protegidas com grandes toldos foram colocadas, na cozinha o movimento era grande. Tudo foi feito em casa com o auxílio de cozinheiras e das cinco filhas, com a supervisão de Omama.

O almoço reuniu a família toda: filhos, genros, noras, netos, irmãos, cunhados, primos, muitos vindos de muito longe!

Não sei quantos éramos, mas com certeza, muitos!

Café da tarde, portas abertas para quem viesse, e veio muita gente amiga!...

O jantar foi para a família e amigos, e a festa continuava... ao som da Banda que já animara a festa o dia inteiro, e que à noite já tocava desafiada, pois o que não faltou foi chopp.

Eu, como menina de 10 anos, me diverti muito, e pouco antes da meia-noite tudo acabou.

Só Opapa não participou mais da Festa à noite, ele sofria de “gota” e as dores no corpo o levaram cedo para a cama. Por causa da doença ele não bebia; mesmo assim, ainda pedalava sua bicicleta diariamente até na Fábrica.

O ano de 1944 ficou muito marcado, pois em 28 de agosto, aos 72 anos, Omama faleceu repentinamente, e em 29 de outubro Opapa a seguiu, aos 78 anos.

Mamãe sofreu muito com estas perdas, e nós também. Mas tivemos

a felicidade de todos juntos festejarmos as Bodas de Ouro, alegria esta que não é concedida a todos!

A partir daí, para nós muita coisa mudou. Antes, mamãe ia conosco “para casa”, como ela sempre dizia! A casa continuou...

Tante Martha, irmã de mamãe, foi morar com Opapa, que de saúde, já dois meses depois seguia a Omama.

Quando nós ficamos mais crescidas, minha irmã Ully e eu pudemos viajar sozinhas com o ônibus da Auto Viação Catarinense.

Um detalhe interessante: quando éramos pequenas, lembro que o ônibus pegava os passageiros cada um na sua casa. Muitas vezes, quando chegava, a casa ainda estava às escuras, e o motorista acordava o pessoal.

Quando já maiores nós íamos à Rua São Paulo, na saída da Rua Paraíba, e lá o ônibus nos pegava. Este movimento todo já começava às 3 horas da madrugada. Mais tarde, teve início a linha regular do “Expresso Itajara”, caminhonete para oito passageiros, e o motorista era primo do papai, Herbert Beims.

Estávamos em boas mãos e assim, durante os anos de nossa juventude, Joinville continuou sendo o lugar mais importante de nossas férias. Ora as passávamos na casa de Tante Martha, onde eu matava saudades da infância de Omama e Opapa, pois cada canto da casa lembrava estas duas criaturas tão queridas!

Íamos também na casa de Tante Clara, que tinha um restaurante em Pirabeiraba. Passamos férias, algumas vezes, na casa de Tante Gerda, na Rua Conselheiro Mafra. Mais tarde, quando as primas casaram, gostávamos de ir na casa de Imy, nossa prima preferida e, com ela e o marido Erich, tivemos férias inesquecíveis.

Na época ele requereu a ilha do Carisco, na Baía de Babitonga, e lá íamos de barco passar dias. Nosso primo Curt casou e foi morar em Curitiba, onde era funcionário do Banco do Brasil. Em janeiro de 1948 e 1949, passamos com eles uma parte de nossas férias. Existia uma linha regular de limusines de Blumenau a Curitiba, que levava cinco passageiros e era muito rápida para a época, esta viagem.

Enfim, ficaram as lembranças de uma infância e juventude felizes e uma família numerosa e querida que mamãe e nós tínhamos e ainda temos em Joinville. Meus avós: Rudolf Brand e Marie Brand, ela da Família Kröhne de Joinville, e ele nascido na Westfália – Alemanha, mas naturalizado brasileiro.

A mais antiga das minhas dúvidas

Helge Detlev Pantzier -
helge@brturbo.com¹

Memórias

Minha irmã Maike e eu éramos os únicos filhos da família Pantzier. Adultos, após muitas andanças, constituímos nossas próprias famílias e acabamos ambos morando em Florianópolis. Entretanto, nunca perdemos o contato com Blumenau, onde moravam os nossos pais e tínhamos alguns negócios. À medida que os filhos iam crescendo e nossos pais envelhecendo, tornou-se cada vez mais difícil reunir toda a família em Blumenau. A última vez em que isto de fato aconteceu foi na festa dos 80 anos de minha mãe, em 1995. Na oportunidade editamos um jornal comemorativo e depois de muitas brincadeiras a Oma Erica (Eka ou Ika para os íntimos) lembrou alguns fatos do passado. A festa foi no Clube Ipiranga, no bairro Itoupava-Seca. Oma de repente disse: olhe filho, no tempo em que você era bem pequeno eu levava você de carrinho de bebê até aqui no clube para jogar bolão com as amigas. Puxando pela cabeça, com a ajuda da minha mãe, me lembrei que quando eu era muito criancinha, morávamos ao lado do Hotel Würges, na Rua São Paulo, bem perto do Clube Ipiranga.

¹ Colaborador da Revista Blumenau em Cadernos.

Naquele lugar, antes de meus pais casarem, o Seu Dietrichkeit tinha um salão de cabeleireiros unissex, onde além de cortar a barba e o cabelo dos cavalheiros, também cortava o das senhoras, fazendo também a ondulação permanente a quente, o que deixava os cabelos bem encaracolados, como era moda na época. Os instrumentos de trabalho de então eram bem diferentes dos de hoje. As barbas eram feitas com uma navalha que precisava ser afiada diariamente numa pedra bem lisa que parecia ser de xisto. Havia ainda uma tira de couro da qual uma parte era presa na parede e a outra se segurava com uma das mãos. Com a outra mão se segurava a navalha, que era passada diversas vezes por dia pelo couro visando afinar o corte. Este procedimento exigia atenção, pois a navalha era passada no couro de tal forma que o seu lado não cortante viesse primeiro e o cortante por último. Assim não se danificava o couro e a navalha cortava cada vez melhor. O cabelo era cortado por máquinas manuais. Se o barbeiro deixasse de fazer o movimento manual com a máquina no meio do corte do cabelo, era um Deus nos acuda, pois os cabelos ficavam presos entre os dentes da máquina sem serem cortados, e isto doía bastante. Por essa razão era necessário ter experiência, para não fazer barbeiragens. Também as lâminas da máquina de cortar cabelos tinham que ser constantemente afiadas para terem bom corte.

Meu pai aprendeu o ofício com o seu Dietrichkeit e após o falecimento deste assumiu o salão. Enquanto nós morávamos na Itoupava-Seca, meus avós maternos moravam na Rua São Paulo, defronte de onde futuramente seria a Sodema. Lembro-me vagamente que minha mãe ia comigo até o Hotel Würges telefonar para minha avó. Poucas pessoas tinham um telefone em casa em 1940. O dos meus avós era de número 38 e toda a vizinhança ia lá para telefonar, pois era o único num raio bem grande. O telefonema de minha mãe era para avisar que ela me mandaria de ônibus até lá e que minha avó ficasse alerta.

Na época o proprietário da empresa de ônibus era o seu Eduard Tierling, que era a simpatia em pessoa. Minha mãe parava do outro lado da rua, que ainda não tinha calçada, esperava pelo ônibus. Quando este chegava, dirigido pelo seu Tierling, ele saltava, atravessava a rua e me pegava, colocava num banquinho que ficava ao lado do motorista e seguia viagem. Como na maioria dos trechos a rua não era calçada, os poucos carros que

passavam pela gente levantavam grandes nuvens de pó. Seu Tierling uma vez parou o ônibus para levar meio saco de milho na residência de um senhor que não estava em casa. Isto não tinha importância. Ele levava o saco nas costas, ia até a casa do vizinho mais próximo, dava o recado que o remetente lhe tinha passado e pedia para que o vizinho entregasse a mercadoria assim que o destinatário chegasse. Constantemente parava nas casas para entregar encomendas: uma galinha, uma carta, um pacote e assim por diante. Não havia pressa para as coisas. Quando chegávamos na casa da minha avó, esta geralmente estava esperando por mim. Entretanto, o ritual se repetia. O seu Tierling parava o ônibus, me pegava no colo, atravessava a rua e me entregava são e salvo nos braços de minha avó. À noite tudo ocorria ao inverso. Das coisas que relatei acima eu tinha apenas vagas lembranças que foram avivadas pela minha mãe.

Entretanto, a mais antiga de todas as lembranças da qual me recordei perfeitamente foi outra.

Era época de Natal, minha mãe tinha feito doces de natal, o pinheirinho já estava dentro de casa e ainda faltava ser enfeitado. Todos falavam comigo sobre o Natal e principalmente sobre o Papai Noel, que levava um saco nas costas com os presentes. Eu estava empolgado. Ao lado de nossa casa havia um gramado e alguns canteiros. Havia também uma cerca de tela de arame e um portão que permanecia sempre fechado para impedir que eu fosse para a rua. Naquele dia, pela primeira vez, eu consegui abrir a tranca e fui para fora. Neste momento, meu pai, que estava com o rosto todo ensaboado, olhou para fora da janela e disse: Helge, volte para dentro. Em seguida a cabeça dele desapareceu e nossa empregada veio correndo me pegar. Para mim, uma pessoa com uma barba toda branca só podia ser Papai Noel. Assim eu comecei a gritar bem alto e bom som: o Papai Noel, o Papai Noel. E aí começou a dúvida: Ele tem barba branca, mas fala como meu pai! Será que meu pai é o Papai Noel? Ou será que o Papai Noel é meu pai? Esta dúvida me acompanhou nos natais seguintes, até que por fim eu descobri, com pesar, que Papai Noel era uma fantasia.

Nacionalização e Malária

Roberto Marcelo Caresia*

Pesquisa &
Pesquisadores

Dois discursos
profiláticos

Este texto apresenta um estudo preliminar, não o resultado de uma pesquisa em andamento, por isso a discussão aqui levantada irá tratar apenas das fontes primárias. Não pretendo, por enquanto, aprofundar as questões que envolvem a *Campanha de Nacionalização*, ocorrida entre 1938 e 1945, e a *Campanha contra a Malária* também de febre amarela, impaludismo e outros, que assolou o Vale do Itajaí basicamente no mesmo período), pois fazer isso equivaleria a desviar o assunto por vários momentos, visto as diversas particularidades que envolvem estas duas questões. No entanto, há alguns pontos em que pode ser feita uma aproximação discursiva entre os mesmos, pelo fato dos agentes da nacionalização em Blumenau (principalmente militares) serem também os responsáveis pela *Campanha contra a Malária* (além de médicos sanitaristas), o que faz com que, em alguns momentos, os dois discursos (nacionalização e malária) estejam intimamente ligados entre si.

1. Soldados da Profilaxia: médicos e militares falando a mesma língua.

* Mestre em História Cultural pela UFSC e professor do Departamento de História e Geografia da FURB.

A princípio, numa outra pesquisa sobre a dita *Campanha da Nacionalização*, pude me deparar, principalmente nos jornais *Cidade de Blumenau* e *A Nação*, com vários discursos de cunho obviamente nacionalista sobre a urgência da assimilação cultural dos núcleos de imigração alemã e italiana em Santa Catarina, com uma maior intensidade voltada aos primeiros. Mais tarde, em outra pesquisa voltada unicamente para coletar fontes primárias sobre a *Campanha contra a Malária*, nos mesmos jornais do mesmo período da pesquisa anterior, percebi que os responsáveis pelas duas Campanhas eram basicamente as mesmas personagens, onde os discursos de assimilação cultural se entrecruzavam com os discursos da necessidade urgente da erradicação da malária e da higienização do espaço urbano, tudo isto condizente com a crescente tendência de modernização urbana da cidade.

Apesar destes dois assuntos parecerem a princípio distantes, pode-se perceber como, em maio de 1938, o corpo médico e os funcionários do *Serviço de Febre Amarela* começam a ser chamados de “soldados do serviço de profilaxia”. A *Campanha de Nacionalização*, nesta altura, ainda não havia atingido em cheio a região do Vale do Itajaí, mas chamar os funcionários de um serviço de assistência sanitária de “soldados” nos permite pensar numa aura patriótica e heróica, na qual estes funcionários passam a ser inseridos e tratados como tais pelo discurso oficial e pela imprensa da região. Tal sentido patriótico, aplicado a estes médicos e demais funcionários, também não era necessariamente uma novidade, visto que desde as campanhas de vacinação, ocorridas no Rio de Janeiro na década de 1900, durante o processo de reurbanização da cidade, tais pessoas tinham seu trabalho visto como essencial para o crescimento do país, para o saneamento da população e sobretudo para a modernização da cidade. Florianópolis foi uma das últimas capitais brasileiras a passar por esse processo de modernização e saneamento, na década de 1910.

Como a região de Blumenau, em 1938, ainda não se inseria neste padrão nacional de modernidade, mas já começando a ser percebida como um espaço que deveria ser resgatado e trazido ao contexto nacional — devido ao parque industrial que abrigava, constantemente associado à influência germânica da região —, os discursos referentes ao problema da Febre Amarela/Malária começaram a ser tratados com chavões patrióticos, a princípio timidamente, como se percebe nos “soldados da profilaxia”. Só em abril de

1939 é que instala-se em Blumenau o 32º Batalhão de Caçadores (mais tarde 23º Batalhão de Infantaria), deixando claro que a presença militar na cidade, neste contexto, tratava de dar conta da manutenção da *Campanha de Nacionalização* em toda a região, cabendo a estes também o combate às doenças epidêmicas.

Pelo que se percebe no Relatório Municipal de 1938, já em março são registrados casos de “febre amarela silvestre” no interior do município, sendo que o mesmo aparentemente foi contido pelas “providências enérgicas” tomadas pelo governo do Estado junto às “autoridades federais”. O responsável por esta campanha inicial foi o Dr. Júlio Paternostro, enviado pela Comissão Rockfeller “com abundante material para vacinação em larga escala”, sendo vacinadas cerca de 34.368 pessoas e registrados 26 óbitos, segundo o referido relatório.

Quanto ao tifo e à malária propriamente dita, o relatório afirma serem “endêmicos nesta cidade”, apesar de serem verificados poucos casos em relação a anos anteriores. Ou seja, reconhecendo que a malária não era um caso recente na região, mas sim, fazendo parte da lista de doenças frequentes no interior do município. No Relatório do ano seguinte verifica-se em números como o atendimento às doenças aumentou de maneira geral, sendo que a malária continuava no topo da lista, seguida de verminoses, doenças da pele e sífilis (colocadas juntas, como doenças da mesma ordem).

Em suas memórias, Grete Medeiros conta que na década de 30 “a malária tornara-se um verdadeiro flagelo”, afirmando ainda que “não havia casa de família que não tivesse pessoas atacadas pelo mosquito. A gente não tinha como se proteger, usávamos mosquiteiros nas camas. Nos hospitais, todas as camas tinham uma armação de madeira com o mosquiteiro preso.” Por ironia, segundo ela, surgiu um remédio alemão (*atebrina*), de cor verde-amarela, sendo que o indivíduo que o tomasse fica com pele dessa cor: “os blumenauenses adquiriam uma cor verde-amarela, mas não por patriotismo”. O remédio, no entanto, apenas amenizava a febre.

Mais eloqüente é o discurso proferido pelo Dr. Júlio Paternostro, no jantar de homenagem ao corpo médico do *Serviço de Febre Amarela*, onde fica evidente o sentido nacionalista que o mesmo confere ao referido Serviço. A primeira parte de seu pronunciamento é ocupada por várias descrições poéticas e idílicas de paisagens naturais de outros Estados brasileiros

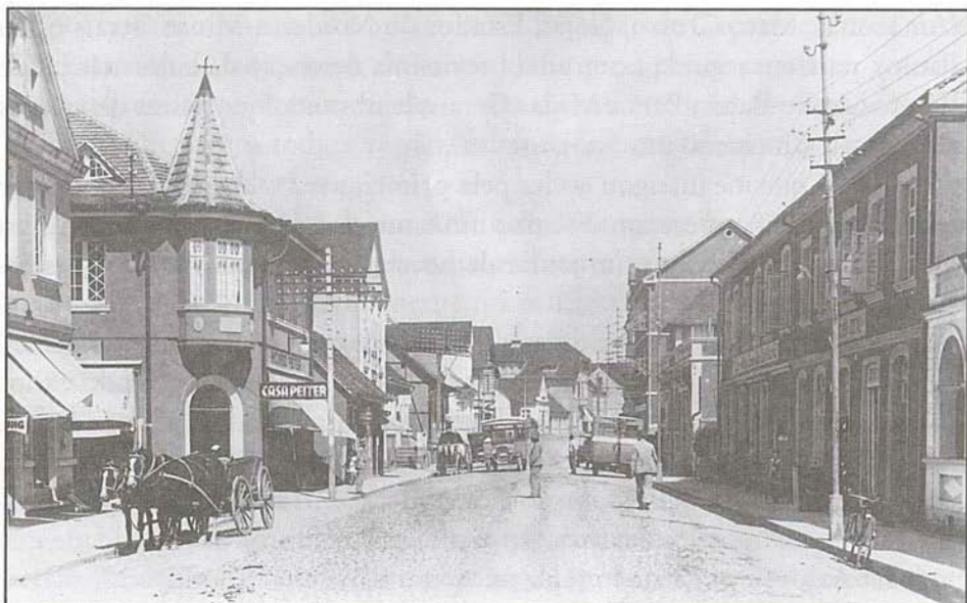
(Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Estados do Nordeste, Minas Gerais e São Paulo), para em seguida fazer uma brevíssima descrição da cultura local de Estados como Bahia, Pará e Minas Gerais, lembrando que nestas descrições ele se posiciona como um “viajante”.

O que me intrigou ao ler pela primeira vez tal peça oratória é por que um médico profere um discurso um tanto poético, mas com um cunho marcadamente político num jantar de homenagem às suas funções desempenhadas na região?

Como o contexto do Estado Novo visava o nacionalismo brasileiro, o discurso oficial deste médico, que sugere em sua fala ter visitado vários Estados do Brasil, remete-se a incluir o Vale do Itajaí na natureza nacional, demonstrando uma preocupação quanto à integração cultural desta região ao espaço nacional. Tal colocação fica evidente quando este diz que “a expressão teuto-brasileira deve tomar parte nesse concerto de brasilidade que todos nós dos outros Estados ansiamos: um país forte pela cultura”.

Sua fala fica ainda mais contundente quando tece a comparação da sociedade local (germanizada) como um filho que renega a mãe (o Brasil) na qual amamentou durante tanto tempo, colocando tal analogia como “uma lei biológica da natureza” e, portanto, seria contrário à própria natureza um filho renegar essa mãe (no caso, a cultura brasileira). Tal analogia entre sociedade/país com filho/mãe é muito cara aos discursos paternalistas do Estado Novo, os quais exaltavam a família como célula principal da sociedade, mas também deixa claro que a integração cultural dos imigrantes, e descendentes destes, deve obedecer não só às leis do Estado, mas também a uma suposta lei natural, portanto, necessária e inevitável.

Porém, ainda segundo o orador, os objetivos de tal Serviço não eram somente conter e erradicar a epidemia de Febre Amarela, mas tinham também um “objetivo de progresso”, visto que regiões com doenças endêmicas ou epidêmicas eram vistas na época como espaços não urbanizados, rurais ou mesmo como espaços doentes que precisavam ser saneados e tratados. Em outros períodos, era a estrada ferroviária que simbolizava o progresso na região; mais tarde, serão as estradas automobilísticas e as próprias rodovias que trarão o sinônimo de progresso e modernidade à região.



Casa Peiter - Rua XV de Novembro.

Como os casos de malária e tifo cresciam cada vez mais, não é por acaso que o Dr. Afonso Rabe foi nomeado Interventor Municipal (equivalente a prefeito, 1941-1944), sendo que Rabe já participara da gestão anterior como Superintendente de Saúde Pública e atuara no Serviço de Febre Amarela.

O Relatório Municipal de 1940 foi elaborado por ele, onde a parte de saúde contém informações mais minuciosas. Ao falar sobre a malária, ele faz a distinção entre a área rural e a “cidade”, ao dizer que “a malária castigou acerbamente a população rural, na cidade também se verificaram muitos casos, alguns deles fatais”. Ou seja, a malária passava a não estar mais circunscrita ao interior do município, como constava nos Relatórios dos anos anteriores, mas também estava presente “na cidade”, na sua área urbana, o que dava ao problema caráter de urgência, pois não eram somente camponeses e pobres que padeciam do mal endêmico, mas também a pequena população urbana que trabalhava em indústrias e comércios, bem como as famílias de maior renda.

Sob este aspecto, é particularmente interessante a visão que outro médico teve de Blumenau. Em fins de 1942, o malariologista Henrique Maria Penido – também fazendo parte da Missão Rockefeller – veio ao municí-

pio para dirigir o laboratório central da 5ª Circunscrição do Serviço Nacional de Malária e deixou bem clara sua visão da cidade: “uma coisa, porém, podemos dizer com certeza: a malária é incompatível com o progresso. No dia em que Blumenau perder seu aspecto rural para tomar uma feição de cidade, a malária desaparecerá aos poucos da zona urbana, limitando-se às zonas suburbanas e rural.”

Apesar de ter um parque industrial reconhecido, Blumenau ainda era vista como cidade interiorana, com feições de cidade rural. Também são interessantes as descrições que outros agentes da *Campanha de Nacionalização* fizeram da cidade neste mesmo período, dizendo que a mesma era atrasada culturalmente em relação às novas modas e tendências do resto do país (diga-se SP, RJ e MG) e que sua área urbanizada era carente de água encanada, esgotos, energia elétrica melhor distribuída, ruas calçadas etc. Tais descrições tinham o intuito de associar o chamado isolacionismo étnico (germânico) com o descompasso da cidade em acompanhar os padrões de progresso e modernidade do país.

É interessante também perceber como o discurso médico e higienista associa a malária com a falta de progresso — rede de esgotos, água encanada e a presença da mata na área urbana. Neste ponto, estes dois discursos (nacionalização e malária) não partem de uma voz em comum, mas ambas parecem se complementar ao dizerem a mesma coisa: *Blumenau não é moderna e necessita do progresso para curar suas doenças endêmicas*. Seria o caso de pensarmos que a malária, neste caso, seria uma manifestação patológica da falta de progresso, causada pelo isolacionismo étnico? Ninguém dizia isso claramente na época, mas sugeriam.

O interventor federal, Nereu Ramos, em discurso pronunciado em 1943 em Blumenau, por ocasião da inauguração do sistema de abastecimento de água (o segundo do Estado), disse que “não se compreendia poder uma cidade tão adiantada comercial e industrialmente, ser tão atrasada higienicamente”. Ou seja, desejava-se potencialmente o saneamento e a reforma do município devido à sua importante posição industrial em Santa Catarina.

De fato, o cartão postal de Blumenau na década de 1930 era uma cidade, como muitos diziam à época, vista pelos fundos, onde a frente das casas dava para a Rua XV de Novembro e seus fundos para o rio. “Rua margeando o rio não havia. Em seu lugar estavam os quintais das casas e

estabelecimentos comerciais, com roupas no varal, currais de animais e latrinas, muitas delas despejando os dejetos diretamente no rio.” Era esta a primeira vista que um visitante, subindo pelo rio ou pela estrada para Itajaí (hoje Rua Itajaí), tinha da cidade.

Frotscher ainda comenta sobre um estudo feito na década de 1910 pelo arquiteto Gelbert, que também descreveu Blumenau como urbanamente atrasada, além de enfatizar que “se querem que a cidade se desenvolva como uma verdadeira cidade, é preciso quebrar com os tradicionais costumes florestais”, referindo-se não só aos aspectos rurais como também ao hábito de ter um jardim exuberante ou a manutenção da mata muito próxima das residências.

Há uma descrição interessante, nas memórias de Grete Medeiros, sobre a situação nada romântica de Blumenau neste período. Apesar de sua fala não apresentar nenhum aspecto político ou ideológico, como as falas dos médicos apresentados até aqui, é interessante percebermos que os aspectos ressaltados por ela não contradiziam as descrições dos médicos e agentes da nacionalização.

Blumenau não dispunha de água tratada, todas as casas tinham um poço no quintal e toda água consumida era tirada destes poços. Nossa cidade também carecia de rede de esgoto; por falta de fossas usavam-se sumidouros. Pobres rios e ribeirões. Dr. Afonso Rabe era médico sanitário e muito preocupado com essa situação. O médico constatou que havia residências onde anualmente surgiam casos de tifo, quase sempre fatais.

Em referência às causas da malária em Blumenau, o malariologista Penido comenta que tendo sido a cidade fundada por colonos alemães, “vindos de um país onde a malária é desconhecida, não poderia ser um foco de malária”, a doença não poderia ter *imigrado* junto com a população, sendo portanto oriunda de outros pontos da região do Estado e do Brasil.

Este é um ponto que chega a ser contraditório com os discursos da nacionalização, pois, se havia um isolacionismo geográfico, devido à falta de vias de comunicação, a epidemia de malária — transmissível pelo mosquito que pica pessoas infectadas — não deveria ter chegado até aqui. A presença da malária mostra que havia uma relativa circulação de pessoas na região do Vale do Itajaí. Levando em consideração que os primeiros focos da doença

surgiram nas áreas rurais do município, é de se supor que a mesma não foi trazida por pessoas de outros Estados, mas sim de moradores do interior que viajaram a tais Estados, entrando em contato com pessoas infectadas e trazendo o vírus para a região.

Outro ponto importante abordado por Henrique Penido foi a afirmação de que o maior obstáculo para a eficiência do Serviço de Malária era a resistência da população, ressaltando ser preciso uma maior colaboração “entre a população da cidade e os guardas sanitários”. Por que a falta de colaboração e resistência da população se esses “soldados da profilaxia” representavam um sentido tão patriótico e benéfico? Continuando a este respeito, Penido diz que a população deve ser “suficientemente educada sob o ponto de vista sanitário para compreender a necessidade de certas medidas que visam a eliminação dos depósitos de água onde se criam mosquitos.” Tal resistência é por ele apontada como sendo “passiva”, oriunda da “falta de compreensão” popular sobre a situação que contribuía com a proliferação da doença: “as lagoas, os poços descobertos ou mal fechados, as valas e ribeirões cheios de vegetação, as escavações de olarias, o represamento dos cursos d’água, constituem ótimos focos para criação de anofelinos,” os quais Penido afirmava haver “em abundância” em Blumenau.

Penido afirma ainda que justamente pela maioria da população ser de descendência germânica e, portanto, desconhecer a malária, não estaria “suficientemente educada para se defender”, contribuindo com o “desenvolvimento do mal pela criação de numerosas coleções artificiais de água, facilitando a multiplicação dos mosquitos transmissores”. A questão é que a falta de informação sobre a malária não estava circunscrita somente ao Vale do Itajaí, mas sim em grande parte do interior do Brasil; mas parece que aqui esta falta de informação também foi associada ao elemento étnico germânico. Ou seja, não se distanciando nem um pouco do discurso da nacionalização, que também atribuía ao isolacionismo étnico a falta de patriotismo e a não prática do idioma e da cultura brasileira.

Finalizando sua fala, Penido agradece principalmente ao Tenente-Coronel Oscar Rosa Nepomuceno da Silva, o qual teria apelado “para os industriais, comerciantes e povo de Blumenau para que todos cooperassem na realização da campanha de saneamento”, sugerindo que tal campanha estava inserida nos projetos da *Campanha de Nacionalização*, visando o

“progresso” da cidade, conforme vários artigos seguintes publicados no jornal *Cidade de Blumenau*, tal como afirma outro malariologista, Souza Pinto, também de passagem em Blumenau através do *Serviço Nacional de Malária*, em março de 1943, verificando agora o “alto espírito de patriotismo” da população blumenauense.

Inclusive, no Relatório Municipal de 1942 consta a contribuição do referido Tenente-Coronel – depois intitulado Coronel Comandante “Benfeitor de Blumenau” – frente ao problema da malária, além de uma campanha para angariar fundos junto à população para o combate à doença. Nepomuceno foi comparado a Curt Hering, “como homem público afeto à nossa comunidade” e “como um dos mais perfeitos conhecedores das nossas necessidades, imbuindo-se do propósito de solvê-las o mais rápido possível, dentro do curto prazo que os altos interesses do Exército nô-lo permitem entre nós, para que não se tornem estas necessidades futuros problemas ou surtos insolúveis de política...”

Não é tão perceptível a presença do discurso nacionalizador, visto a comparação ser feita a uma personagem municipal e descendente de alemães (Curt Hering), mas deixa-se entrever que os “altos interesses do Exército” são as da *Campanha de Nacionalização*, daí o “curto prazo” para o combate à malária: resolver logo esta questão para pôr o projeto de nacionalização em prática com maior eficiência. Não estamos dizendo que o referido militar não estava imbuído de uma visão humanitária, mas que seu principal papel era o projeto de nacionalização.

Nesta ocasião, Oscar Leitão, Juiz de Direito da Comarca de Blumenau, proferiu um discurso marcado de imagens poéticas e românticas mescladas com política. No início de sua fala, Leitão já insere “todo blumenauense” num sentido nacionalista ligado ao território, à prosperidade e à felicidade, condizentes com o discurso do nacionalismo brasileiro do período, mas logo em seguida vincula o combate às epidemias ao sentimento de patriotismo, como se esse sentimento fosse o responsável pela luta contra a malária. Em outras palavras, sugere que é para salvar este pedaço de terra brasileira que se empreendeu a *Campanha contra a Malária*, tida segundo ele como um “problema insolúvel e irrealizável”. Tal processo de assimilação, colocada nestes termos, demonstra que na cidade havia uma grande resistência à mesma, oriunda segundo ele dos “nossos dirigentes”, ou seja, da

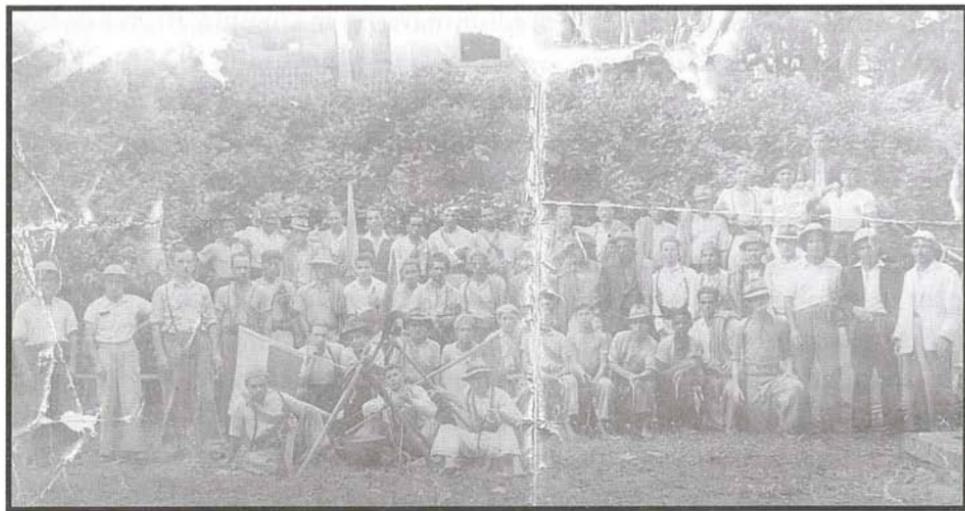
classe empresarial e política que predominava no município através de um discurso germânico e europeu.

É para estes que ele dá o recado, ao comentar que “pouco importa o juízo que se faça, por aí afora”, de Blumenau, citando nada mais do que as palavras de Getúlio Vargas quando esteve em visita na cidade, em março de 1940 (no discurso publicado no jornal consta a longa citação). Leitão encerrou seu discurso falando do grande evento da época, a Segunda Grande Guerra, exaltando a política democrática aliada e o posicionamento nacionalista de Blumenau.

Em resposta, o Tenente-Coronel Nepomuceno também proferiu um discurso de agradecimento à cidade, apontando que Blumenau viveu por muito tempo fora e dentro do Brasil, daí a necessidade da *Campanha de Nacionalização*: dentro do Brasil “pois que as leis naturais lhe impediram o transplantar-se, qual flor exótica, para outra terra em outra pátria” e ao mesmo tempo fora do Brasil “porque a ele se ligara apenas pelos laços materiais de compra e venda, pelo comércio e pela indústria e dele se isolara moralmente, repudiando-lhe a língua, rejeitando-lhe os costumes, desprezando-lhe as tradições e ignorando-lhe a história”, ressaltando que é justamente através da história, das tradições, dos costumes e do idioma que o indivíduo e o povo fazem a “comunhão” com o Estado e a unidade da nação.

Não há muito o que comentar quando as palavras são claras. Apon-tamos apenas que ele não utilizou a já tão *manjada* noção do isolamento geográfico (muito utilizada até hoje) como justificativa da permanência do discurso germânico. Muito pelo contrário, ele descarta totalmente esta noção geográfica de isolamento ao dizer que “as leis naturais o impedem de transplantar-se”, apresentando então uma noção de isolamento moral, junto com palavras duras, tais como repúdio, rejeição, desprezo e ignorância, para representar o que Blumenau demonstrava pela língua, costumes, tradições e história brasileiras. Portanto, continuar sustentando a noção geográfica de isolamento seria contradizer a própria presença da malária na região.

O Tenente também se redime de quaisquer autoritarismos e abusos de poder, ao comentar que a *Campanha de Nacionalização* já estava em estado adiantado de execução quando de sua vinda para o município, graças ao trabalho do governador Nereu Ramos, o qual teria deixado a “terra pronta



Equipe de erradicação da malária

para a sementeira do trabalho”. Comentando muito sutilmente a respeito dos “nossos dirigentes”, citados por Oscar Leitão em sua fala anterior, o Tenente diz que “só Deus conhece a extensão da serenidade que tive de conservar, num meio em que as paixões deflagravam cada dia, ameaçando destruir os meus esforços para conduzir Blumenau dentro do Brasil”. Não há muita clareza do que ele quis dizer com tais “paixões” contrárias aos seus esforços, mas sugere-se que sejam aqueles blumenauenses contrários à nacionalização.

Substituído em seguida pelo Tenente-Coronel Ademar Vilela dos Santos, foram vários os militares homenageados pelo corpo médico de Blumenau no que tange ao problema da malária, tal como o “Coronel Dr.” Ernesto de Oliveira, chefe do *Serviço de Saúde da 5ª Região Militar*, e quase todos eles, em seus pronunciamentos, abordam, mesmo que de passagem, a questão da nacionalização da região.

2. Medidas de Erradicação e Convencimento: mudanças e resistências na profilaxia.

Ainda segundo o Relatório Municipal de 1942, consta que só no segundo semestre daquele ano foram atendidas 1.610 pessoas nos postos específicos do SNM, sendo que no Hospital Municipal, mais 1.496 casos de malária foram registrados no ano – doenças da pele e sífilis já estavam em

segundo lugar na lista, seguidas das verminoses.

No Relatório de 1943, a malária continuava no topo da lista — cerca de 2.500 doentes atendidos —, mas já com tendências a diminuir sua influência. Desde meados de 1942, o médico blumenauense Afonso Balsini havia sido designado para chefiar a *Campanha contra a Malária* em três pontos: “estudo científico dos mosquitos transmissores, obras de saneamento e averiguações epidemiológicas.”

No primeiro ponto, concluiu-se que o único mosquito transmissor era o que vivia nas plantas bromeliáceas — também chamadas de gravatás -, muito abundantes em toda a região e inclusive nos jardins das casas no centro da cidade, o que ocasionou uma campanha de destruição das bromélias nas moradias.

O segundo ponto foi o mais custoso e árduo, pois implicou na implementação de uma série de obras públicas para sanear a área urbana e arredores. Desde 1942, como medidas de profilaxia, ribeirões foram canalizados (cerca de 100 km de cursos d’água), redes de esgoto foram construídas, 98.330 m² de “terrenos marginais” foram roçados e mais 3.240 m³ de terrenos contendo brejos, lagoas e charcos foram aterrados. Inclusive, o antigo



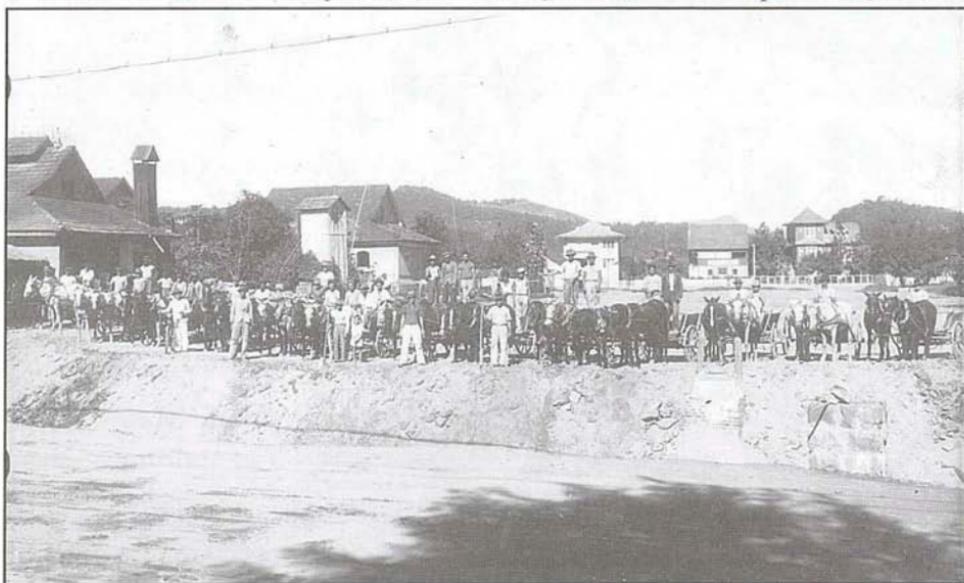
Canalização da Rua Amazonas

prédio do Hospital de Caridade foi demolido para dar lugar a um hospital maior e mais condizente com a situação — o atual Hospital Santo Antônio, hoje modificado em relação ao de 1943.

Ou seja, aproveitou-se também para executar vários projetos de reforma urbana, sendo que a paisagem da cidade modificou-se bastante naquela década de 1940, com o múltiplo sentido de profilaxia da malária, de higienização, de saneamento urbano, de nacionalização, de modernidade e de progresso, sendo que todos estes termos eram tratados praticamente como sinônimos na época.

Nas averiguações epidemiológicas do terceiro e último ponto, constatou-se os locais onde se proliferavam as várias epidemias — tifo, sarampo, varicela e tuberculose —, estudando-se as formas de contê-las. A preocupação ficava clara em relação às “favelas e farroupilhas”, tida como locais insalubres, “onde é notória a promiscuidade e falta de higiene”. Ainda assim, a chamada farroupilha só foi despejada em 1950, motivada por várias outras questões que não apenas a epidemiológica.

No entanto, a questão que mais atraiu polêmicas e resistências por parte da população foi o primeiro ponto, ou seja, a destruição das gravatás/bromélias. Antes da campanha de destruição das referidas plantas, já havia



Rua XV de Novembro: grupo de carroceiros para o serviço de aterro do Canal Bom Retiro - 1940.

reclamações a respeito das atitudes dos guardas sanitários do antigo *Serviço de Febre Amarela*, ainda em 1938, os quais entravam nas moradias e destruíam tudo o que formasse depósitos de água e “neste justo afã, porém, os guardas têm-se excedido quando furam calhas de água ou outros objetos suscetíveis de causar prejuízos à propriedade particular”. O que se sugeriu na época, era que os guardas apenas fizessem uma averiguação, intimando em seguida os proprietários para que estes mesmos ficassem responsáveis pelo conserto das calhas ou retirada de outros objetos e plantas que acumulassem água em sua propriedade. No entanto, como o problema persistia, nem todos os intimados devem ter aplicado as modificações.

Mais adiante, passou-se a utilizar um produto químico para higienizar a água parada, chamado de “verde paris” (um composto de arsênico), porém, como também parecia não surtir os efeitos desejados, começaram a circular boatos de que o produto iria envenenar os veios d’água, os animais e até as pessoas. O já citado Dr. Henrique Penido comentou que o verde paris “é absolutamente inócuo para o homem e para os animais. Qualquer acusação de envenenamento do gado por ingestão de água tratada por verde paris não tem fundamento”. O verde paris, portanto, continuou sendo utilizado até o arrancamento das gravatás/bromélias.

As críticas não param por aqui. Outra denúncia foi publicada no jornal *Cidade de Blumenau*, sobre a urgente necessidade de higienização na cidade, chamando a atenção para o aspecto e a péssima situação das cozinhas de bares, cafés, confeitarias e restaurantes no centro, além da higiene duvidosa e a falta de educação dos funcionários de tais estabelecimentos, os quais “esbarram nos fregueses com os bules ainda quentes, queimando aos que pretendem saborear uma deliciosa rubiácea; pernas de barata, moscas, cabelo e até insetos nojentos já tivemos ocasião de encontrar em bebidas preparadas a título de refrescos.”

A preocupação, neste caso, não é com a malária em si, mas com a higiene dos locais públicos e até uma implícita preocupação social, com o fato de crianças de 10 anos estarem trabalhando em bares e cafés. Não necessariamente pela pouca idade dos mesmos, mas pela inexperiência e pouca educação. No entanto, a preocupação com o saneamento urbano partia não só das autoridades municipais, mas também de uma parcela da população.

Já o arrancamento das gravatás foi iniciado por volta de julho de

1943, tido como “uma nova modalidade na luta contra a malária”. Apesar dos estudos serem positivos quanto a detectar a presença do mosquito nestas plantas, eles ainda não estavam concluídos e deveriam ser repetidos. No entanto, o SNM no Estado resolveu iniciar logo o arrancamento das plantas, auxiliado por uma campanha de informação, depois de vários mal-entendidos iniciais. Tal arrancamento foi visto não apenas como uma medida profilática contra a malária, mas principalmente como “uma notável obra de saneamento para a nossa cidade”, pois eliminava também o foco de proliferação de mosquitos comuns.

Tal campanha de arrancamento não se destinava somente às casas humildes. Também casas de empresários no centro da cidade foram alvo dos “operários” do *Serviço de Malária*. Os apelos a respeito de tal ação coletiva, no entanto, continuavam os mesmos.

Para se avaliar a importância desta campanha, basta dizer-se que no centro da cidade, nos jardins do Sr. Müller-Hering, foram derrubados e destruídos cerca de três mil gravatás, e que na chácara das Irmãs, no Colégio e no Hospital Sta. Isabel, a turma de operários destruiu quase cinco mil gravatás! Avaliando em cerca de 100 gramas a quantidade média de água existente em cada gravatá, pode-se facilmente calcular a extensão dos focos de mosquitos que infestam a nossa cidade, onde existem milhões e milhões nos jardins e nas matas vizinhas. Se cada morador cuidasse do seu jardim ou da sua propriedade, destruindo os gravatás mais acessíveis e fáceis de tirar, deixando os mais difíceis para a turma especializada de operários do Serviço da Malária, estaria contribuindo com patriotismo e inteligência para a extinção da terrível malária em Blumenau.

Novamente, o apelo público — desta vez partindo da imprensa e não de discursos proferidos por médicos ou militares — toca na questão de que cooperar com o arrancamento é um ato de patriotismo, e não de cidadania. A intenção, portanto, continuava em fazer com que a solução dos problemas regionais fosse alçada a uma integração nacional, conforme pregava a *Campanha de Nacionalização*. Há aqui uma outra sutileza: os “soldados da profilaxia” vão sendo substituídos pelos “guardas sanitários” até chegar nos “operários” do SNM, tal como a política trabalhista e populista de Vargas, que encontrava seu auge nesse mesmo período.

Mas, como lembra Grete Medeiros, “a bromélia foi a vilã. Pelo sim ou pelo não, a malária desapareceu”. Neste seu “pelo sim ou pelo não”,

percebe-se que houve alguma resistência popular quanto à campanha de arrancamento das plantas, pois muitos que as cultivavam em seus jardins não devem ter concordado de bom gosto em eliminá-las.

Outras denúncias feitas ao *Serviço de Malária*, mais adiante, dão conta principalmente do suposto privilégio que algumas pessoas “mais chegadas ao médico diretor” teriam nos postos de vacinação, obtendo remédios gratuitos, “quando poderiam comprar na primeira farmácia da esquina”. A resposta pública foi sobre a total eficiência do SNM no município, estendendo também seu combate aos mosquitos comuns, contando, porém, com apenas “UM pulverizador”, o qual foi aplicado em “habitações particulares que foram selecionadas com finalidade experimental, levando-se em consideração zona de incidência da malária, tipo de habitação, material de pintura, cooperação mais direta com o Serviço e, principalmente, a capacidade de observação dos respectivos moradores, condições necessárias a uma boa orientação técnica indispensável para prosseguimento seguro dos trabalhos de profilaxia com o DDT”. Nesta principal “capacidade de observação” dos moradores, sugere-se que não sejam necessariamente camponeses, operários ou moradores da “farroupilha”, mas sim, pessoas com instrução suficiente para compreender a “orientação técnica” do SNM.

Avançando um pouco mais no tempo, no Relatório Municipal de 1949 já não há mais o quadro desesperador em relação à malária como havia até 1943, “cuja campanha de desmatamento dos morros da cidade e detetização sistemática de todos os domicílios produziu efeitos dignos de todos os encômios”.

Agora, registrava-se apenas dois óbitos e menos de trinta atendimentos no ano. As verminoses e a sífilis passaram a ocupar o topo da lista. No entanto, outra doença preocupava o município, a tuberculose, “coadjuvada pela falta de higiene das classes menos favorecidas e pela introdução em nosso meio de doentes oriundos de outras zonas.” O espaço urbano já havia sido saneado e higienizado, agora faltava higienizar os corpos. Porém, não quaisquer corpos e nem todos os corpos, apenas os “das classes menos favorecidas” e dos “doentes oriundos de outras zonas”. Ou seja, os corpos pobres e os corpos dos que vêm *de fora*, dos forasteiros.

Como também aponta Frotscher, quando houve as reformas urbanas e o saneamento em Florianópolis, no início década de 1910, os pobres

eram vistos não necessariamente como portadores ou transmissores de doenças, mas principalmente como produtores de epidemias, pois “as elites políticas da Capital formularam uma imagem desqualificada da população da ilha, através de um discurso médico-higienista que associava às classes pobres a idéia de atraso, sujeira, doença e pobreza. As condições de habitação dos moradores eram tidas como as causas das endemias, motivo pelo qual o saneamento não se deu desconectado de reformas urbanas na Capital.

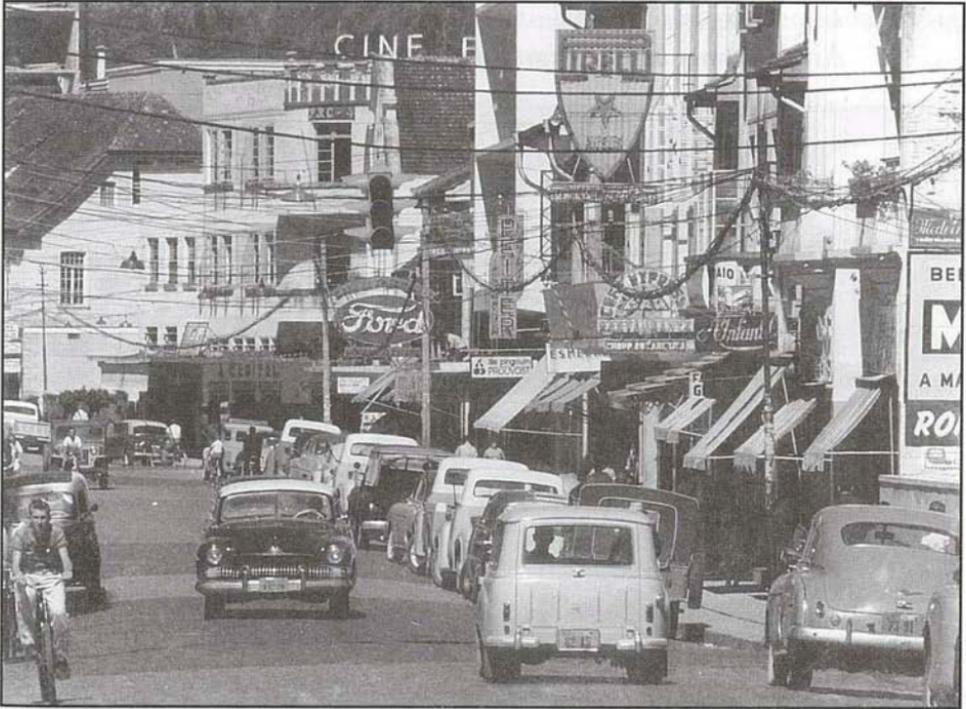
É aqui que se insere o despejo das pessoas que viviam na Farroupilha em Blumenau —favela que existiu na encosta do morro da Boa Vista, próximo à foz do ribeirão da Velha, onde funciona atualmente o Museu da Água—, pois o mesmo fazia parte de um programa municipal desde 1948 (quando contava com cerca de 104 barracos), procurando “acabar progressivamente com as ‘favelas’, onde, como se sabe, imperam a promiscuidade e o desasseio”. Tal despejo ocorre no primeiro semestre de 1950, ou seja, alguns meses antes da comemoração do centenário de Blumenau, no intuito de embelezar a cidade e esconder a pobreza atrás de outros morros.

Procurando concluir, percebe-se que, nas medidas profiláticas da *Campanha contra a Malária*, várias tentativas foram feitas até se chegar nas medidas de saneamento urbano, onde modificou-se a paisagem local, aliada aos concomitantes discursos de modernidade, pois higienizar tinha o sentido de trazer o progresso. Não se conseguiu acabar de imediato com o problema da malária, visto alguns casos ainda serem detectados no interior do município, mas a grande área urbanizada e industrializada estava a salvo.

Ao mesmo tempo, a *Campanha de Nacionalização*, em suas tentativas para nacionalizar e assimilar culturalmente a região, tomou medidas igualmente profiláticas, no sentido de erradicar a predominância do discurso cultural germânico e tomar providências para que o mesmo não retornasse após a Guerra. Semelhante a outra Campanha, não conseguiu erradicar tal discurso de todo, pois no interior havia muitas áreas rurais onde o idioma alemão e as práticas culturais germânicas eram exercidas com grande tolerância, ao contrário do espaço urbano, onde o discurso germânico foi diluído, tanto nas práticas quanto na paisagem, com vários prédios e edifícios típicos demolidos.

Para se ter idéia, numa carta do então prefeito Hercílio Deeke, de junho de 1953, onde o mesmo respondia ao Governador do Estado, Irineu

Bornhausen, a respeito da denúncia de uma *Campanha de Desnacionalização* em Blumenau, ou seja, da suposta volta de um discurso germânico predominante, Deeke defende que são apenas os cidadãos mais velhos que ainda falam o alemão, pois “mal sabem falar o vernáculo” devido a não terem



Rua XV de Novembro - Década dos anos 60.

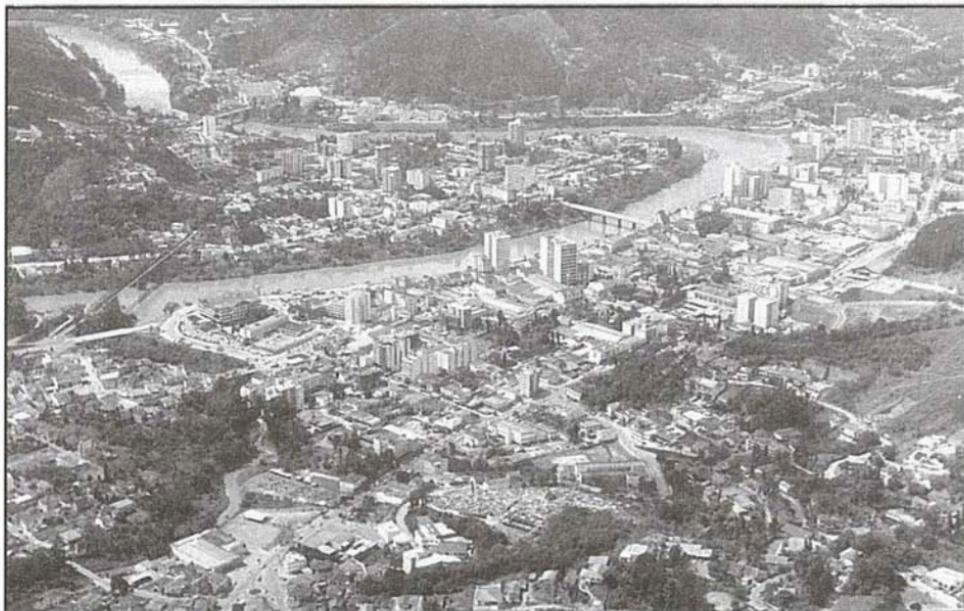
frequêntado escolas nacionais em sua juventude, pela simples ausência destas na região. Além da cidade abrigar muitos imigrantes alemães do pós-guerra (1945, portanto, há menos de dez anos) e estes obviamente também não falavam o português, ou ainda estavam em processo de aprendizagem.

Deeke justifica, no entanto, que “não se trata de uma intensificação do uso da língua alemã, mas sim, de um arranjo feito para atender aos desejos de uma pequena minoria de cidadãos que, pelas razões expostas, não falam e não entendem o vernáculo”.

A respeito da “pequena minoria” e a despeito de estar em 1953, Deeke afirma que “a nacionalização, se é que ainda há motivo de empregar este termo, está caminhando a passos largos, não havendo nenhuma intenção de provocar uma alteração nos resultados até aqui obtidos com a educa-

ção da nossa juventude”. Não que ainda houvesse uma campanha de nacionalização oficialmente, mas os efeitos de profilaxia desta foram tão eficientes no meio urbano que erradicaram sua prática, relegando-a ao espaço do folclórico. Não se trata de fazer defesas de uma das partes, mas sim em compreender os pontos de ruptura desta sociedade.

Ainda comentando a carta de Deeke, o mesmo é enfático ao afir-



Vista aérea de Blumenau.

mar que “quem conhecia Blumenau há quinze anos e a compara com a Blumenau de hoje, já não mais a reconhecerá, pois que a transformação que sofreu nesse lapso de tempo é impressionante, ainda mais considerando que realmente foi um dos principais centros de colonização de Santa Catarina”. Ou seja, as mudanças implementadas não só no espaço urbano como também no cotidiano foram tantas, durante as duas *Campanhas*, que haveria apenas leves resquícios de que ali outrora estivera o centro de uma colonização estrangeira. É de se pensar se a eficiência de uma foi em decorrência da outra.

NOTAS DE FIM

¹ Profilaxia é um termo utilizado para designar a parte da medicina que trata da prevenção e/ou erradicação de doenças.

² Sobre isto, ver outro artigo do autor: *Blumenau e a Modernização Urbana: alterando costumes (1940-1960)*, no livro *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*, organizado por Cristina Ferreira e Méri Frotscher, ps.169-84.

³ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. Homenagem de Blumenau aos médicos do Serviço de Febre Amarela. Blumenau, nº 62, ano XIV, 18/05/1938.

⁴ A Campanha de Nacionalização, encurtando detalhes, foi iniciada a partir do Estado Novo (1937) no governo ditatorial de Getúlio Vargas, mas só em fins de 1938 foi sendo exercida de forma mais autoritária e ostensiva no Sul do país, visando a assimilação cultural dos vários municípios e regiões remanescentes de núcleos coloniais europeus.

⁵ Quando vários prédios antigos e cortiços foram demolidos, avenidas foram abertas, ruas foram alargadas e grande parte da população pobre que vivia no centro da cidade foi despejada para os morros, formando as favelas.

⁶ A rigor, apenas Florianópolis poderia ser incluída nesse “padrão”, pois a maioria das pequenas cidades do Litoral e do interior do Estado estava em situações idênticas ou muito piores do que Blumenau.

⁷ Doze anos antes, em 1926, houve uma epidemia de febre tifóide na cidade, quando então a imprensa apontou com muita ênfase a falta de higiene da população, o uso dos poços e privadas de fossa fixa, mas sem fazer referências a um patriotismo. Tal situação motivou uma campanha a favor de reformas urbanas e o saneamento da cidade, ainda no final da década de 1920, mas a mesma revelou-se ineficiente. FROTSCHER, Méri. Olhares sobre o saneamento em Blumenau: uma perspectiva histórica. Blumenau: Nova Letra; 2000, p.27.

⁸ Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1938, apresentado ao Exmo Sr. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado, pelo Interventor Municipal José Ferreira da Silva. Fonte: ARQUIVO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau.

⁹ Durante a extração de borracha no Amazonas, financiada pelo governo estadunidense, a Missão Rockefeller cuidou de empreender campanhas sanitárias para erradicar doenças como a malária, também presentes em abundância no Norte e Nordeste do Brasil. Com o surto ocorrido em Santa Catarina, o Sul também passou a ser inspecionado pelos médicos da referida missão.

¹⁰ Muitas também transmissíveis pela água.

¹¹ Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1939, apresentado ao Exmo Sr. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado, pelo Interventor Municipal José Ferreira da Silva. Fonte: ARQUIVO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau.

VA, Blumenau.

¹² MEDEIROS, Grete Baumgarten. A Saúde em Blumenau. Blumenau em Cadernos. Blumenau: Cultura em Movimento; tomo XLIII, nº 11/12, novembro/dezembro 2002, p.95.

¹³ Idem. p.95/96.

¹⁴ Idem. Deve ser levado em conta que os jornais eram fiscalizados pelo DIP, órgão criado pelo Estado Novo para censurar a imprensa e orientar a veiculação de seus discursos.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ver o artigo O “problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias, de Silvia M.F. Arend e Luisa Tombini Wittmann, em Blumenau em Cadernos, tomo XLII, maio/junho de 2002, nº 5/6.

¹⁷ Anteriormente, Rabe havia sido diretor do Hospital Municipal e Delegado de Higiene.

¹⁸ Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1940, apresentado ao Exmo Sr. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado, pelo Interventor Municipal Afonso Rabe. Fonte: ARQUIVO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau.

¹⁹ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. O Problema da Malária em Blumenau: com clareza e seguro descortínio o Dr. Henrique Penido expõe a nosso representante os aspectos dessa importante questão. Blumenau. Ano XIX, nº 27, 19/12/1942.

²⁰ Alguns comentários já foram feitos sobre o assunto no artigo *Blumenau e a Modernização Urbana*, já citados neste texto. Para maiores detalhes, ver o livro de Rui Alencar Nogueira, *Nacionalização do Vale do Itajaí* (1947), onde o autor do livro faz descrições duras do meio urbano e da sociedade blumenauense.

²¹ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. 25/11/1943 apud FROTSCHER, 2000, p.55.

²² FROTSCHER, Méri. op.cit. p.22.

²³ apud FROTSCHER, Méri. op.cit, p.23

²⁴ É importante ressaltar que repartições públicas, como a Prefeitura, a Câmara Municipal e a Cadeia Pública, já contavam com água encanada desde o início do século XX, assim como nas casas dos empresários mais abastados da cidade, tornando-se um artigo de luxo e conforto (FROTSCHER; 2000, p. 15).

²⁵ MEDEIROS, Grete Baumgarten. op.cit. p.96.

²⁶ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. op.cit.19/12/1942.

²⁷ Idem.

²⁸ Percebe-se, por exemplo, na recente Campanha contra a Dengue em todo o país (2002/2003), também a necessidade de educar e informar a população a respeito das mesmas

questões, sobre não deixar água parada em vasos, pneus ou objetos nos jardins e cuidados na criação de plantas bromeliáceas.

²⁹ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. op.cit. 19/12/1942.

³⁰ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. Esteve em Blumenau um grande malariologista brasileiro: as impressões do prof. Souza Pinto transmitidas a um nosso companheiro. Blumenau, ano XIX, nº 54, 27/03/1943.

³¹ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. A Grande Homenagem ao Cel. Cmte. "Benfeitor de Blumenau". Blumenau, ano XIX, nº 80, 26/06/1943.

³² Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1942, apresentado ao Exmo Sr. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado, pelo Interventor Municipal Afonso Rabe. Fonte: ARQUIVO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau.

³³ Idem.

³⁴ Sobre o assunto, ver os artigos *Ruptura com as Formas do Passado: entre a modernidade e a tradição* (Roberto Marcelo Caresia e Balbino Simor Rocha, em Blumenau em Cadernos, tomo XLII, março/abril 2001, nº 3/4), *Construção Cultural: influência Germânica e Norte-Americana em Blumenau* (Roberto Marcelo Caresia e Balbino Simor Rocha, em Revista Dynamis, vol. 7, abril/junho 1999, nº 27) e *Discurso e Poder em Blumenau* (Roberto Marcelo Caresia e Balbino Simor Rocha, Revista Dynamis, vol. 9, abril/junho 2001, nº 35).

³⁵ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. op.cit. 26/06/1943.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. Homenagem dos Médicos Blumenauenses ao Cel. Dr. Ernesto de Oliveira. Blumenau, ano XIX, nº 53, 24/03/1943.

³⁹ Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1943, apresentado ao Exmo Sr. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado, pelo Interventor Municipal Afonso Rabe. Fonte: ARQUIVO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau.

⁴⁰ No Relatório Municipal de 1942, Afonso Rabe aponta que o Hospital da Caridade existe desde 1872, no entanto, Méri Frotscher, em seu livro sobre o saneamento urbano de Blumenau, aponta para o ano de 1886 (FROTSCHER; 2000, p.42).

⁴¹ Idem.

⁴² Sobre o assunto, ver BLUMENAU EM CADERNOS. Fragmentos de Nossa História. Blumenau: Cultura em Movimento; tomo XLIV, nº 01/02 janeiro/fevereiro 2003.

⁴³ JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. Com os guardas sanitários do Serviço de Febre

Amarela. Blumenau: ano XIV, nº 69, 15/06/1938.

⁴⁴ JORNAL CUIDADE DE BLUMENAU. op.cit. 19/12/1942.

⁴⁵ JORNAL CUIDADE DE BLUMENAU. Dorme... que eu velo... A Higiene em Blumenau é pura Utopia. Blumenau. ano XIX, nº 31, 06/01/1943.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ JORNAL CUIDADE DE BLUMEAU. Novo Aspecto da Luta contra a Malária: foi iniciado em nossa cidade o arrancamento de gravatás. Blumenau: ano XIX, nº 88, 24/07/1943.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ JORNAL CUIDADE DE BLUMENAU. Quase cinco mil gravatás na chácara das Irmãs. Blumenau: ano XIX, nº 102, 11/09/1943.

⁵⁰ MEDEIROS, Grete Baumgarten. op.cit. p.97.

⁵¹ JORNAL A NAÇÃO. Os Privilégios da... Nobreza. Blumenau: ano III, nº 653, 05/04/1946.

⁵² JORNAL CUIDADE DE BLUMENAU. Serviço Nacional de Malária realiza um Trabalho sem Precedente em nossa Cidade: injusta qualquer crítica à orientação seguida neste departamento pelo dr. Djalma Costa. Blumenau: ano XXII, nº 145, 11/04/1946.

⁵³ Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1949, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior. Fonte: ARQUIVO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau.

⁵⁴ Esta expressão, “de fora”, é bem peculiar na fala cotidiana da região até hoje, onde todos os que não nasceram e cresceram nela são tidos como os “de fora”. Alguns ainda o estendem aos que não têm descendência germânica. Sobre o assunto, ver o TCC não publicado *O Olhar do Migrante sobre Blumenau (e as formas como Blumenau viu o migrante ao longo de sua História)*, de Marilu Antunes (Depto de História e Geografia: FURB; 2004).

⁵⁵ FROTSCHER, Méri. op.cit, p.21.

⁵⁶ Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1949... op.cit.

⁵⁷ DEEKE, Hercílio. Denúncia de Campanha de Desnacionalização. Blumenau em Cadernos. Burocracia & Governo. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau; tomo XXXIX, nº, abril 1998, p. 48-51.

⁵⁸ Idem, p.50. Sublinhados pelo autor deste artigo.

⁵⁹ Idem, p.49. sublinhados pelo autor deste artigo.

⁶⁰ Idem, p.49.

⁶¹ Com a água encanada, rede de esgotos e a energia elétrica atingindo a grande maioria das casas da área urbana, houve uma sensível modificação de hábitos e costumes relativos ao banho (suas maneiras e freqüências), à higiene (da casa e do corpo), ao preparo dos alimentos e outros hábitos tidos como sinônimos de “vida moderna”.

REFERÊNCIAS

Livros e Textos

BLUMENAU EM CADERNOS. *Fragmentos de Nossa História: persiste o problema da “Farroupilha” / Iniciado ontem o despejo dos moradores da “Farroupilha”*. Blumenau: Cultura em Movimento; tomo XLIV, nº 01 / 02, jan/fev 2003, ps. 74-90.

CAREZIA, Roberto Marcelo. Blumenau e a Modernização Urbana: alterando costumes (1940-1960), in FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra; 2000.

DEEKE, Hercílio. Denúncia de Campanha de Desnacionalização. in BLUMENAU EM CADERNOS. *Burocracia & Governo*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau; tomo XXXIX, nº 04, abril 1998, ps. 48-51.

FROTSCHER, Méri. *Olhares sobre o Saneamento em Blumenau: uma perspectiva histórica*. Blumenau: Nova Letra; 2000.

MEDEIROS, Grete Baumgarten. A Saúde em Blumenau. in BLUMENAU EM CADERNOS. *Memórias*. Blumenau: Cultura em Movimento; tomo XLVIII, nº 11/12, nov/dez 2002, ps. 94-97.

Jornais Consultados (Acervo do AHJFS).

Jornal Cidade de Blumenau (1938 - 1946).

Jornal A Nação (1946).

Documentos pesquisados (Acervo do AHJFS).

Relatórios Municipais dos anos 1938, 1939, 1940, 1942, 1943 e 1949.

Uma história de vida:

Ana Maria Ludwig Moraes e
Rosemeri Arruda Q. Pinheiro*

Entrevista

O cotidiano de uma
faccionista

O cotidiano de uma faccionista é um depoimento registrado pelas acadêmicas do curso de História, Ana Maria Ludwig Moraes e Rosemeri Arruda Q. Pinheiro, com a intenção de colher subsídios para desenvolver trabalho de Conclusão de Curso, o qual se intitulou “A mulher costureira e o trabalho em domicílio: um olhar sobre a terceirização do setor têxtil em Blumenau 1980-2002”. Tendo em vista a quase ausência de fontes documentais, fez-se uso da história oral, a qual é uma das metodologias para obter suporte e condições para desenvolver pesquisas de uma história contemporânea. Para atingir os seus objetivos, a entrevistadora utilizou-se de várias falas colhidas entre operárias, faccionistas e costureiras residentes em diversos pontos dos bairros de Blumenau. O depoimento que trazemos para o conhecimento do leitor foi realizado no dia 1º de julho de 2002, com a faccionista Luciane Stiehler Ossemer.

A.L.M. - Senhora Luciane, fale-me um pouco de sua pessoa.

L.S.O. - Meu nome é Luciane Stiehler Ossemer. Nasci

* Alunas do Curso de História - Furb.

em Jaraguá do Sul, no dia 8 de abril de setenta e quatro (08/04/74). Sou costureira e estudei até a 6ª série. Eu vim de Jaraguá com um ano de idade, até os 13 anos morei em Gaspar. Meus pais são de Gaspar. Meu pai já é falecido e minha mãe é aposentada. Sou a única da família que mora em Blumenau. Meu pai trabalhava de ajudante de fiação na Fábrica de Linhas Círculo. Minha mãe era auxiliar de fiação na Indústria Têxtil de Toalhas Gaspar.

A.L.M.- Quais são as lembranças da sua família trabalhando na indústria têxtil?

L.S.O. - Ah, eu lembro que a minha mãe começou como faxineira, cresceu dentro da indústria, trabalhou na fiação, no tear... começou do baixo e foi crescendo dentro da empresa. Ela saiu porque sofreu um acidente, e a aposentaram por invalidez, senão ela estaria trabalhando até hoje.

A.L.M.- A senhora diz que ela foi crescendo dentro da empresa. Ela chegou a algum cargo de supervisão?

L.S.O. - Não, ela começou como faxineira e foi aprendendo, começou a trabalhar na fiação, na meiodeira, na cortadeira onde produz a toalha, depois passou para revisora de toalha; assim, de faxineira foi subindo.

A.L.M.- E a senhora lembra se ela trabalhava muitas horas por dia?

L.S.O. - A minha mãe na realidade trabalhava muito. Ela levantava às três e meia da manhã e ia dormir depois da meia-noite. Ela criou dez filhos com o salário que ganhava. Meu pai também ganhava. Ela trabalhava na indústria, em casa e na roça. Tinha três funções: era dona de casa, funcionária e trabalhava na roça pra nos ajudar.

A.L.M.- E os filhos ajudavam?

L.S.O. - É, os filhos ajudavam (pausa).

A.L.M.- E o trabalho da roça, vocês faziam só pra vocês ou vendiam alguma coisa?

L.S.O. - Não, a gente tinha pra nós. Era arrendado o terreno, então a metade era nosso e outra metade era do dono da terra. O que sobrava a gente também vendia, ganhava um pouco mais pra casa. Tinha vaca de leite,

cavalo, plantava aipim, batata doce, milho verde, feijão.

A.L.M.- E as suas irmãs, também trabalharam na indústria têxtil?

L.S.O. - Todas as minhas irmãs, nós somos em seis irmãs, são todas elas costureiras. Todas elas trabalham na indústria têxtil. Eu tenho facção, minhas outras três irmãs também têm facção, uma trabalha numa facção, não é dona, e a outra também era costureira, mas agora passou a trabalhar na Plasvale, indústria de plástico. Os meus irmãos trabalham como autônomos. São pedreiros, pintores, assistentes eletrônicos.

A.L.M.- A senhora trabalhou em alguma indústria têxtil?

L.S.O. - Trabalhei em várias. Trabalhei um ano e quatro meses na Neucatex. Lá eu era costureira, ajudante na talhação, ajudava a cortadeira de frizo, manual, revisora, tudo o que tinha dentro da empresa eu fazia. Saí por causa do meu filho, não tinha com quem deixar, não tinha creche, não tinha quem cuidasse, aí eu saí. Saí por um tempo, depois comecei a trabalhar novamente na indústria. Trabalhei uns três meses na Companhia Hering, saí por causa do meu filho. Não tinha com quem deixar, então optei por ficar em casa. Eu levava meu filho junto pra trabalhar comigo, no local onde eu ia. Agora tenho facção em casa por causa dos meus filhos também, porque não tinha creche pela prefeitura e não tinha com quem deixar. Se for pra colocar numa creche particular não compensa sair de dentro de casa pra trabalhar, então trabalho em casa, tenho o meu trabalho em casa, trabalho as horas que eu quero, não tenho patrão, graças a Deus.

A.L.M.- Paga o INSS?

L.S.O. - Não.

A.L.M.- Tem plano de saúde?

L.S.O. - Não, também não.

A.L.M.- Há quanto tempo a senhora trabalha assim em casa?

L.S.O. - Há quatro anos.

A.L.M.- E, tudo o que faz aqui no seu trabalho, aprendeu na indústria ou já veio

conhecendo alguma coisa da casa da sua mãe?

L.S.O. - Não. Eu já vinha aprendendo dentro de casa. A minha irmã mais velha também costurava, minha mãe costurava naquelas máquinas caseiras de antigamente. Então, eu fui aprendendo, comecei como manual na indústria, foi nas minhas horas de café, do lanche. Eu deixava de fazer o lanche para aprender a costurar, e assim a gente vai fazendo um pouquinho aqui, um pouquinho lá, até que a pessoa vê que está interessada e ensina.

A.L.M.- E assim, quando saiu da empresa e veio para casa, sentiu muita diferença?

L.S.O. - A gente na empresa tem o horário pra chegar e horário pra sair. Em casa não se tem horário pra começar, nem horário pra terminar. Então, assim, eu me sinto bem melhor em casa. Levanto e já posso começar a fazer o meu serviço. Antes não, eu tinha que levantar às três e meia da manhã, pegar o ônibus das quatro e vinte e chegar na empresa antes das cinco. Este tempo que eu perdia para sair pra empresa, eu faço meu serviço. Faço o meu almoço, café, trato dos meus filhos, dou comida, dou atenção, dou banho, cuido, faço dormir, trabalho etc. Então, pra mim assim foi bem melhor, não tenho patrão nem encarregado. Numa fábrica são oito horas por dia; em casa não, eu não tenho patrão, não tenho quem me chame à atenção. Achei que assim foi bem melhor, cuido dos meus filhos, ficou bem melhor.

A.L.M.- Tem mais alguém que trabalha com a senhora em casa?

L.S.O. - Da família não tenho. Tenho duas pessoas que me ajudam, uma costureira e uma manual. Uma é aposentada também, e a indústria não quer mais ela por causa da idade. A outra é uma moça que trabalha comigo, que também a indústria não a quer por causa do problema que ela tem na mão.

A.L.M.- O que ela tem nas mãos?

L.S.O. - Ela tem falta de circulação nas mãos. Para baixo o sangue circula, e das mãos pra cima a mão fica igual à mão de defunto, fica toda gelada e branca.

A.L.M.- Ela sempre trabalhou na indústria?

L.S.O. - Não! Ela trabalhou no Hospital Santo Antônio e agora ela faz “bico”. Ela trabalha na feira quando tem. De manhã ela vem aqui, faz umas horas, trabalha comigo.

A.L.M.- *Como é que você recebe pelo seu trabalho?*

L.S.O. - Eu recebo mensalmente. A indústria (criança chorando) paga de dez a vinte centavos por peça. A peça já vem talhada para mim, eu tenho que dá-la pronta, revisada, cortado o fio. A linha eu tenho que dar. As máquinas não são minhas, são alugadas, eu pago duzentos reais de aluguel por mês, tenho uma despesa, assim, de mil reais por mês.

A.L.M.- *Com o pessoal que te ajuda?*

L.S.O. - Sim! Com o pessoal que me ajuda, linha, agulha, mecânico, aluguel, tudo dá em torno de mil reais de despesas, e pra mim limpo sobra quatrocentos, quatrocentos e cinqüenta. Eu tenho que trabalhar das cinco à meia-noite, sábados e domingos. A minha carga horária aumentou mais que na indústria, só tenho mais sossego.

A.L.M.- *A senhora trabalha sempre para a mesma empresa?*

L.S.O. - Depende, tem empresa que tem serviço o ano todo pra nós. Quando não tem, tem que batalhar outra, né.

A.L.M.- *Então sai a procurar?*

L.S.O. - Saio a procurar, a gente liga pra um, visita uma empresa, visita outra, só que a maioria quer faccionista registrada, e pra ter uma facção registrada é muita despesa, entende, né? Então sou uma facção de fundo de quintal. Para registrar é muita papelada que tem que pagar por mês, contador, isso, aquilo. Então não dá, é fundo de quintal e tem que pegar as empresas que dão pra fundo de quintal, que nem nós. Então, essas, graças a Deus, dão trabalho o ano todo quando têm. Quando não tem, a gente vai procurar, e quando não tem fica parado.

A.L.M.- *Que tipo de peça você faz?*

L.S.O. - Com essa empresa que a gente trabalha é a linha bebê. Tem outra que a gente trabalha com linha adulto. Tem umas que é linha inverno. No

inverno a gente trabalha com a linha verão e no verão a gente trabalha com a linha inverno. Então, quando não tem uma vai outra, quando não tem a gente fica parado, sai pra procurar.

A.L.M.- Como é que a senhora se sente como empresária, mulher, dona de casa?

L.S.O. - Olha, eu não me sinto bem não, porque a mulher é uma sofredora, já começa desde quando nasce, aí cresce, vai e casa, tem marido, aí já vem a responsabilidade com marido, da casa, do trabalho para fora, vêm os filhos, a preocupação. Aí a casa, marido, filhos, tem que trabalhar fora, porque o marido não tem condições de arcar com as despesas da casa, aí eu acho assim, que a mulher é uma pessoa muito sofredora, sofre por tudo, sofre na hora de dar à luz, sofre pelos filhos, sofre pelo marido, ela que toma as dores da casa, da família, então ...

A.L.M.- É casada?

L.S.O. - Sou casada há dez anos já.

A.L.M.- E o seu marido a ajuda nas coisas da casa?

L.S.O. - É raro, muito raro ele ajudar. Acho que de dez homens, se um ajudar é muito, muito mesmo. O homem quer chegar em casa e ter sua casa arrumada, comida pronta, filhos em ordem, quer saber se a mulher está cheirosinha. Então, ele não está preocupado se tem uma conta de luz pra pagar, se uma conta de água está vencida, se o filho está doente. Não passa as noites acordado que nem a mulher passa, não se preocupa se o filho está com febre, com dor na garganta. Então, a carga em cima da mulher é muito grande.

A.L.M.- E para o futuro a senhora tem planos?

L.S.O. - Sim, para o futuro que nem eu agora, essa fez quatro anos (aponta para a filha), então ela já estará maior, e o meu futuro é que eu quero voltar a estudar ano que vem. Pretendo, quero voltar a estudar para fazer a Faculdade de Direito, é o meu sonho desde quando eu era criança.

A.L.M.- É assim, o futuro?

L.S.O. - A gente quer ter um futuro bom para os filhos, dar uma boa educação

pra eles. Eu também tenho que voltar a estudar pra dar essa educação pra eles, porque o que eles estão aprendendo agora está muito avançado. Então eu luto pra dar um futuro melhor, dar uma escola melhor, uma educação, dar uma formação pros meus filhos. Se Deus quiser, eles vão fazer uma faculdade um dia, então meu futuro é esse.

A.L.M.- E dentro da empresa, a senhora tem algum plano de aumentar?

L.S.O. - Ah, na minha empresa, eu estou lutando agora pra comprar as máquinas pra mim, e pretendo aumentar, mas isso se o nosso prefeito ajudar. Para conseguir um empréstimo no Banco do Povo precisa de avalista, um monte de coisa. Eles não incentivam a gente, sabe, a aumentar, a crescer, eles não nos deixam crescer. Então, a gente luta sozinha, é muito difícil. Eu pretendo, no futuro, aumentar minha facção, comprar máquinas, botar mais gente pra trabalhar.

A.L.M.- Qual é o custo de uma máquina dessa?

L.S.O. - Uma overlock nova sai uns dois mil e quinhentos, uma cobertura varia de três, três mil e quinhentos. Essas são as máquinas mais em conta, né. Tem dia que preciso, por exemplo, se eu pegar o serviço de uma calça não posso acabar porque preciso da catraca, a catraca custa quatro mil reais. Então, varia, há máquinas que custam duzentos e cinqüenta mil, como é o caso da bordadeira. Como é que nós, pequenos, de fundo de quintal, vamos progredir?

A.L.M.- Você hoje tem quantas máquinas?

L.S.O. - Eu tenho três.

A.L.M.- Quem é que aluga estas máquinas? É uma empresa?

L.S.O. - Eu tenho três máquinas que são da minha cunhada, pago aluguel, e agora esse mês a minha patroa emprestou uma até eu poder comprar outra.

A.L.M.- A senhora teria mais alguma coisa para acrescentar da sua experiência desse período de fábrica ou da sua vivência em casa, alguma coisa que quisesse colocar?

L.S.O. - Eu acho que a indústria deveria dar mais oportunidades pras mulheres. Não entrar como costureira e ficar a vida toda como costureira. Deveria dar oportunidade de crescer dentro da firma. Em casa, se toda mulher pudesse trabalhar, conciliar o serviço da casa, filhos, serviço da costura, numa micro-empresa de fundo de quintal, seria bem melhor. Pois ir à firma, perde duas horas pra ir, e duas horas pra vir pra casa. Então nestas quatro horas que a gente perde, a gente pode ficar fazendo bastante coisa dentro de casa.

A.L.M.- *Com relação ao horário, a senhora começa a trabalhar que horas, mais ou menos?*

L.S.O. - Ah, depende do dia. É assim, que nem hoje eu levantei às três e meia da manhã, trabalhando. Se o cliente vem e quer o pedido do dia pra noite, tenho que virar a noite. Há dias em que eu trabalho vinte e quatro horas direto, só tomando café e um remédio pra acordar, estimulante, pra dar conta de entregar. Por exemplo, a minha costureira está faltando a semana toda, ela está doente, está de cama, então eu tenho que me virar em três. O que ela faz eu tenho que dar conta de fazer, a gente está com pedido atrasado, então é assim, eu não tenho um horário. Tem dia que eu trabalho até às três da manhã, tem dia que vou dormir às dez e meia e levanto às três. Sábado e domingo estou em casa, correndo, estou cuidando de casa, cuidando dos meus filhos.

A.L.M.- *Quantas horas por noite a senhora dorme?*

L.S.O. - Quatro, quatro horas e meia.

A.L.M.- *E depois, sente sono durante o dia?*

L.S.O. - Não.

A.L.M.- *Não sente? Sempre foi assim?*

L.S.O. - Sempre, acho que sempre foi assim. Quando era solteira tinha sono, mas depois que eu casei e tive os meus filhos tudo mudou, a pressão aumentou mais então, amamentar os filhos, acordar de meia em meia hora, então, acostuma.

A.L.M.- *A senhora não tem problemas de saúde?*

L.S.O. - Não, graças a Deus, não!

A.L.M.- *E as suas irmãs, sua família, são saudáveis também?*

L.S.O. - Todas elas.

A.L.M.- *E esse trabalho todo com poucas horas de sono, esse trabalho assim estafante, isso com o tempo não vai cansando, te deixando como se diz hoje, estressada?*

L.S.O. - Ah, tem dias assim, que fico com um estresse daqueles. É muita coisa pra tua cabeça, mas tem dia que passa, aí no outro dia vamos embora, tocamos a vida e vai-se levando.

A.L.M.- *E quando era solteira, sabia que a sua vida iria ser assim?*

L.S.O. - Não, nem sonhava. (Risos).

A.L.M.- *Acha que é mais difícil ser casada? Seria melhor ficar solteira?*

L.S.O.- Como solteira a gente não tem responsabilidade com marido, filho, não tem responsabilidade com trabalho. Quando a gente é solteira trabalha pra gente; quando a gente casa é pra família, a gente tem preocupação com água, luz, telefone, a compra do mês, a roupa. Se eu não trabalhar os meus filhos não comem. Quando a gente casa a vida muda.

A.L.M.- *E o seu marido nessa.., como é que é a participação dele nisso, a senhora fala aqui muito que se preocupa com a conta, com os filhos... E ele?*

L.S.O.- Ah ele é assim, como eu vou dizer, ele trabalha e traz o dinheiro para casa e está bom. O resto para ele não tem tanto interesse, sabe. Se ele em casa tiver comida está bom, se não tiver também está bom, sabe!? Pra ele tudo está bom.

A.L.M.- *O seu marido trabalha com o que?*

L.S.O. - Ele é borracheiro. Ele abriu agora a empresa dele lá no Garcia. Tem uma borracharia que faz geometria, balanceamento, negócios de pneus. É dele e do sócio dele. Então..., pra homem é assim, pro meu marido, pra ele está tudo bom, está tudo dez. Acho que os homens deveriam se

preocupar mais, dar mais valor à mulher, aos sofrimentos que ela passa com os filhos. A carga horária delas é maior do que a deles. O que elas têm pra fazer é maior do que eles têm. Deveriam ajudar mais em casa, dividir as tarefas, um lava outro seca, um estende outro passa...

A.L.M.- Isso a senhora já falou pra ele alguma vez?

L.S.O. - Imagina! Eu já estou cansada de falar pra ele. (Risos).

A.L.M.- E não adianta muito?

L.S.O. - Não, não, não. (Desânimo).

A.L.M.- Na sua família também sempre foi assim? Com a mãe, suas irmãs?

L.S.O. - Não, meus cunhados..., eles ajudam minhas irmãs pra caramba.

A.L.M.- É?

L.S.O. - Nós somos em dez, seis mulheres. Então é assim, três maridos ajudam e três não ajudam. Minhas irmãs mais velhas tiveram mais sorte que as mais novas, as mais novas se ferraram. As mais velhas não, porque eles já foram acostumados, desde o tempo da roça, a trabalhar junto ali.

A.L.M.- Sabe quanto o seu marido tira por mês na empresa dele?

L.S.O. - Ah, lá é assim, ele não tem um fixo, tem mês que tira trezentos e no outro mês tira mil, aí chega no outro mês não ganha nem pra pagar o aluguel. Então varia, sabe!? Que nem eu: se trabalho tenho a minha renda, se não trabalho não tenho. Lá é a mesma coisa, se entra serviço ele ganha, se não entra, não ganha.

A.L.M.- Mas quem se preocupa mesmo com as despesas na verdade é a senhora?

L.S.O. - É, eu tenho que me virar em três. A conta do banco tem que cobrir. A conta da CELESC espera até o final do mês né, que a gente tem prazo até o dia 29 pra pagar. Se cortar o telefone não tem problema, telefone não é tão necessário dentro de uma casa né!? É mais por causa do trabalho, mas se não tiver não faz mal, sabe. Então a gente tem que se preocupar em não deixar a conta do banco estourar, não deixar cortar a luz, a comida das crianças. Se eu tenho uma dívida numa loja, e se no

mês não deu pra pagar, eu vou lá e explico que vai atrasar, então a gente negocia.

A.L.M.- E nestas contas da família, ele a ajuda?

L.S.O. - Ele me ajuda, dá o dinheiro na minha mão, e diz para eu me virar. Eu não posso reclamar dele, o único vício que ele tem é fumar, que nem eu. Botar dinheiro fora, estas coisas não faz, graças a Deus, mas só que ele não se preocupa tanto que nem nós, mulheres. Não sei, o homem é meio descabeçado para certas coisas, mas há homens que não são assim, mas a maioria dos homens de hoje é assim.

A.L.M.- Ele não se incomodava quando a senhora trabalhava fora?

L.S.O. - Não, ele ainda incentivava pra trabalhar fora, pra ajudá-lo.

A.L.M.- Ele prefere que a senhora trabalhe em casa ou na fábrica?

L.S.O. - Não, ele na verdade não quer que eu trabalhe em casa, nem na fábrica, só quer que eu cuide dos filhos, mas não dá, com o salário que ele ganha. Então, tenho que ajudar né!? Eu já fechei a minha facção, já abri por causa dele. Fechei ano passado em dezembro por causa dele, que não queria mais que eu trabalhasse. Então agora em fevereiro fui trabalhar fora, mas não dava por causa das crianças, aí eu me instalei em casa de novo.

A.L.M. - Luciane, não sei se quer falar mais alguma coisa? Agradeço pelo seu depoimento o qual é muito importante para a pesquisa que estamos desenvolvendo. Muito obrigada! Um bom trabalho e uma boa semana.

L.S.O.- Muito obrigada também.

A noite em que Garrincha foi só lembrança de gênio

Aurélio Sada*

Esporte & Lazer

Com a camisa do Olímpico

Caçador de passarinhos em sua pobre Pau Grande, antes de alcançar a fama - inicialmente no Botafogo e, muito mais na Seleção Brasileira, que o teve, com suas pernas tortas, a fazer misérias nas Copas de 1958 (Suécia) e 1962 (Chile), quando mostrou toda a exuberância e irreverência do futebol que o tornou um dos nomes mais aplaudidos do mundo da bola-, Garrincha já dera sinais de acentuado declínio técnico ao participar do time nacional eliminado da fase preliminar do campeonato conquistado pela Inglaterra em 66.

Depois daquele doloroso fracasso e apontado como o “grande esquecido” do Mundial de 70 no México, onde garantimos, sem ele, a posse definitiva da Taça Jules Rimet, passou, não mais o incrível Mané, mas apenas Manoel da Silva, bem mais cedo do que seria lícito esperar-se, a conhecer a verdade da vida, no que ela possa ter de mais cruel, metendo-se em sérias complicações familiares. Pior que isso, acabou alcançado pelas garras do perigoso e incontrolável vício de ingerir bebidas alcoólicas.

BLUMENAU
em Cadernos

* Colaborador da Revista Blumenau em Cadernos.

E o dinheiro?! Ganhara pouco, jogando muito, demais. A vida, para Mané, fora brincadeira. Seria sempre assim para o simpático e quase ingênuo ponteiro-direito, que mal sabia ou se preocupava em avaliar o lado financeiro do ato de assinar contratos aparentemente confiáveis, em branco, até. Era ele, lá pelo fim da década de 60, um Mané ainda lembrado pelos dribles desmoralizantes aplicados em seus marcadores, mas vergado pelo peso dos anos, de bolsos vazios, às voltas com sérios problemas no campo da Justiça.

O que fez o antigo atacante, em condições tão negativas, explorado, quem sabe, por empresários inescrupulosos, sempre prontos a faturar bocados bem apreciáveis em tais situações: deu em passear sua fama em nostálgicas apresentações do pouco que ainda lhe restava pelo sul do País, num giro de características circenses para salvar alguns trocados.

Mais inchado que gordo, Mané ainda era atração, embora reduzido a mera sombra do fenômeno que fora nos tempos de “luxo”.

Nº 7 do GEO

Blumenau foi uma cidade que viu Garrincha desse jeito em campo, justamente a 30 de agosto de 1969, fim do mês em que o clube gremista, intranqüilamente presidido por Curt Lebrecht, debatia-se numa crise assustadora, em plena comemoração (?) de um cinqüentenário ainda incompleto, pois fora fundado a 14 de agosto de 1920, como prova um semanário da imprensa local editado naquela época.

Por quantia que não chegou a ser revelada, apenas a renda líquida de 1.979 cruzeiros, Mané vestia o uniforme do GEO em partida contra o Caxias (mais tarde campeão) pelo “arrastado” Torneio Vera Fischer, homenagem prestada à extraordinária beleza de mulher eleita Miss Brasil em 69.

Único valor do ataque alvirrubro a demonstrar resquícios de lucidez na entrega da bola, mas nada do gênio que empolgara multidões nas suas melhores jornadas, Garrincha viveu da malícia na cobrança, entre outras, de uma falta que acabou com a bola devolvida pelo travessão da meta caxiense.

Tonico fez o gol do GEO, empatando Jairzinho para a equipe joinvilense. Altemir Antônio, o árbitro. Formou o Olímpico nesse 1x1, com Nilson; Brito (Balinha), Sílvio, Jairzão e Coral; Gauchinho (Brito) e Chiquinho; Garrincha, Tarcísio (Dinho), Cavalazzi e Tonic.

Sem pernas

Do jornal A Nação, edição de 2 de setembro de 69, é o comentário que vai transcrito a seguir, sobre a presença do “acabado” jogador na cancha da baixada.

“De Garrincha, pouco dá para falar. Razão direta da afluência ao reduto do Olímpico de uma platéia considerável, não justificou, absolutamente, a fama de seu nome, como figura histórica do futebol mundial.

Bem gordo, quase não correu e evitou ao máximo os lances divididos. Em uma ou outra jogada mostrou uma “pontinha” de classe, chutando razoavelmente algumas faltas. Na última quase decidiu o cotejo. Uma caricatura de craque.

Recebeu bom dinheiro por tão pouco, tendo o privilégio de “ver” o espetáculo dentro do gramado”.

Valeu!

Seja como for, teve o Olímpico o imenso prazer, em sua trajetória de 49 anos, de entregar a camisa 7 do seu uniforme a um dos astros mais fulgurantes do futebol brasileiro em todos os tempos, confirmando, por mais esse motivo, o privilégio de haver promovido, ao longo da existência do esporte blumenauense, a vinda a esta cidade de algumas das principais atrações dos campos nacionais. Entre elas – é bom que se lembre – o Santos de Pelé, para citarmos o máximo.

Passeio pela "Revista da AML"

Enéas Athanázio*

Autores Catarinenes

Recebendo com regularidade a "Revista da Academia Mineira de Letras", não me furto a alguns comentários sobre o seu mais recente número (Vol. XXXI), que acabo de examinar com interesse. Não podendo, mesmo a contragosto, abordar tudo que foi publicado, sou forçado a eleger alguns trabalhos em detrimento de outros, ainda que lamentando a forçosa omissão. Anoto que a "Revista" está em seu 82º. ano de circulação, sendo assim, - creio eu, - uma das publicações acadêmicas mais antigas do País, se não a mais antiga. A Academia Mineira é a quinta mais antiga do Brasil, precedida apenas pelas do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Dessas cinco, tenho o prazer de ter sido designado sócio-correspondente de duas: Piauí e Minas. Mas voltemos à "Revista."

Folheando o volume, não tardo a encontrar artigo de autoria do Prof. Fábio Lucas denominado "A volta de Rosário Fusco", onde o consagrado crítico saúda a publicação do romance "A. S. A. - Associação dos Solitários Anônimos", de autoria de Rosário Fusco (1910/1977),

BLUMENAU
em Cadernos

* Escritor e advogado.

homem de forte personalidade, adepto consumado do surrealismo e figura importante das letras nacionais, tendo introduzido Kafka na literatura brasileira. Segundo o crítico, “Fusco foi múltiplo, irreverente e complexo. Ensaísta, poeta, tradutor, dramaturgo e ficcionista”. Esquecido, como tantos outros brasileiros, “hibernando na consciência literária”, o lançamento do importante livro (Editora Giordano – S. Paulo – 2001) vem tirá-lo do ostracismo, colocando nas mãos dos leitores essa obra que é “narrativa de veloz andamento, polifacetada, partilhada de contradições, desobediente à lógica... uma vertiginosa experiência.” Por tudo isso, “A. S. A” merece efusivas saudações, tanto que já o comentei nesta mesma coluna, juntando-me às vozes que entoaram a acolhida do notável romance. Fábio Lucas comenta ainda o “Livro Aberto”, de Fernando Sabino, que considera “um texto capital na obra do escritor mineiro.”

Detenho-me, em seguida, no ensaio “O naufrágio de um galeão”, de autoria de Octávio Mello Alvarenga, comemorando o centenário de Pedro Nava (2003). O excelente trabalho focaliza diversas facetas da personalidade e da obra do memorialista maior, enriquecendo-a com criativas e humoradas observações do autor. Lembra que a obra de Nava foi escrita na idade madura, aponta as influências da profissão médica, traça paralelos com Guimarães Rosa, a trilha da cronologia por ele seguida, episódios de sua vida e a sua presença marcante em nossas letras. Recorda passagens curiosas, como a “corda do morto” que estava roubando a clientela do Dr. Egon, **alter-ego** do escritor, e o fato algo chocante de que D. Nieta, com quem fôra casado por trinta e cinco anos, “permitiu que fosse parar grande parte da biblioteca de Nava”, inclusive obras autografadas, num “sebo” carioca. Fechando o ensaio, transcreve trechos de declarações de Nava, entre elas a de que a ficção se intrometia entre seus dedos, interrompendo a narrativa memorialista, e levando-o a enveredar pelos caminhos da imaginação. (Assim também acontecia com Monteiro Lobato.) Confessa que o homem que mais o honrou ao conhecer foi Lima Barreto, cuja mão apertou, embora ele estivesse muito bêbado. “Lima Barreto era carioca e o mais brasileiro de todos esses que acabamos de mencionar, inclusive literariamente.” (Foi o que também afirmou Agripino Grieco.) Concluindo, uma nota pessimista, ou realista: “De piora em piora, eu vi o Brasil cair até a situação em que está hoje. É um país pelintra, caloteiro,

sem saída, à beira do caos, e, no entanto, ninguém percebe isso... Eu nunca assisti nos meus oitenta anos a outra coisa a não ser violência dentro do Brasil. Hoje eu tenho pânico. Sinto terror. Todo mundo está aterrorizado... A consciência da condição humana faz o homem infeliz. Eu nunca fui feliz...”

Trocando pernas, encontro “As diversas vidas de Rotílio Manduca”, ensaio de Marco Antônio de Sales Coelho, em que aborda novos aspectos da inesgotável obra de Guimarães Rosa e desvenda a personalidade que serviu de modelo ao temível Zé Bebelo, de “Grande Sertão.” Ela nasceu na região do rio São Francisco, o Velho Chico, onde “a força e a singularidade dos episódios, dos acontecimentos e da trajetória da vida social refletem-se diretamente na literatura.” Chamou-se, na vida terrena, Rotílio Manduca, cuja “trajetória assombrosa segue por caminhos espantosos. É um jagunço dos bons, o mais valente entre os valentes. Muito bom no punhal, na faca e com o trabuco... A fama de Rotílio como um “justiceiro” correu pelo São Francisco, e lhe eram atribuídas duzentas mortes. Por isso sua lenda mantém-se viva até hoje no Vale do São Francisco...” E, no entanto, uma dessas surpresas em que é pródiga a realidade: “Mas Rotílio tinha outra “vida.” Despia seu gibão de couro de sertanejo e envergava ternos de linho da alta sociedade, a fim de circular livremente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.” Segundo relato do Prof. Alberto Deodato, seu amigo, quando Rotílio o visitava no Rio de Janeiro “arranjou-se numa rede atravessada. Não podia ficar em hotel. Não por falta de dinheiro, mas porque vinha de um tiroteio no São Francisco. Viajou léguas e léguas de batina e óculos pretos, a cavalo. Trazia enorme apetrecho de disfarce: batina, barba, bigode, o diabo. Da noite para o dia desaparecia, levando tudo que era seu... O fracasso desse sertanejo era a admiração pelos intelectuais.” Nessas visitas conheceu Manuel Bandeira, Ciro dos Anjos e Ribeiro Couto. Para espanto do amigo, foi visto almoçando com Medeiros Albuquerque e ficou amigo do ministro Aulpho de Paiva. Frequentava rodas de políticos e intelectuais, lia os clássicos e fazia versos. “Mas seu **habitat** – prossegue o ensaísta – era o sertão do São Francisco, jamais poderia romper o cordão umbilical que o prendia à realidade sertaneja. Ali nasceu e ali encontraria seu fim”. Morreu esfaqueado na cidade da Barra, num navio que balançava sobre as águas do rio de seus sonhos: o Velho Chico. E conclui o ensaísta: “Assim morreu Rotílio Manduca. Até que renas-

ceu como Zé Bebelo no “Grande Sertão: Veredas.” Eis uma pálida mostra do que contém esse belo trabalho, enriquecendo a imensa bibliografia sobre Rosa e sua obra.

Mais adiante, um texto encheu meus olhos de antigo Curador Trabalhista (função do Ministério Público nas comarcas onde não havia Junta) e depois professor de “Legislação Social” por tantos anos. Refiro-me ao ensaio histórico-sociológico “O trabalho através dos tempos”, de Jack Siqueira, onde ele faz interessante incursão no passado para desvendar as formas como se encarava e exercitava o labor humano. Vai assim à Mesopotâmia, ao mundo hebreu, ao Egito, à Grécia, ao Império Romano, investiga a tradição judaico-cristã e a influência da reforma protestante. É claro que não esquece a Bíblia, os servos da gleba, a escravidão em suas várias formas, a filosofia popular sobre o trabalho e nem mesmo os **workaholics**, os viciados no trabalho, como são chamados no original, e o trabalho em luta com o progresso tecnológico que reduz seu espaço e suas vagas. O desemprego, a violência, o tráfico de drogas e os problemas conseqüentes. Não é sem preocupação e temor que observa o panorama e conclui: “No mundo moderno, o trabalho não é mais o algoz como instrumento de punição e causador de sofrimento. A sua falta é que tem respondido por essas e outras patologias físicas e sociais.”

O passeio, porém, não termina aí. Merecem especial referência as paradas em “A primeira e mais bela candanga”, de Murilo Badaró, belíssima crônica descrevendo as belezas de Rosilene, a “primeira candanga”, e a paixão que despertou no presidente, causadora de mudanças visíveis na vida dela e do marido. A segunda é “As academias de letras”, de José Afrânio Moreira Duarte, artigo histórico e didático a respeito dessas instituições, no mundo e no Brasil. O volume registra ainda o lançamento do livro “Azul: estranhos caminhos”, do mesmo José Afrânio, reunindo contos premiados e outros inéditos, “revelando apuro e singeleza de linguagem, com sugestivas mensagens do mais autêntico sentimentalismo”. Tocou-me, em especial, a crônica rememorativa de dias vividos em Catas Altas, cidade onde tudo é rocha e pedra-ferro, desde as montanhas que a cercam, o leito do rio e até o calçamento das ruas, em estilo pé-de-moleque, mas onde também estão o amor e a ternura. Nos arredores dessa cidade singular ergue-se o celebrado

Colégio do Caraça, cuja vida e funcionamento foram tão bem descritos por Joaquim de Salles no magnífico livro “Se não me falha a memória” (Instituto Moreira Salles – S. Paulo – 1993).

Mas a revista não contém apenas os trabalhos abordados. Ela traz perfis de escritores, poetas, professores e homens públicos mineiros, enfoques sobre artes plásticas, educação, filosofia, religião, crítica literária, contos, crônicas, poemas, cinema, música, dança, arquitetura, história, memórias e outros assuntos que fazem dela uma publicação rica em conteúdo, informação e beleza estilística. Reflete em suas páginas a reconhecida capacidade dos mineiros para o exercício da arte de escrever.

A Estrada

Monteiro Lobato dividia as cidades em “com apito” e “sem apito”. Aquelas eram as que estavam à beira das ferrovias, onde o trem passava apitando, ligando-as ao restante do país, à vida e ao progresso; estas as que ficavam longe de tudo, sem ligação com o mundo, marginalizadas. Hoje, com certeza, ele as dividiria em cidades “com asfalto” e “sem asfalto”, pelas mesmas razões.

Essas lembranças me ocorreram ao saber que duas cidades onde vivi acabam de ser, afinal, ligadas por asfalto à rede rodoviária nacional: Anita Garibaldi, a primeira comarca onde fui Promotor de Justiça, iniciando minha carreira, e Calmon, onde passei boa parte da infância e juventude. É um fato importante para essas comunidades e para mim, deixando-as mais acessíveis e facilitando as visitas.

Nos tempos em que morei em Calmon a estrada entre Caçador e Porto União, passando por Calmon e Matos Costa, era péssima e, em alguns trechos, praticamente não existia. Entre Calmon e Caçador era carroçável, mas no trecho entre Calmon e Matos Costa se dividia em carreiros lamacentos que se perdiam pelo campo. Só os “fordecos” e, mais tarde, os “jeeps”, conseguiam passar por ali, ainda mais durante as chuvaradas de inverno. Uma simples viagem de sessenta quilômetros, até Porto União, constituía uma aventura que poderia acabar mal, dependendo da sorte dos viajantes. Depois, à custa de muita reclamação e pedidos, a estrada foi melhorada e ganhou o pomposo nome de Estrada da Amizade, mas isso após ter provo-

cado inacreditáveis padecimentos àquele pobre povo que por ali vivia, abandonado à própria sorte.

Por essas e outras, é uma dádiva que Calmon e Matos Costa estejam agora ligadas ao mundo por uma bela estrada asfaltada. Mas é necessário que ela seja usada com atenção, para não se transformar em palco de tragédias, como costuma acontecer sempre que uma rodovia chega, conforme testemunhei em outros lugares. E também precisa ser conservada e respeitada, evitando-se o excesso de peso dos caminhões e a passagem de veículos que causem danos. Uma estrada é uma conquista do povo, implica elevando investimento pelos cofres públicos e merece uma vigilância permanente para que preste bons serviços a todos e por longos anos.

Parece um sonho, mas Calmon e Anita Garibaldi agora “estão logo ali...”

A história em questão

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) acaba de publicar, em edição **fac-similar**, a “Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a Questão de Limites com o Estado do Paraná”, de autoria do advogado Conselheiro Manoel da Silva Mafra (1831/1907), submetida, por acordo de ambos os Estados, à decisão arbitral. O volumoso livro, com 716 páginas, foi reproduzido da edição da Imprensa Nacional, do Rio de Janeiro, de 1899.

Trata-se, como é sabido, de obra fundamental para o conhecimento da chamada questão do Contestado e dos fatos que a envolveram, bem como da própria história do Estado e da Região Sul do País. O livro foi escrito pelo patrono de nosso Estado naquela causa logo no início e tinha como “objetivo inicial exclusivamente apresentá-lo à Comissão Arbitral e depois fazer distribuí-lo entre os ministros do Supremo Tribunal Federal”, como informa o prefaciador da obra.

A exposição tem início com o exame dos limites entre as Províncias de Santa Catharina e de São Paulo ao tempo da promulgação da Constituição do Império, em 1824, sustentando desde então que nossas divisas com o futuro Estado do Paraná eram pelos rios “Sahy-Guaçu, Negro e Iguassu”. Depois, passo a passo, no decorrer do longo texto vai comprovando sua afirmação com copiosos elementos históricos, jurídicos, legislativos e judiciá-

rios, de forma cabal, não deixando a menor dúvida a respeito, e concluindo ao término do estafante trabalho: “A verdade histórica resulta da completa conexão dos sucessos antecedentes com os concomitantes e subseqüentes, é irresistível conseqüência – que os limites entre São Paulo, outrora, e hoje o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina, são os rios Sahy-Guaçu, Negro e Iguassu” (Pág. 666).

É impressionante o conhecimento demonstrado pelo Autor dos complexos fatos que cercavam a questão, envoltos num extraordinário emaranhado onde não faltava a intervenção tantas vezes apaixonada dos interesses políticos e do bairrismo. Mas ele nunca se deixou enredar e sempre se moveu com desenvoltura e segurança nessa confusa teia, expondo com grande firmeza, transmitindo sempre a impressão de que tudo era muito simples e fácil. Revelou, por outro lado, um extraordinário fôlego de pesquisador e expositor, consciente da magnitude da causa que havia abraçado. É, enfim, um trabalho modelar, capaz de honrar a qualquer advogado de qualquer época, merecedor do respeito que lhe é dedicado pelos historiadores. Manoel da Silva Mafra, por isso e por tudo o mais, é merecedor das justas homenagens que Santa Catarina lhe tem prestado ao longo dos tempos. E o IHGSC merece congratulações pela magnífica publicação. Colocando nas mãos do leitor interessado uma obra antes inacessível, vem colocar em questão, outra vez, o acordo de limites com o Paraná: terá ele sido justo com nosso Estado? Eis uma pergunta que me inquieta, assim como a tantos outros catarinenses.

Enquanto isso, o incansável Nilson Thomé publica mais um opúsculo sobre a região do Contestado, chão que tanto o fascina. Em “Pioneirismo da Imigração Alemã, em Santa Catarina, na Região do Contestado”, ele discute um item de nossa história, tido e havido como certo, e põe em questão o povoamento germânico no Estado. Para ele, os primeiros imigrantes não foram os de São Pedro de Alcântara, como se afirma, mas os que rumaram para a atual cidade de Mafra. Como suporte de suas conclusões, traz a palavra de conceituados estudiosos e documentação inequívoca, oficial e religiosa. Embora possa parecer mero detalhe, a tese por ele defendida busca repor a verdade histórica. (Contatos com o Autor: Caixa Postal 2 3 2 – 89500-000 – CAÇADOR – SC).

Dona Madalena

Duas vezes estive com Dona Madalena. A primeira, muito rápida, numa viagem ao Nordeste, ocasião em que passei dois dias no Recife. Encontrei-a no Solar de Apipucos, às voltas com visitantes, e pouco pudemos conversar, embora ela me tratasse com simpatia, alegre como sempre e revelando excelente memória.

Na segunda vez, acompanhado de minha mulher, passamos parte de uma tarde juntos. Nessa época ela morava numa casa ao lado do Solar, uma vez que este já se transformara na sede da Fundação Gilberto Freyre. Bem-humorada, ela a designava como “senzala”, diferenciando-a da “casa-grande”, no caso o próprio Solar. É claro que se tratava de pura brincadeira, pois ela foi sempre entusiasta da idéia de criar a Fundação, guardiã dos pertences e da obra de Gilberto Freyre (1900/1987). Além disso, a casa nada tinha de senzala e dispunha de todos os requisitos, inclusive uma área muito agradável, na parte dianteira, em meio ao bosque de frondosas árvores verdejantes onde se situa o célebre Solar.

Em companhia dela, percorremos mais uma vez o Solar, tanto no térreo como na parte superior, observando a biblioteca, o acervo das obras gilbertianas, as condecorações, prêmios e dignidades que recebeu, os objetos pessoais e a famosa poltrona de couro onde ele escrevia, colocando uma das pernas sobre o braço, e na qual dei uma sentadinha, só para experimentar. Nessa ocasião ela nos ofereceu o último livro de Gilberto, “Ferro e Civilização no Brasil”, com a seguinte dedicatória: “Aos amigos Jandira e Enéas Athanázio, uma lembrança do Gilberto (último livro escrito por ele) e da visita à Vivenda de Santo Antônio de Apipucos. (a) Madalena Freyre, 13 de junho de 1996.”

Recebidos na “senzala”, lá conversamos muito, provamos o célebre conhaque gilbertiano, bolachas e doces caseiros, típicos da culinária nordestina. Foi então que ela nos mostrou uma curiosidade: tratava-se de um grosso álbum de capa preta em cuja face se lia em grandes letras: “WC”. Nele ela colava recortes de jornais com juízos desfavoráveis a Gilberto e sua obra, ou que assim lhe parecessem, e com um detalhe bem significativo – todos de cabeça para baixo! Manuseando o volume, encontrei artigos de figuras bem

conhecidas e que, com certeza, jamais imaginariam tivessem seus escritos tão melancólico destino. Enfim, um risco de quem se abalança a opinar na imprensa. Perambulamos, em seguida, pela chácara, da qual ela tudo conhecia em detalhes, desde as árvores preferidas do marido ou plantadas por ele, flores e frutos, locais que apreciava ou marcavam algum evento, caminhos e tudo mais. Numa lojinha da entrada adquirimos lembranças do local. Foram horas inesquecíveis passadas no reduto do autor de “Casa-Grande & Senzala”, guiados por tão ilustre e simpática cicerone.

Dona Madalena de Mello Freyre, desportista na juventude, nunca imaginou ser cortejada por Gilberto Freyre, já então o mais festejado intelectual do Nordeste e um dos maiores intelectuais brasileiros. Mas soube retribuir àquele amor e foi uma companheira dedicada, zelosa do renome do marido e de sua obra científica e literária. Repousa ao lado dele, em silencioso recanto da chácara, tendo deixado muitas lembranças e saudades. Partiu de repente, quando planejávamos fazer-lhe nova visita.

Histórias Verdadeiras

Meu colega de Ministério Público, João José Leal é especialista em Direito Criminal, Criminologia e Execuções Penais, disciplinas que lecionou por longos anos e nas quais se doutorou. Mesmo se defrontando com uma bibliografia quase inexistente, produziu uma obra que me parece única em nossas letras jurídicas e que acaba de ser lançada em segunda edição: “Crimes Hediondos” (Editora Juruá - Curitiba - 2003 - 320 p.). Abordando um tema novo em nosso Direito (a primeira lei brasileira sobre o assunto é de 1990), não podendo contar com precedentes doutrinários e decisões judiciais, mesmo assim penetrou fundo nas controvertidas questões a ele relacionadas, dando mostra de que domina com segurança o complexo assunto. Desde sua primeira edição o livro tem merecido incontáveis referências e citações, evidenciando que se tornou imprescindível nas atividades forenses e universitárias. A obra procura resolver todas as questões, sem fugir ou procurar desvios, - como tantas vezes acontece, - e sem abdicar da visão crítica necessária quando a legislação lhe parece equivocada ou exagerada. Em 1998 ele havia publicado o livro “Direito Penal Geral”, curso completo e minucioso, com mais de 600 páginas, que lhe custou vinte anos de trabalho, medita-

ção e estudo, além de publicar ensaios esparsos em revistas especializadas. Foi também um dos precursores dos estudos sobre a prisão-albergue no Brasil. João José Leal é um jurista que orgulha nosso Ministério Público e, com toda certeza, granjearia renome nacional caso exercesse suas atividades no chamado eixo Rio-São Paulo.

Minha amiga Adelaide Petters Lessa, professora da USP e poeta de renome, em sua última carta relata este caso: “Minha velha amiga, Deise Mazzei, contou-me, pela segunda vez, que seu pai, - hoje falecido,- há muitos anos afastou-se do Brasil, por motivos de trabalho, salário e família. Acabou nos Estados Unidos, desempregado. Passava horas numa praça, tristonho, sem nada fazer, sem ajuda, sem ver saída. Um dia, Monteiro Lobato, que já havia observado o homem, parou, descobriu que era um brasileiro, conversou, pensou, voltou, conversou mais. Não demorou muito tempo e deu ao senhor Mazzei o dinheiro para voltar ao Brasil. A filha, que não se interessa por literatos brasileiros, fala de Lobato com muita gratidão e carinho. Não é uma bonita **história verdadeira?**” (Lobato, na época, era adido comercial do Brasil junto ao nosso consulado em Nova York - EUA).

“Aconteceu em eleição passada na Academia Paraense de Letras. Conhecido advogado telefonou para um acadêmico e pediu seu voto para a Academia. O outro pensou, pensou, e respondeu: “Só se tu votares em mim para eu entrar na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).” Surpreso, o candidato retrucou: “Mas tu não és advogado!” A réplica mordaz veio de pronto: “Mas tu também não és escritor!” (História verdadeira, publicada no jornal “O Liberal”, de Belém, em 14/09/03).

Cada macaco no seu galho - diz o povo.

Para proceder a assinatura da Revista ou sua renovação, assim como receber números antigos ou tomos completos encadernados, procure-nos.

Abaixo informamos nossos preços:

- Assinatura nova: R\$ 70,00 (anual = 6 números)
- Renovação da assinatura: R\$ 55,00 (anual = 6 números)
- Tomos anteriores (encadernados com capa dura): R\$ 80,00
- Exemplares avulsos: R\$ 10,00 (edições dos anos 70 a 2003)
 - R\$ 15,00 (anos 60)
 - R\$ 20,00 (anos 50)
- Encadernação R\$ 30,00 o volume (até 1997, um volume para cada tomo. De 1998 em diante, dois volumes por tomo.
- Tomo completo encadernado: R\$ 120,00 (para tomos de 1998 em diante). Para tomos de anos anteriores, solicitar orçamento.

() Sim, desejo assinar a revista *Blumenau em Cadernos* para o ano de 2004 (Tomo 45). Anexo a este cupom, a quantia de R\$00 (..... reais) conforme opções de pagamento abaixo.

Formas de pagamento:

- () Vale Postal - Fundação Cultural de Blumenau - Blumenau em Cadernos
- () Depósito no BESC - conta 77.995-2 - Agência 003. Após o pagamento, passar FAX do recibo de depósito com o nome do depositante, para nosso controle.
- () Cheque - Banco: Número do Cheque:

Dados do Assinante:

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cx. Postal: _____
CEP: _____ - Fone para contato: _____
Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Caixa Postal 425 - Cep 89015-010 - Fone: (47) 326-6990 - Fax (47) 222-2259

Blumenau (SC) - E-mail: funculbl@terra.com.br

BLUMENAU *em Cadernos*

TOMO XLV
Mai/Junho de 2004
Nº 5/6

Apoio Cultural:

Genésio Deschamps

Victória Sievert

Willy Sievert (*in memoriam*)

Buschle & Lepper S/A

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

Eletro Aço Altona S/A

Hildegard Rossmark Schramm

43 S/A Gráfica e Editora

